

RELATÓRIO E CONTAS 2011



MAPFRE Seguros Vida, S.A.

ÍNDICE

1. ORGÃOS SOCIAIS.	3
2. RELATÓRIO DE GESTÃO	5
3. CONTAS ANUAIS 2011	21
4. NOTAS AO BALANÇO E CONTA DE GANHOS E PERDAS.	28
5. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	94



1

ÓRGÃOS SOCIAIS

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**Presidente**

- António Manuel Cardoso Belo

Vice-Presidente

- Vítor Manuel da Silva Reis

Secretário

- Pedro Ribeiro e Silva

Vogais

- Maria de Lurdes Ferreira da Mata Soares Póvoas

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL**Presidente**

- Pedro de Macedo

Secretario

- Pedro Ribeiro e Silva

CONSELHO FISCAL**Presidente**

- José Vieira Bernardo

Vogais

- Fernando Vassalo Namorado Rosa
- Filipe Quintas de Oliveira da Palma-Carlos

Suplente:

- José Emílio Cordeiro Fernandes

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

- Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A. representada pela Dra. Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto



2

RELATÓRIO DE GESTÃO

1. CONJUNTURA ECONÓMICA

Durante o ano 2011, viveu-se um contexto económico marcadamente depressivo, o qual, diga-se, tem sido um lugar comum ao longo dos últimos anos.

Como resultado de sucessivos anos de crescimento residual do Produto Interno Bruto, em conjunto com a manutenção de um *deficit* estrutural das contas públicas, o endividamento da economia atingiu um nível insustentável, incrementando o risco de incumprimento em relação à dívida pública e colocando em questão a resiliência do setor bancário.

Esta realidade, patenteada num contexto especialmente turbulento dos mercados financeiros internacionais, o qual se assumiu como catalisador das dificuldades, privou o setor bancário do acesso às normais fontes de refinanciamento e causou um incremento exponencial das taxas de juro implícitas da dívida pública.

Foi um processo muito similar ao acontecido meses antes com a Grécia e a Irlanda, culminando da mesma forma, com um apelo à ajuda do Fundo Monetário Internacional e da União Europeia que resultou na obtenção de um empréstimo de médio/longo prazo, tendo como contrapartida a assunção de um forte compromisso de redução estrutural do *deficit* e de implementação de extensas medidas de reforma estrutural da economia.

Em resultado da implementação deste acordo verificou-se imediatamente:

- A suspensão de uma série de obras públicas que estavam previstas levar a cabo, limitando, assim, o efeito daquele que se assumiu nos últimos anos como o único motor da economia;
- O incremento dos impostos sobre o rendimento e o consumo, com consequência na redução do rendimento disponível das famílias;
- A desalavancagem da economia por parte do setor bancário, através de restrições ao crédito, tanto por via de um maior rigor na seleção de risco como pelo incremento dos spreads das taxas de juro;
- O foco da banca no seu negócio tradicional, especialmente na captação de depósitos, através da oferta de taxas de remuneração bastante agressivas;

Em linha de continuidade, o Orçamento de Estado para 2012 incluiu medidas restritivas adicionais, sem precedentes na economia Portuguesa (novo incremento de impostos, corte dos subsídios de Natal e Férias dos trabalhadores da Administração Pública, aumentos dos preços dos transportes, etc.), arrastando a economia para uma acentuada recessão.

Com um Euro relativamente forte face ao Dólar e um nível de produtividade abaixo do necessário e desejável, a economia Portuguesa continuou confrontada com a sua falta de competitividade.

Embora se tenha observado uma melhoria muito significativa do saldo da balança comercial, não se pode ignorar que tal não resultou exclusivamente do crescimento das exportações mas antes de um efeito conjugado deste com a descida das importações.

Este comportamento das importações parece indiciar que, por um lado, terão diminuído as compras ao exterior de bens não produtivos, contribuindo para o desejado reequilíbrio da economia, mas, por outro, terá abrandado bastante a compra de máquinas e outros bens produtivos, que é em si um facto potenciador de efeitos recessivos.

No plano político externo, a União Europeia, dominada pelo eixo Franco-Alemão, assistiu a uma divisão entre os países da Europa Central, habitualmente tidos por cumpridores, e o resto dos estados membros. Ao longo do tempo, foram-se sucedendo diversas cimeiras, que se revelaram inconclusivas, sem se vislumbrar soluções e compromissos suficientemente robustos para fazer face à crise das dívidas soberanas, o que contribuiu para alimentar um sentimento permanente de incerteza.

Talvez por isso, de forma algo similar ao que aconteceu na sequência dos acordos com a Grécia e a Irlanda, o nível das taxas de juro implícitas na dívida pública portuguesa não melhorou na sequência da celebração do acordo de assistência financeira e a instabilidade acabou mesmo por se alargar perigosamente às dívidas públicas de Espanha e Itália, situação relativamente controlada pela intervenção massiva nos mercados, efetuada no final do ano pelo Banco Central Europeu.

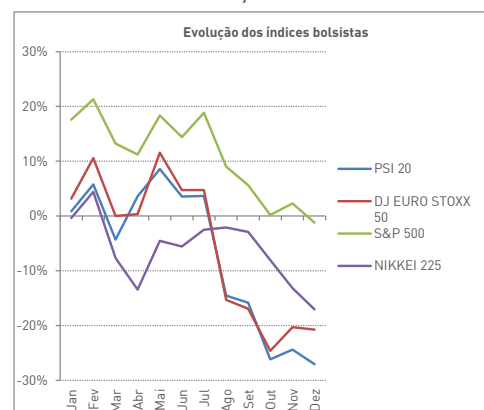
No caso concreto da Grécia, a situação degradou-se de forma significativa ao longo do tempo, tornando-se séria a possibilidade de bancarrota, o que levou ao reconhecimento de imparidades nas contas dos investidores e ao alastramento da desconfiança geral em relação aos restantes países periféricos da Zona Euro, onde se inclui Portugal.

O ano acabou por terminar mergulhado neste entorno difícil e com a ameaça latente de se prolongar, pelo menos, ao largo de 2012.

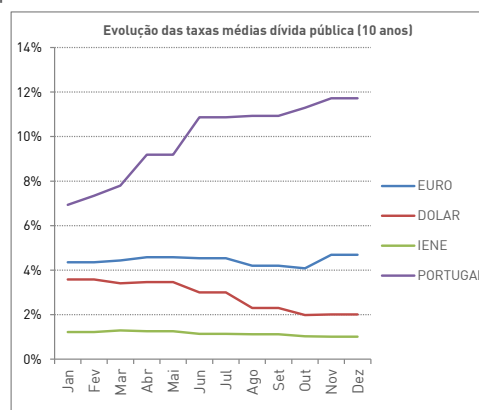
Com efeito, as previsões da generalidade dos organismos internacionais apontam para a manutenção de um clima económico bastante modesto no conjunto da União Europeia, adiando para 2013 a retoma já várias vezes anunciada.

Em Portugal, no início de 2012, acentuaram-se os efeitos negativos das medidas de austeridade. O número de veículos vendidos diminuiu drasticamente, regressando a níveis de meados da década de oitenta, o mercado imobiliário estagnou ainda mais, o consumo privado contraiu-se bastante, a taxa de desemprego atingiu um nível recorde e é esperado um decréscimo do PIB superior a 3%.

Todos estes fatores condicionarão de forma inexorável a evolução da atividade seguradora, tanto nos ramos Não Vida, que apresentam uma elevada correlação com a evolução da atividade económica, como em Vida, segmento muito assente na captação de poupanças e onde certamente se fará sentir um efeito negativo decorrente da redução do rendimento disponível.



Fonte: APS



Fonte: APS

Indicadores económicos	2008	2009	2010	2011	2012
PIB	0,0	-2,5	1,3	-1,6	-3,1
Consumo privado	1,4	-1,1	2,2	-3,6	-6,0
Consumo público	0,5	3,7	1,8	-3,2	-2,9
Investimento	-0,3	-11,2	-5,0	-11,2	-12,8
Exportações	0,1	-11,6	8,8	7,3	4,1
Importações	2,3	-10,6	5,2	-4,3	-6,3
Taxa de desemprego	7,6	9,5	10,8	12,7	n.d.
Índice de preços no consumidor	2,7	-0,9	1,4	3,6	3,2
Déficit Contas Públicas	3,5	10,1	9,1	5,9	4,5

Percentagens

Dados dos anos 2011 e 2012 são estimativas

Fontes: Banco de Portugal, Ministério das Finanças

2. MERCADO SEGURADOR

Como parte importante da economia portuguesa, o setor segurador não podia ficar imune aos efeitos retratados anteriormente.

Numa análise de evolução global das vendas e da rentabilidade, podemos desde logo concluir que se tratou de um ano muito difícil.

De facto, as vendas apresentaram um decréscimo muito significativo – de 28,6%, correspondentes a 4,7 mil milhões de euros – levando a que o setor segurador, contrariando a tendência que se verificava há largos anos, tenha diminuído o seu peso no PIB em 3 pontos percentuais, situando-se agora nos 6,5%.

Por sua vez, os resultados líquidos sofreram, também, um decréscimo muito assinalável, apontando os dados provisórios para um resultado que se pode qualificar de praticamente residual, num valor global de 43 milhões de euros, aproximadamente 90% menor que no ano anterior.

Mas, para uma adequada perceção da performance do setor segurador no ano 2011, importa salientar alguns aspetos concretos que se manifestaram de forma muito vincada e que, tendo contribuído para os indicadores globais descritos, possuem também um significado próprio:

a) Forte decréscimo nas vendas do ramo Vida

As vendas deste ramo (prémios de seguro e entregas para contratos classificados contabilisticamente como de investimento), caíram 38%, correspondentes a menos 4,6 mil milhões de euros do que no ano anterior.

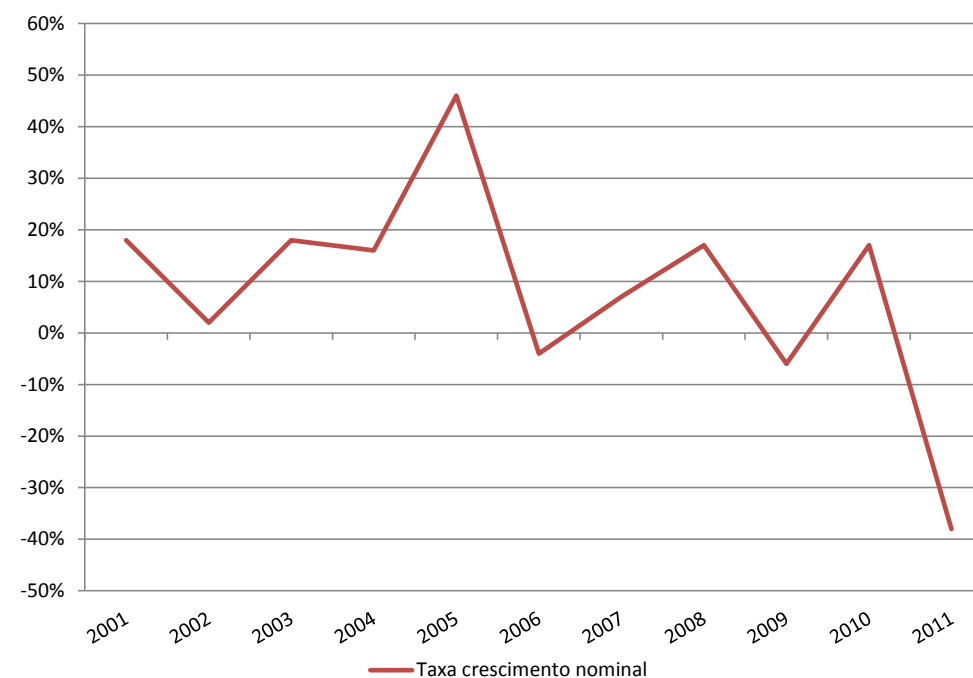
Este fenómeno parece estar essencialmente associado à reorientação da estratégia dos grupos bancários que dirigiram a captação de poupanças para produtos tradicionais, especialmente depósitos a prazo, como forma de melhorar os seus balanços e respetivos rácios associados.

Como é conhecido, ao longo dos anos as vendas do ramo Vida têm vindo a ser condicionadas pelo dinamismo dos produtos de índole financeira promovidos pelas instituições bancárias, de cujos grupos fazem parte as maiores seguradoras, razão pela qual, no contexto referido, o comportamento observado se afigura como

uma consequência lógica.

Não obstante, apesar da análise do comportamento histórico das vendas do ramo Vida demonstrar uma alternância permanente entre crescimentos e decrementos, que parece confirmar a influência da estratégia de gestão global dos clientes seguida a cada momento pelos grupos bancários, nunca anteriormente se observou um crescimento negativo tão forte como o do ano 2011.

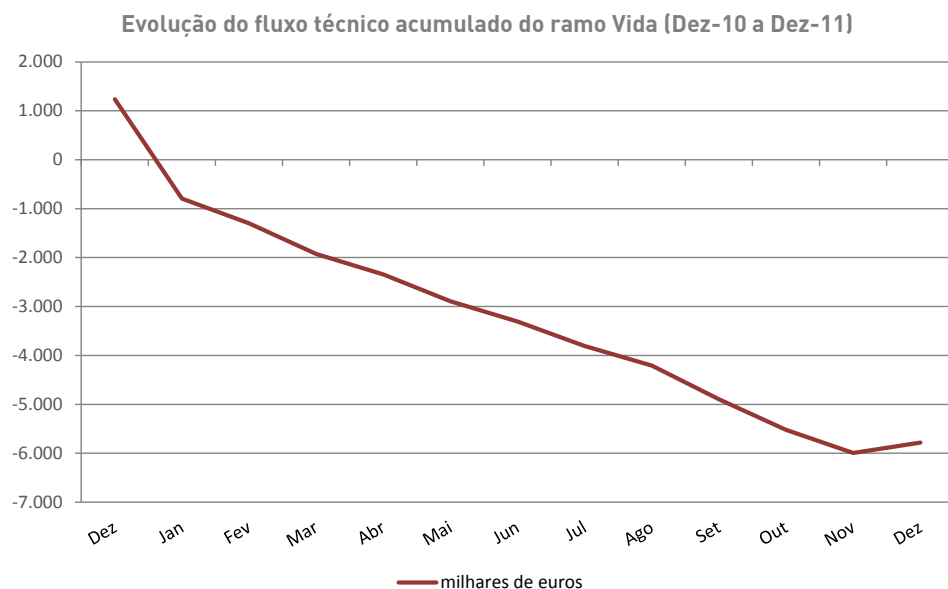
Evolução das vendas do ramo Vida



Fonte: APS

b) Fluxo técnico negativo no ramo Vida

Ao forte declínio das vendas associou-se o não menos importante incremento nos valores pagos a título de resgates e vencimentos, provocando que o fluxo técnico tenha sido negativo, numa tendência que se evidenciou e foi acentuando desde o início do ano.

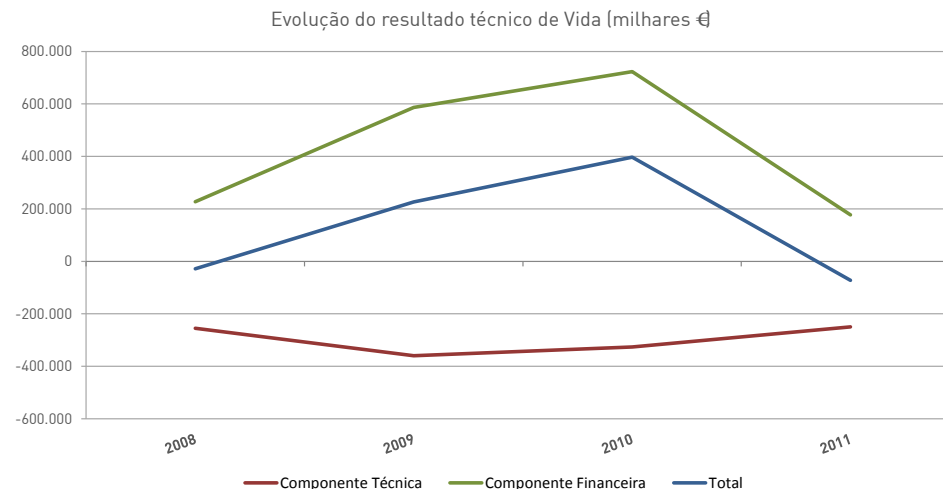


Fonte: APS

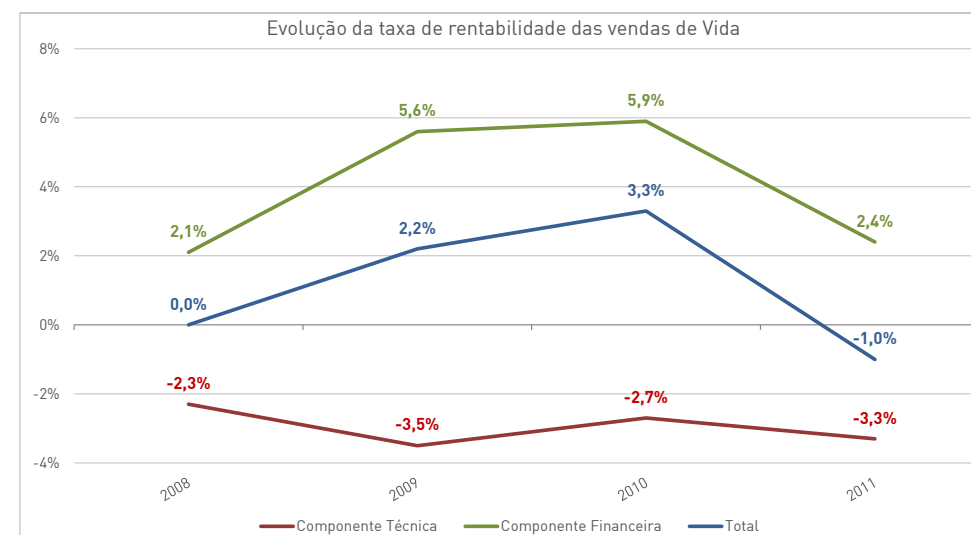
Dado que se opera uma compensação por via da redução das provisões matemáticas, esta evolução não produziu efeitos imediatos sobre as contas de resultados. Contudo, implicou um decréscimo na massa de ativos sob gestão que, a médio prazo, terá certamente como reflexo um decréscimo da rentabilidade.

c) Resultado técnico negativo no ramo Vida

Pela sua natureza muito mais exposto à volatilidade financeira, uma vez que se encontra associado à maior parte (cerca de 80%) dos investimentos geridos pelo setor, o ramo Vida apresentou um resultado técnico negativo de 72 milhões de euros, frente a aos cerca de 400 milhões de euros positivos do ano anterior, tendo para tal contribuído, especialmente, as menos valias dos ativos, bem como as perdas realizadas e as imparidades consideradas.



Fonte: APS



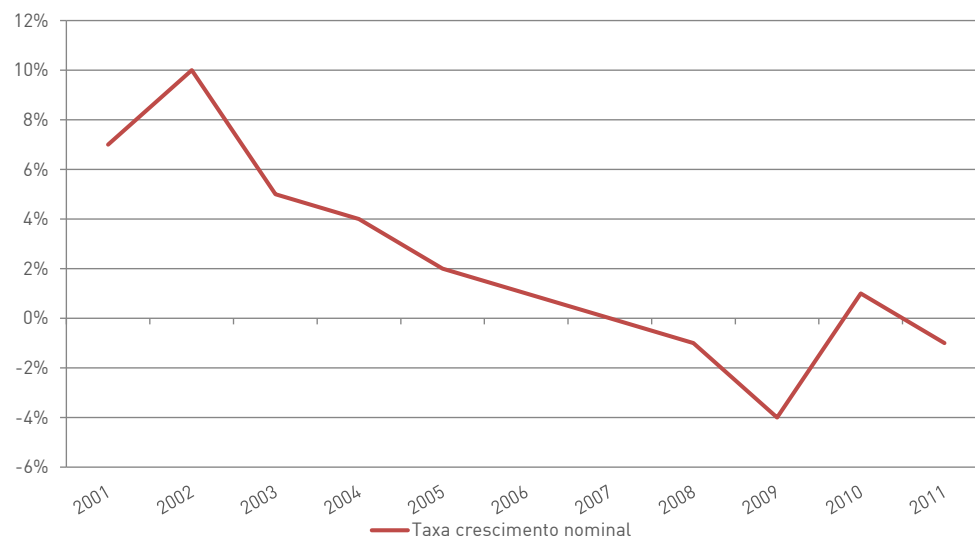
Fonte: APS

d) Crescimento nulo dos prémios nos ramos Não Vida

Nesta linha de negócio, que os estudos estatísticos provam estar muito correlacionada com a evolução do PIB, verificou-se um decréscimo global de 0,9%.

Esta tendência, que se verifica há vários anos, tem vindo a ser, simultaneamente, causa e efeito do incremento da competitividade entre os operadores de mercado que resulta num abaixamento dos prémios médios e na consequente deterioração dos resultados de exploração.

Evolução das vendas do ramo Não Vida



Fonte: APS

Por se tratarem de ramos obrigatórios e pelo seu peso na estrutura da carteira de prémios Não Vida (cerca de 55%), importa destacar os decréscimos de 3,7% no ramo de Acidentes de Trabalho e de 0,8% no ramo Automóvel.

No primeiro caso, o aumento do desemprego, com a consequente redução da massa salarial segura, ter-se-á constituído num fator adicional à competitividade entre operadores, exercendo ambas uma enorme pressão sobre os prémios médios, enquanto que no ramo Automóvel, a redução radicar-se-á exclusivamente na forte competitividade, pois ainda que as vendas de veículos novos tenha diminuído não se verificou um decréscimo do parque automóvel global.

Positiva foi a evolução do ramo de Doença, que apresentou um crescimento de 1,5%. Se, por um lado, as condições de acesso aos cuidados de saúde do sistema público induzem a uma maior procura por este tipo de seguros, por outro, não se podem ignorar as restrições aos gastos sofridas tanto pelos particulares como pelas empresas, o que poderá explicar que, ainda que tenha existido um crescimento, este revele um abrandamento do seu ritmo nos últimos anos.

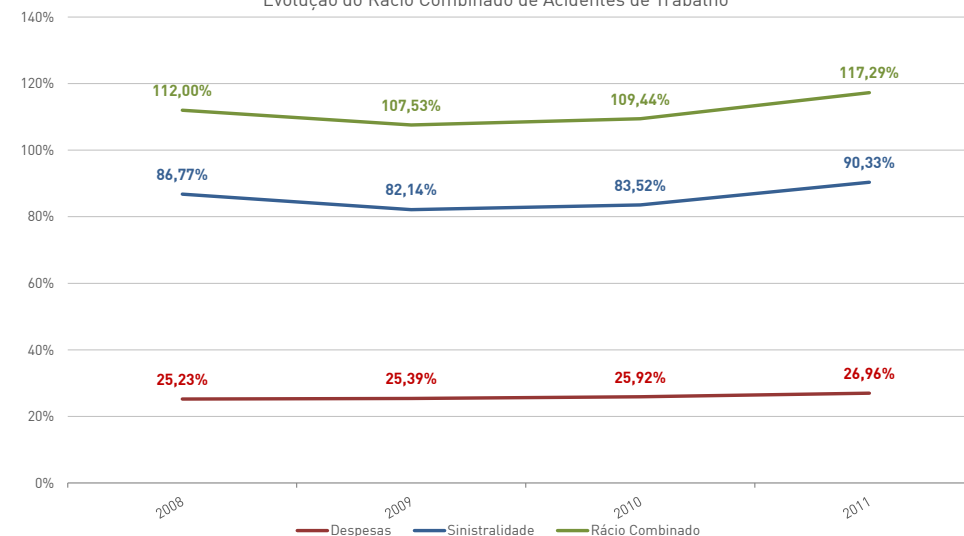
Assinaláveis foram os crescimentos ocorridos nos seguros de Assistência (18,7%) e de Proteção Jurídica (14,3%), ainda que por um valor absoluto relativamente limitado, dada a natureza dos ramos.

e) Agravamento do rácio combinado no ramo de Acidentes de Trabalho

Este ramo que historicamente vem apresentando um rácio combinado elevado, agravou a tendência de forma preocupante e insustentável a curto prazo, atingindo os 117,3%.

Importa notar que este agravamento tem origem na degradação da taxa de sinistralidade, que aumentou praticamente 7 pontos percentuais em relação ao ano anterior, enquanto o rácio de despesas se incrementou apenas 1 ponto percentual.

Evolução do Rácio Combinado de Acidentes de Trabalho

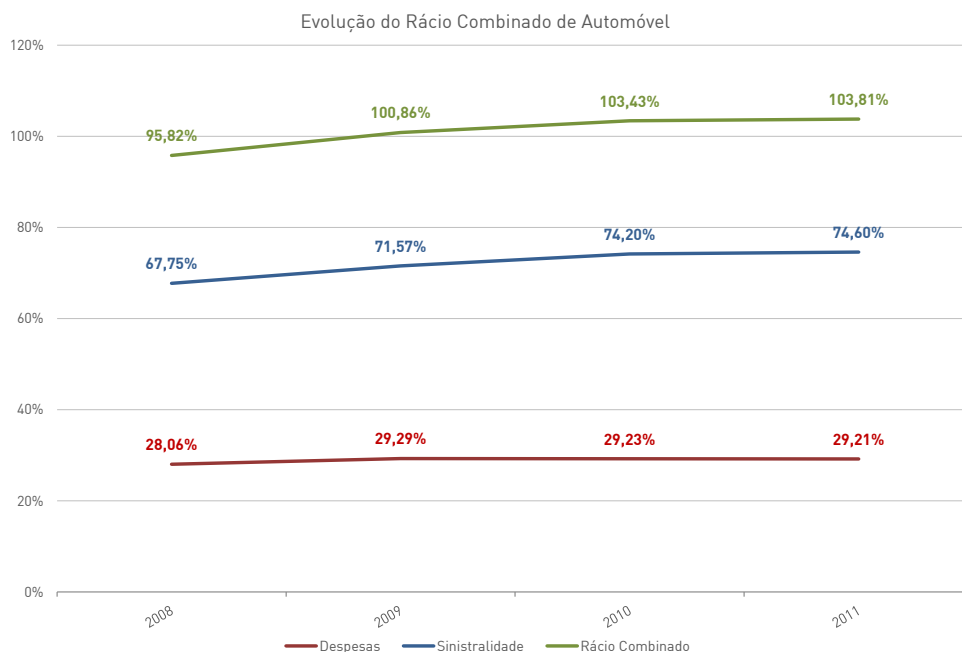


Fonte: APS

f) Manutenção de um rácio combinado superior a 100% no ramo Automóvel

Não obstante a redução na circulação automóvel associada às dificuldades económicas e as condições climatéricas favoráveis nos últimos meses do ano, o rácio combinado situou-se nos 103,8%, sensivelmente ao mesmo nível do ano anterior, traduzindo um comportamento também semelhante tanto da taxa de sinistralidade como do rácio de despesas.

Este desempenho parece evidenciar, novamente, a pressão exercida sobre as margens, como resultado da competitividade entre operadores, já referenciada a propósito da evolução dos prémios.

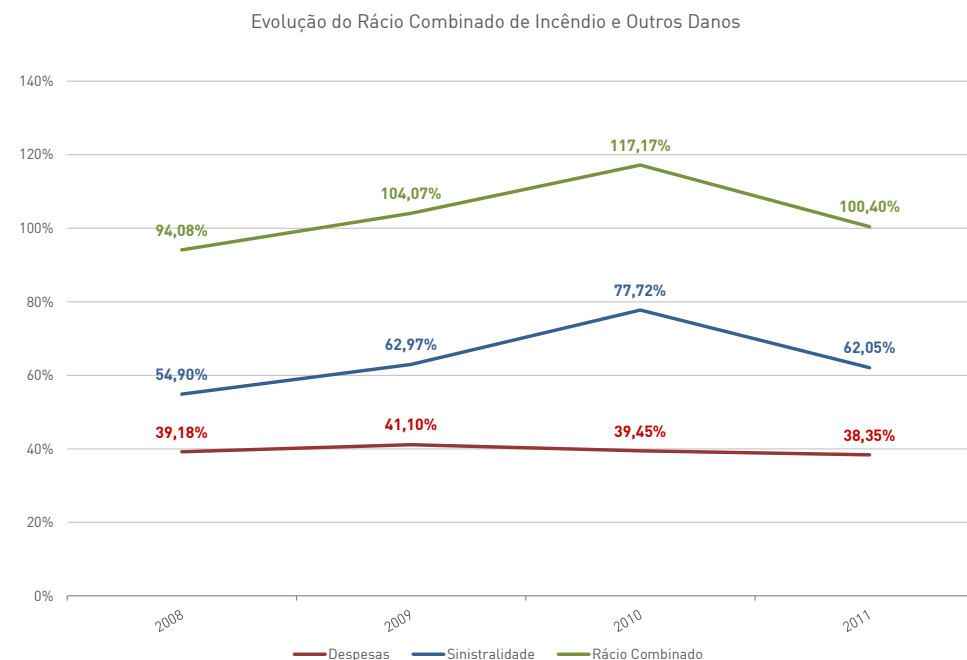


Fonte: APS

g) Importante melhoria do rácio combinado dos ramos de Incêndio e Outro Danos

O conjunto dos ramos incluídos neste segmento experimentou uma significativa descida do rácio combinado (praticamente 17 pontos percentuais), na sua quase totalidade por via do abaixamento da sinistralidade.

Esta melhoria era esperada e explica-se pelo facto do ano anterior ter sido especialmente severo em termos de sinistralidade, com a ocorrência de algumas tempestades de grande magnitude (Madeira e Oeste, por exemplo). Ainda assim, situou-se nos 100%, ou seja, sem conseguir apresentar rentabilidade decorrente da componente técnica.



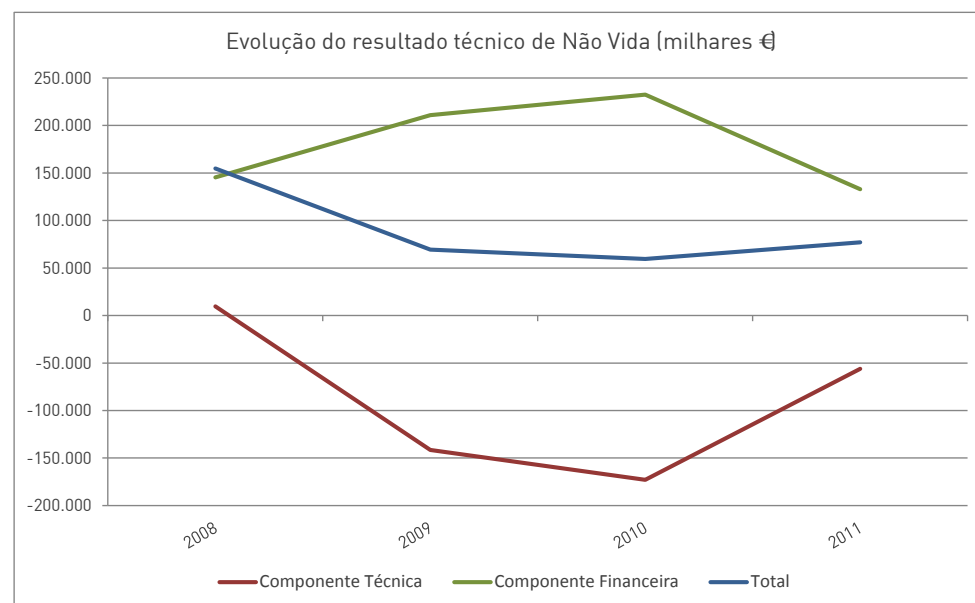
Fonte: APS

h) Manutenção de um baixo nível de resultados técnicos nos ramos Não Vida

Os efeitos da crise financeira não deixaram de se sentir nos resultados técnicos do conjunto dos ramos Não Vida, ainda que em menor magnitude quando comparados com o ramo Vida.

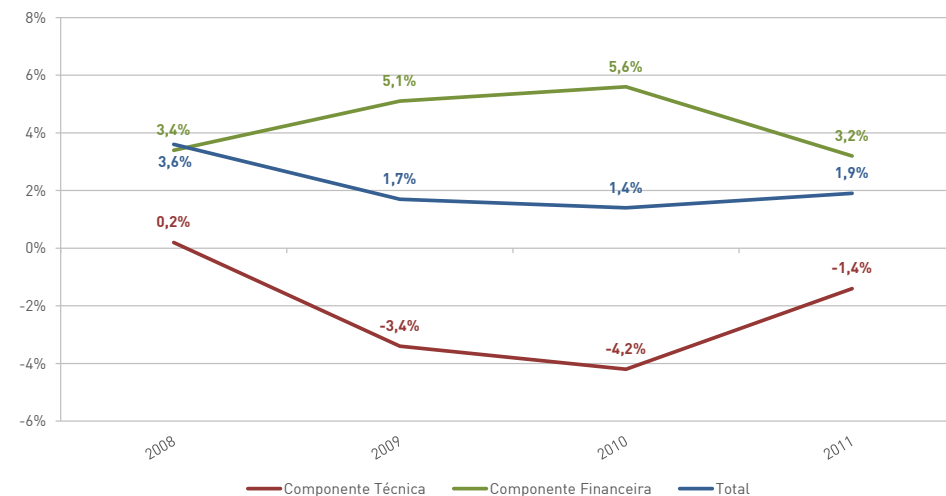
No que concerne à componente técnica, em coerência com o já descrito comportamento dos rácios combinados, a melhoria bastante significativa ocorrida nos ramos de Incendio e Outros Danos acabou por ser absorvida pela degradação das condições de exploração de outros ramos, em especial o de Acidentes de Trabalho, enquanto que o ramo Automóvel, ao qual cabe a maior fatia da carteira, continuou a ter a sua margem de rentabilidade muito pressionada.

Desta forma, a área Não Vida manteve o comportamento anémico dos anos anteriores, atingindo um resultado de 77 milhões de euros, o qual, face aos prémios emitidos, representa uma rentabilidade de 1,9%, com a particularidade de que esta seria negativa sem a componente financeira.



Fonte: APS

Evolução da taxa de rentabilidade das vendas de Não Vida



Fonte: APS

i) Estabilidade do nível de solvência

A erosão nos capitais próprios decorrente do efeito das desvalorizações dos ativos financeiros encontra-se quantificada em cerca de 400 milhões de euros, valor que corresponde a um decréscimo de 10% em relação ao ano anterior.

Apesar disso, através da reclassificação de uma parte dos investimentos de rendimento fixo para a categoria de “detidos até à maturidade” e beneficiando de um abaixamento da margem de solvência exigida em resultado da própria evolução do negócio, o mercado segurador, na sua globalidade, conseguiu reforçar o nível de solvência em 7 pontos percentuais, situando-se numa taxa de cobertura de 181%, segundo os dados provisórios.

Embora os dados definitivos possam vir a revelar alguma alteração, em consequência dos processos de certificação de contas, nomeadamente derivados dos critérios da imparidade a reconhecer em relação aos títulos da dívida pública da Grécia, parece claro que o mercado segurador não degradou a sua solidez, apesar do contexto adverso.

3. ATIVIDADE DA MAPFRE SEGUROS DE VIDA

Em relação à atividade da empresa, importa deixar uma pequena nota introdutória para dizer que se procura deixar nos pontos seguintes um resumo dos aspetos mais relevantes, sem que isso substitua todas as informações complementares e aprofundadas que se encontram nas Notas ao Balanço e Contas de Ganhos e Perdas as quais fazem parte do dossier global de contas do exercício.

3.1. Modelo de governo

Face às exigências legais impostas pelas alterações operadas em 2006 ao Código das Sociedades Comerciais e tendo em conta a dimensão da Seguradora, os modernos princípios e recomendações sobre transparência e eficiência do governo societário contidos, nomeadamente, nas alterações recentes ao Código das Sociedades Comerciais, através do Decreto-Lei n.º 185/2009, de 12 de agosto, do Decreto-Lei n.º 2/2009, de 5 de janeiro, da Norma Regulamentar n.º 5/2010 de 1 de abril e da Circular n.º 5/2009, de 19 de fevereiro, ambas do Instituto de Seguros de Portugal, a estrutura de administração e fiscalização da MAPFRE Seguros de Vida compreende os seguintes órgãos:

- Assembleia Geral – Cujas mesa é composta por um Presidente e um Secretário;
- Conselho de Administração – Composto por quatro a dez membros eleitos pela Assembleia Geral para mandatos de quatro anos, renováveis, que designa o seu Presidente e um Vice-Presidente.
- Conselho Fiscal – Composto por três membros efetivos, um dos quais é o Presidente, e um Suplente, sendo que pelo menos um dos membros efetivos deverá possuir um curso superior adequado ao exercício das suas funções, ter conhecimentos em auditoria ou contabilidade e ser independente, nos termos definidos no Código das Sociedades Comerciais.
- Revisor Oficial de Contas – Função confiada a uma sociedade de Revisores Oficiais de Contas, eleita pela Assembleia Geral sob proposta do Conselho Fiscal.
- As alterações aos estatutos são sujeitas à aprovação em Assembleia Geral sob proposta do Conselho de Administração.

De acordo com os estatutos da Sociedade, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre qualquer assunto da administração da sociedade e nomeadamente:

- a) Cooptação de administradores;
- b) Pedido de convocação de assembleias-gerais;
- c) Relatórios e contas anuais;
- d) Aquisição, alienação e oneração de bens imóveis;
- e) Prestação de cauções e garantias pessoais ou reais pela sociedade;
- f) Abertura ou encerramento de estabelecimentos ou de partes importantes destes;
- g) Extensões ou reduções importantes da atividade da sociedade;
- h) Modificações importantes na organização da sociedade;
- i) Estabelecimento ou cessação de cooperação duradoura e importante com outras empresas;
- j) Projetos de fusão, de cisão e de transformação da sociedade;
- k) Qualquer outro assunto sobre o qual algum administrador requeira deliberação do conselho.

O Conselho de Administração reúne obrigatoriamente uma vez por trimestre.

3.2. Estrutura de capital

O capital social da MAPFRE Seguros de Vida é de € 17.500.000 constituído por 3.500.000 ações, no valor nominal de 5,00 euros cada uma, integralmente detidas pela acionista MAPFRE Seguros Gerais, S.A.

3.3. Política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e fiscalização

A política de remuneração dos membros dos Conselhos de Administração das sociedades que conformam o Grupo MAPFRE, é estabelecida pelo Conselho de Administração da MAPFRE, S.A., seguindo as propostas que lhe são efetuadas pelo Comité de Nomeações e Retribuições, órgão delegado daquele Conselho de Administração;

O Código de Bom Governo do Grupo MAPFRE, com data de 2008, prevê expressamente no seu Título II, 2, J) que o Conselho de Administração da MAPFRE S.A. deve submeter à Assembleia Geral, como ponto separado da ordem do dia, um relatório explicativo da política de remunerações;

Nos termos do relatório apresentado na Assembleia Geral da MAPFRE, S.A., de 3 de fevereiro de 2010, e atentas as especificidades dos órgãos de administração e de fiscalização da sociedade MAPFRE Seguros de Vida, S.A., cabe mencionar que os administradores executivos, quando auferem remunerações por via do desempenho em exclusivo dessas funções, auferem-nas nos termos em que as mesmas se encontram estabelecidas nos seus contratos, que incluem salário fixo, incentivos de quantia variável vinculados aos resultados e após apurados os resultados de exercício, seguros de vida e invalidez, e outras compensações estabelecidas com carácter geral para o pessoal da entidade.

Por outro lado, no que concerne aos incentivos referenciados ao valor das ações, o Plano existente no Grupo MAPFRE não abrange os respetivos membros dos órgãos de administração enquanto possuidores dessa mesma qualidade.

Todavia, no Conselho de Administração da MAPFRE Seguros de Vida, S.A., dos 4 membros que o integram, excetuando o seu Presidente, que apenas auferem remuneração como Administrador Delegado da MAPFRE Seguros Gerais, S.A., dois são trabalhadores dependentes desta sociedade e um é trabalhador dependente da MAPFRE Seguros de Vida S.A., não auferindo, por isso, quaisquer remunerações como membros de órgãos estatutários.

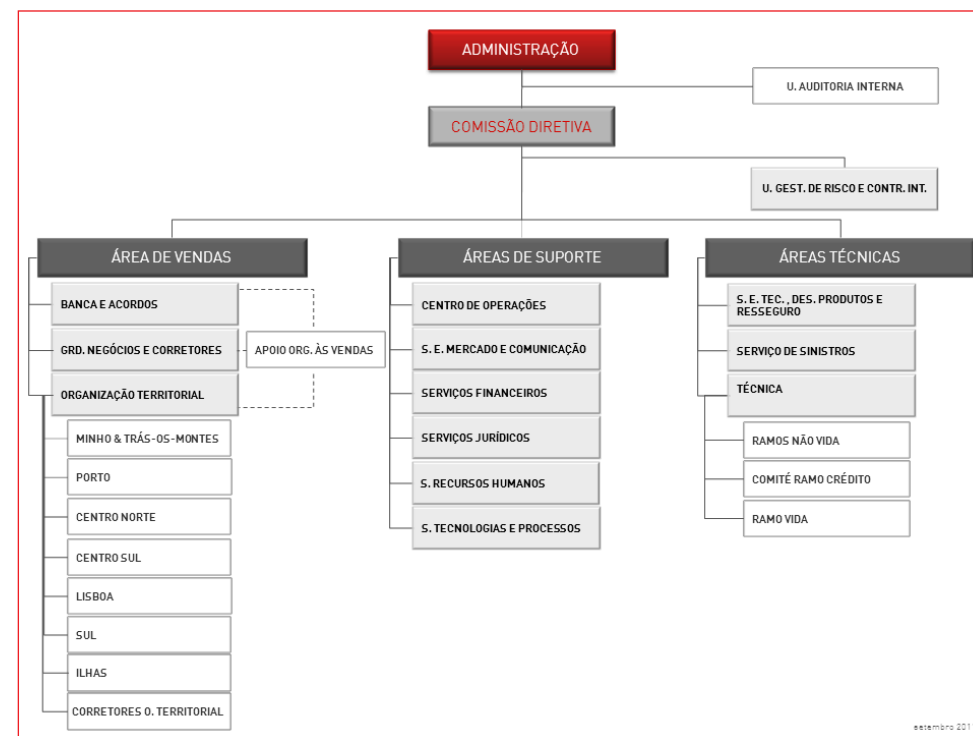
No Conselho Fiscal da MAPFRE Seguros de Vida, S.A., os respetivos membros, incluindo o suplente, apenas auferem uma remuneração única pelo desempenho dessas funções na sociedade MAPFRE Seguros Gerais, S.A., nos termos que se encontram estabelecidos nas Atas n.º 42, de 14 de março de 2008, da Assembleia Geral desta sociedade, e n.º 1, de 27 de outubro de 2009, da Assembleia Geral da MAPFRE Seguros de Vida, S.A., e que são divulgados, do mesmo modo, de acordo com as exigências legais.

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas auferem as remunerações que se encontram contratualmente estabelecidas e que se divulgam a seguir:

Âmbito	Valor
Serviços de certificação legal de contas anuais	38.000,00 €
Serviços de garantia de fiabilidade	4.500,00 €
Total	42.500,00 €

3.4. Estrutura operativa

De há alguns anos a esta parte, na prossecução de uma estratégia de gestão integrada dos clientes e de obtenção de sinergias operacionais, a MAPFRE em Portugal opera os segmentos de negócio Vida e Não Vida através de uma estrutura operacional comum, organizada de acordo com o organograma seguinte:



3.5. Factos relevantes do ano 2011

Ao longo dos últimos anos, a MAPFRE Portugal tem mantido uma estratégia clara e estável, assente em três pilares - crescimento, rentabilidade e responsabilidade empresarial - tendo sido com base neste enquadramento de fundo que em 2011, mais uma vez, se desenvolveu a atividade.

Face ao contexto particularmente difícil, centraram-se esforços em assegurar um desempenho sustentado e equilibrado, procurando dar resposta aos exigentes desafios mais imediatos sem descurar uma visão de médio e longo prazo.

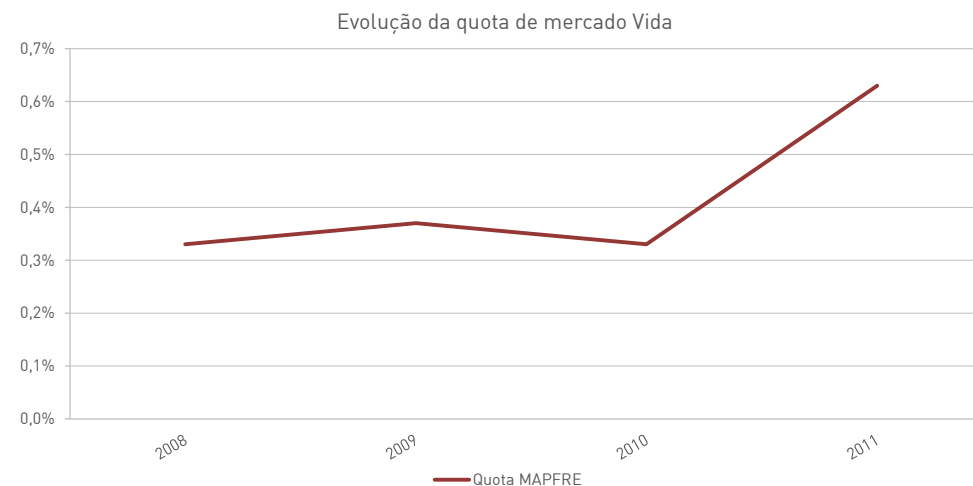
Por outro lado, tendo em conta o facto da MAPFRE Seguros de Vida ser uma companhia de constituição muito recente (o ano de 2011 foi apenas o segundo da sua atividade), além da indispensável dinamização comercial, deu-se uma particular importância à consolidação da sua organização e da sua operativa.

Tendo como pano de fundo a crise financeira e sendo a área de Vida muito condicionada pelos canais de distribuição bancassurance, aliada à falta de tradição da rede de agentes na venda de seguros de Vida, a tarefa adquiria contornos complexos.

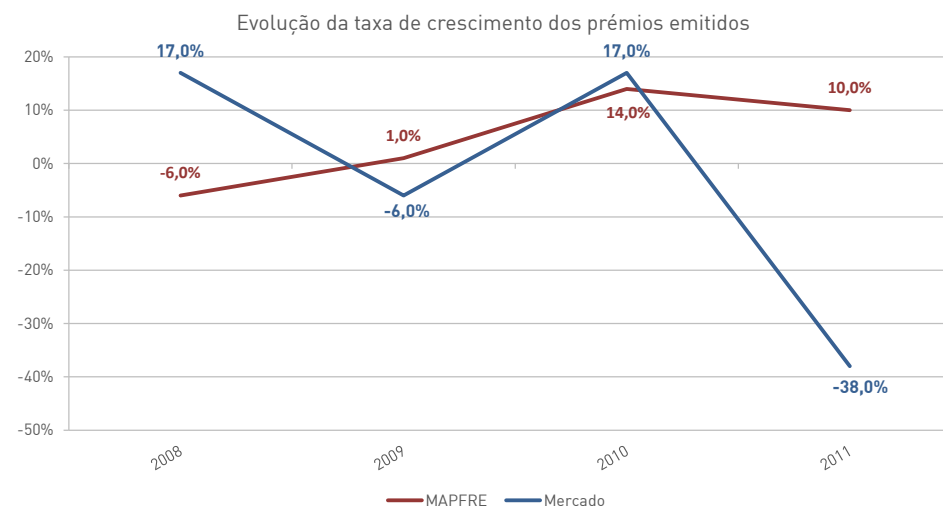
Do ponto de vista comercial, para ultrapassar este condicionalismos, foi efetuada uma forte aposta em três vetores:

- Procura de novos canais de distribuição;
- Entrada em novos segmentos de clientes, nomeadamente os coletivos de risco, em relação aos quais se deram os primeiros passos;
- Dinamismo no lançamento de novos produtos;

Beneficiando do efeito deste vetores e do facto de não se encontrar dependente da estratégia de distribuição dos canais bancários, a empresa conseguiu elevar o ritmo das vendas ao longo do ano e terminar com um volume aproximado de 48 milhões de euros, um desempenho consistente que correspondeu a um crescimento de 9,6% e a um reforço assinalável da quota de mercado no segmento de Vida que, ainda que pequena, passou para praticamente o dobro.



Dados de 2008 e 2009 correspondentes à antiga Agência da MAPFRE Vida
Fonte dos dados de mercado: APS



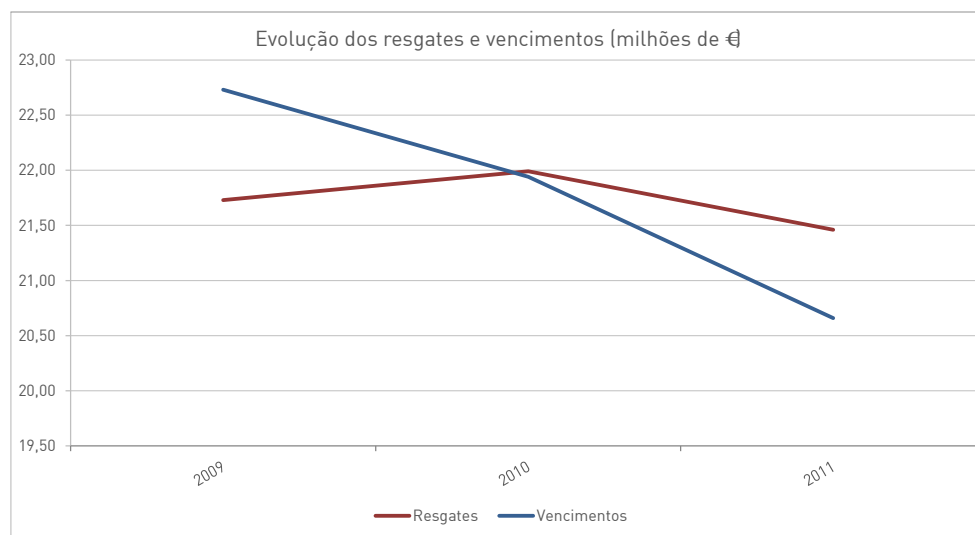
Dados de 2008 e 2009 correspondentes à antiga Agência da MAPFRE Vida
Fonte dos dados de mercado: APS

O número de apólices em vigor é agora de 42.914, incorporando um crescimento na ordem das 2.287, destacando-se as apólices de risco às quais correspondeu mais de metade desse crescimento.

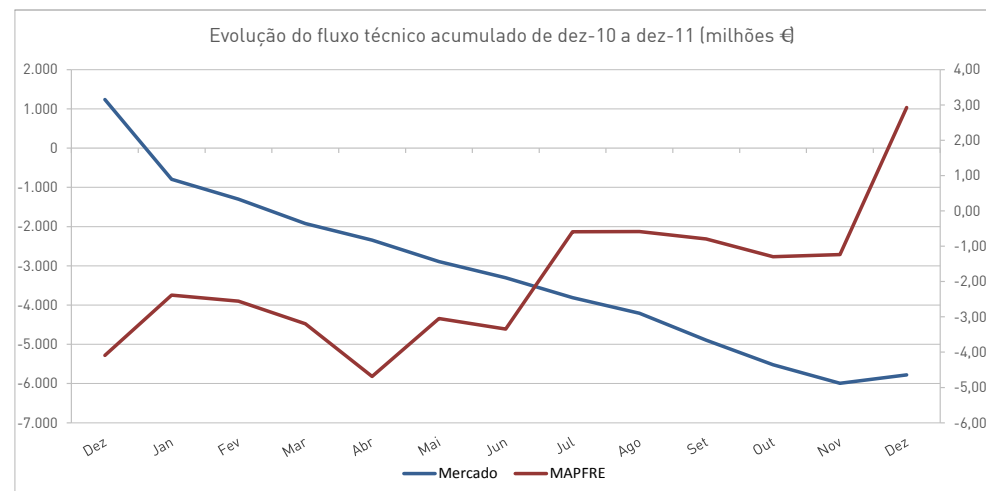
No que respeita à sinistralidade dos produtos de risco puro, ela teve também um comportamento favorável, situando-se nos 35% dos prémios emitidos, frente aos cerca de 47,3% verificados no mercado.

Por sua vez, o montante de resgates e vencimentos dos produtos de poupança evoluiu favoravelmente, contrariando a realidade do mercado que foi muito adversa neste aspeto.

O efeito conjugado das vendas, da sinistralidade e dos montantes pagos por resgates e vencimentos, cujo comportamento, como descrito anteriormente, teve uma evolução muito interessante, permitiu que o fluxo técnico tivesse uma tendência de evolução positiva, constituindo-se num fator de valor acrescido para o futuro da companhia.



Dados de 2009 correspondentes à antiga Agência da MAPFRE Vida



Fonte de dados de mercado: APS

Do lado das despesas gerais de funcionamento (gastos por natureza a imputar por funções), conseguiu-se garantir um incremento nulo, suportando assim o crescimento do negócio sem aumentar os gastos, através do aumento da eficiência, tal como dispunha o plano estratégico.

Em relação aos ativos financeiros, a política de investimentos continuou a privilegiar ativos de alta qualidade creditícia e a reger-se por parâmetros moderados de risco ao nível da duração modificada dos títulos de rendimento fixo e do VAR (Value at risk), no caso dos títulos de rendimento variável.

Não obstante, os ativos sofreram desvalorizações algo importantes, não por via do seu risco intrínseco mas sim devido à turbulência dos mercados financeiros, especialmente os da dívida soberana que contagiaram os ativos de dívida *corporate* dos respetivos países.

De entre essas desvalorizações, destacam-se as dos títulos de dívida portuguesa que constituem uma fatia importante da carteira de investimentos.

Mantendo a aposta na solvência da República de Portugal e após efetuar estudos de liquidez que não apontaram para qualquer dificuldade em relação à capacidade para deter aqueles ativos até à maturidade, decidiu-se proceder à sua reclassificação da categoria de “disponíveis para venda” para a de “detidos até à

maturidade”, atenuando assim os efeitos das desvalorizações no balanço.

Dado que as carteiras de ativos não incluíam títulos de rendimento fixo da República Grega, os mais castigados pelos mercados, não houve lugar ao registo de imparidades decorrentes da ameaça de bancarrota daquele país.

Para terminar a abordagem à vertente financeira, importa referenciar que a desvalorização dos ativos apenas afetou a rentabilidade potencial, pelo que a taxa de rentabilidade derivada dos rendimentos reais obtidos até cresceu em relação aos anos anteriores.

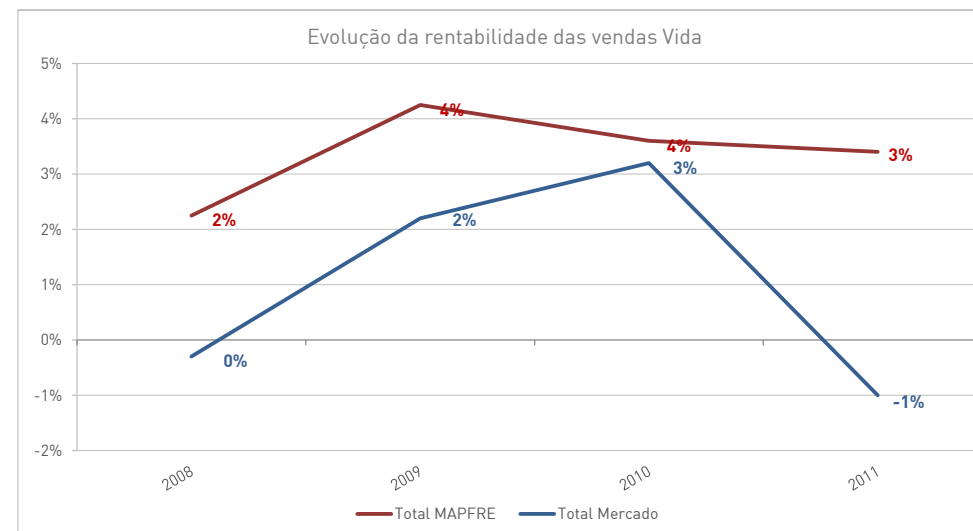
Taxa de rentabilidade dos investimentos				
Tipo de investimento	2008	2009	2010	2011
Bens materiais	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Ações e fundos de investimento	2,6%	3,1%	4,1%	3,9%
Títulos de rendimento fixo	4,7%	4,2%	4,3%	5,0%
Depósitos a prazo	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Depósitos à ordem	4,9%	0,6%	0,0%	0,8%
Total	4,2%	4,4%	4,2%	4,5%

Nota: Taxa anualizada, calculada em função do investimento médio de cada tipo de investimento.

Dados de 2008 e 2009 correspondentes à antiga Agência da MAPFRE Vida

Em função disso, foi possível atribuir uma rentabilidade adicional aos clientes titulares de produtos com planos de participação de resultados, elevando assim a competitividade desses produtos. O montante ascendeu a 388 mil euros, cabendo a maior fatia aos Planos Poupança Reforma.

Como corolário das variáveis anteriores, o resultado técnico continuou a ser positivo e, por consequência, a rentabilidade técnica das vendas também, comparando, mais uma vez, de forma muito favorável com o desempenho geral do mercado.



Dados de 2008 e 2009 correspondentes à antiga Agência da MAPFRE Vida

Apraz ainda registar que o valor da empresa medido através do *Embedded Value*, corrobora o desempenho comentado, surgindo reforçado em relação ao ano anterior, em especial como reflexo do significativo aumento do número de apólices de risco em vigor e da contenção das despesas gerais de gestão.

No que concerne à solidez financeira, após um aumento de capital de 10 milhões de euros realizado no final do ano 2010, ela foi reforçada em 2011 através da contração de um empréstimo subordinado junto da MAPFRE Internacional no montante de 3,5 milhões de euros e da reclassificação dos títulos da dívida pública portuguesa, situando-se agora a taxa de cobertura da margem de solvência em 146%.

Por sua vez, as provisões técnicas, não obstante as referenciadas desvalorizações dos ativos financeiros, mantêm uma cobertura bastante folgada, com a respetiva taxa a atingir os 104,4%, com um excedente aproximado de 8 milhões de euros, constituindo-se num fator de confiança acrescido para o nossos clientes.

A par destes desempenhos muito positivos do ponto de vista quantitativo, a empresa viu ainda reconhecida a sua qualidade de prestação de serviços:

- Um estudo da empresa Marktest, indica que a MAPFRE é percebida pelos seus clientes como uma empresa de confiança, que resolve eficazmente os sinistros e que é rápida no esclarecimento de dúvidas e resolução de problemas;
- A Associação Portuguesa de Call Centers, voltou a eleger o call center da MAPFRE como o melhor do setor de seguros;
- Várias referências positivas foram efetuadas em publicações de associações de defesa do consumidor em relação a alguns produtos;

Por outro lado, importa destacar algumas ações de índole qualitativa desenvolvidas ao longo do ano, no quadro de implementação da estratégia definida e numa filosofia de melhoria contínua, que contribuíram para a obtenção dos resultados anteriormente referenciados.

Um dos aspetos mais importantes a destacar respeita ao assinalável dinamismo proveniente da área de produtos que manteve um fluxo constante de disponibilização de novos produtos à área comercial, sendo uma peça fundamental na prossecução do objetivo de vendas.

Nesse âmbito, importa destacar a criação de produtos específicos em função do canal de comercialização, o relançamento do produto de poupança Milhão Vida e a reformulação do Plano de Poupança Reforma, um produto histórico e de sucesso que foi substituído pelo PPR – Plano A, mais adaptado à realidade atual.

Como suporte direto ao desenvolvimento comercial, implementaram-se melhorias no site de mediadores à disposição da rede de agentes na área de Não Vida, introduzindo algumas novas valências da área de Vida, nomeadamente, simuladores/emissores e a gestão de recibos.

Na vertente do suporte operativo interno, como foi referido anteriormente, realizou-se um esforço de consolidação, nomeadamente através do desenvolvimento de novos módulos de gestão de resgates e vencimentos no sistema informático através do qual se realiza a gestão do negócio.

Por outro lado, melhoraram-se os fluxos de informação com a gestora de ativos de forma a incrementar a qualidade da gestão de ativos e passivos (ALM) e procedeu-se à reorganização da estrutura das carteiras de investimentos em função das

características dos produtos subjacentes.

Ao nível da informação de gestão implementaram-se as contas de resultados por unidade de negócio e desenvolveu-se a primeira fase de um de um *scorecard* de indicadores financeiros e não financeiros que, à semelhança da área Não Vida, tem como objetivo contribuir para uma adequada gestão por parte dos Gerentes e dos Diretores Regionais relativamente às unidades sob sua responsabilidade.

O Centro de Operações que, entre outros serviços, assegura o funcionamento do call center, implementou uma nova ferramenta de atualização de dados dos clientes e levou a cabo algumas campanhas de venda telefónica com resultados muito interessantes.

A área de Estudos de Mercado e Comunicação, deu continuidade ao reforço de comunicação da marca MAPFRE e participou ativamente na preparação da estratégia de abordagem aos novos canais de comunicação que se pretende implementar nos próximos anos. Além disso, deu suporte à implementação das várias campanhas de dinamização da rede comercial e assegurou a comunicação do lançamento e reformulação de produtos, destacando-se neste âmbito o lançamento do novo plano de poupança reforma – o PPR Plano A – que foi alvo de uma campanha na rádio e nos jornais, assim como de decoração das fachadas dos escritórios diretos e delegados espalhados por todo o país.

A gestão operacional por processos tem sido alvo de uma aposta crescente e teve a devida continuidade no ano 2011. Assim, em coordenação com a área de processos do grupo MAPFRE, introduziu-se uma nova ferramenta de apoio e levou-se a cabo a definição de um calendário de levantamento de novos processos, bem como a sistematização dos que já se encontram levantados.

A área de Gestão de Risco e Controlo Interno deu seguimento ao seu trabalho de coordenação transversal de todos os temas que fazem parte do seu âmbito, dirigindo um esforço especial para a vertente do Controlo Interno, avançando com a sua sistematização na ferramenta Riskm@p (ferramenta corporativa que serve de suporte à identificação, monitorização e mitigação dos riscos operacionais), mediante a incorporação dos diversos manuais dos processos e a identificação e avaliação dos controlos. Implementou, ainda, diversas ações de sensibilização e

formação, com o objetivo de reforçar o ambiente de gestão e controlo de riscos. Além disso, efetuou uma análise do estado de adaptação das diversas estruturas da empresa às necessidades ditadas pela nova regulamentação do Solvência II.

No que respeita à segurança, procedeu-se à atualização do plano de continuidade de negócio, existente há vários anos. Nesse âmbito, incorporaram-se novos processos no Plano de Recuperação de Desastre e realizaram-se dois simulacros de evacuação do edifício da sede da empresa com a conseqüente ativação do Centro de Recuperação de Desastre, tendo um deles sido auditado pela Direção de Segurança Corporativa da MAPFRE que o valorou de forma muito positiva.

O quadro de colaboradores no encerramento do exercício era constituído por 51 pessoas, menos 6 do que no ano anterior, em resultado das ações de reorganização implementadas. Apresenta uma distribuição relativamente equilibrada entre sexos, correspondendo 57% a homens e 43% a mulheres.

Para os próximos anos prevê-se um reforço da estrutura, em especial nas áreas técnicas, no sentido de garantir o devido suporte ao crescimento do negócio que se pretende levar a cabo.

Reconhecendo a importância crucial deste ativo, deu-se continuidade ao investimento na capacitação dos Recursos Humanos, mediante a disponibilização de 1.170 horas de formação técnica e comportamental, presencial e por *e-learning*, correspondentes a uma média aproximada de 23 horas por empregado, destacando-se o facto de todos os colaboradores terem participado, pelo menos, numa ação formativa.

No mesmo sentido, foi reformulado o mecanismo de avaliação de desempenho, integrando-o no processo de gestão de carreiras, em relação ao qual começaram a ser dados os primeiros passos.

O ano 2011 foi, também, muito rico em ações de responsabilidade social, levadas a efeito em colaboração com a Fundación MAPFRE, destacando-se nesse âmbito:

- A campanha de educação rodoviária que levou a várias cidades do país a já habitual caravana, permitindo a formação de centenas de crianças nesta

temática tão importante para a sociedade;

- A continuidade da campanha “Com Mais Cuidado” dirigida à população sénior e implementada em colaboração com a Direção Geral de Saúde e a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa;
- A inovadora campanha “Ao Fim de Semana Tu Decides”, destinada à sensibilização dos jovens em relação aos perigos do efeito do álcool na condução;
- Vários seminários de ergonomia, prevenção, segurança e higiene no trabalho;

3.6. Agradecimentos

A consecução dos objetivos a que nos propusemos, num contexto altamente complexo como o que tivemos por diante, não teria sido possível sem a colaboração de muitas pessoas e entidades, internas e externas.

Assim, queremos deixar aqui expresso o nosso agradecimento a todos aqueles que, de uma forma ou de outra, nos prestaram a sua colaboração ativa ao longo do ano.

3.7. Perspetivas de evolução futura

Conscientes das dificuldades que enfrentaremos no futuro próximo, não deixaremos de prosseguir a implementação da nossa estratégia na linha dos anos anteriores, cujo acerto parece amplamente demonstrado nos pontos precedentes. Beneficiando da solidez internacional do grupo MAPFRE, pretendemos continuar a assentar a nossa atividade nos pilares estratégicos de crescimento, rentabilidade e responsabilidade empresarial.

Para atingir os objetivos, continuaremos a privilegiar a agilidade de resposta às mais diversas solicitações, a sustentabilidade técnica e a motivação dos nossos colaboradores como condição indispensável à prestação de um serviço de excelência aos nossos clientes.

Neste sentido, temos definido um vasto plano de ação que pode ser resumido nos seguintes itens:

- Reforço e dinamização dos canais de distribuição e desenvolvimento de novos canais;
- Melhoria da cobertura geográfica da rede de distribuição;
- Dinamismo no lançamento de produtos equilibrados e competitivos;
- Incremento da notoriedade da marca MAPFRE;
- Equilíbrio tarifário e da política de seleção de riscos;
- Melhoria da eficiência da estrutura operativa;

- Aposta continua na capacitação dos recursos humanos;

Para tal, continuamos a contar com a confiança que os nossos clientes e os nossos acionistas têm vindo a depositar ao longo do tempo, bem como com a colaboração incedível de todos os empregados e da rede de agentes e corretores disseminada por todo o país.

4. APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A MAPFRE Seguros de Vida, SA. encontra-se ainda nos primeiros anos de atividade e, por consequência, num processo inicial de desenvolvimento e consolidação.

Não obstante a evolução bastante positiva verificada até à data, em termos de negócio e resultados, em linha com a expectativa tida aquando da sua constituição apesar do contexto económico se ter agravado substancialmente desde aí, tem vindo a sofrer os efeitos da crise da dívida soberana sobre os capitais próprios, motivo pelo qual os acionistas, no final do ano 2010, acordaram um aumento de capital, o qual passou de 7,5 para 17,5 milhões de euros.

Posteriormente, no primeiro trimestre de 2011, a sociedade contraiu um empréstimo subordinado de 3,5 milhões de euros junto da MAPFRE Internacional, com o objetivo de reforçar a margem de solvência.

Ainda que tivesse encerrado o ano de 2011 com um rácio de solvência aproximado de 130% sem incluir os resultados líquidos do exercício (146% com estes incluídos), tendo em conta os fatores anteriores e na observância de um princípio de prudência, o Conselho de Administração propõe que a totalidade do resultado líquido do exercício, no montante de 1.175.423,52 € (Um milhão cento e setenta e cinco mil quatrocentos e vinte e três euros e cinquenta e dois cêntimos), seja integralmente destinado ao reforço dos capitais próprios, sendo incorporado em reservas, da seguinte forma:

- 117.542,35 € em Reserva Legal
- 1.057.881,17 € em Reservas Livres

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

António Manuel Cardoso Belo

(Presidente)

Vítor Manuel da Silva Reis

(Vice-Presidente)

Pedro Ribeiro e Silva

(Secretário)

Maria de Lurdes Ferreira da

Mata Soares Póvoas

(Vogal)



3

CONTAS ANUAIS 2011

Notas do Anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício			Exercício anterior
		Valor Bruto	Imparidade, depreciações/ amortizações ou ajustamentos	Valor Líquido	
	ATIVO				
3.2.1.; 4.3.3;7.; 27.	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	4.038.108,80		4.038.108,80	5.137.432,42
	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos			0,00	0,00
	Ativos financeiros detidos para negociação			0,00	0,00
3.2.2.; 6.	Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	7.863.635,34		7.863.635,34	15.766.544,45
	Derivados de cobertura			0,00	0,00
3.2.2.; 6.	Ativos financeiros disponíveis para venda	113.008.369,60		113.008.369,60	149.676.077,33
3.2.2.2.3	Empréstimos concedidos e contas a receber	1.736.173,22	0,00	1.736.173,22	5.521.826,99
	Depósitos junto de empresas cedentes			0,00	0,00
	Outros depósitos	1.141.018,11		1.141.018,11	4.752.803,00
	Empréstimos concedidos	595.155,11		595.155,11	769.023,99
	Contas a receber			0,00	0,00
	Outros			0,00	0,00
3.2.2.; 6.	Investimentos a deter até à maturidade	59.168.533,24		59.168.533,24	0,00
	Terrenos e edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00
	Terrenos e edifícios de uso próprio			0,00	0,00
	Terrenos e edifícios de rendimento			0,00	0,00
3.2.3.; 8.	Outros activos tangíveis	4.761,54	2.574,88	2.186,66	3.447,04
	Inventários			0,00	0,00
	Goodwill			0,00	0,00
3.2.4.; 10.	Outros ativos intangíveis	345.676,64	156.710,46	188.966,18	303.151,09
3.2.5.; 4.1. b); 4.3.2. c)	Provisões técnicas de resseguro cedido	511.580,59		511.580,59	659.848,51
	Provisão para prémios não adquiridos	109.436,59		109.436,59	109.970,90
	Provisão matemática do ramo vida			0,00	0,00
	Provisão para sinistros	402.144,00		402.144,00	549.877,61
	Provisão para participação nos resultados			0,00	0,00
	Provisão para compromissos de taxa			0,00	0,00
	Provisão para estabilização de carteira			0,00	0,00
	Outras provisões técnicas			0,00	0,00
3.2.6.; 3.3.1.; 20.1.; d); h); i)	Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	234.685,52		234.685,52	247.197,00
3.2.7.	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	2.900.023,55	127.218,50	2.772.805,05	3.064.705,46
	Contas a receber por operações de seguro directo	1.332.962,68	7.809,26	1.325.153,42	2.217.186,22
4.3.2. c)	Contas a receber por operações de resseguro	346.064,30		346.064,30	92.298,70
	Contas a receber por outras operações	1.220.996,57	119.409,24	1.101.587,33	755.220,54
	Ativos por impostos e taxas	1.191.653,61		1.191.653,61	1.734.856,05
21.1.	Ativos por impostos correntes	28.786,10		28.786,10	51.331,51
3.2.15.2; 21.2.	Ativos por impostos diferidos	1.162.867,51		1.162.867,51	1.683.524,54
3.2.11.	Acréscimos e diferimentos	23.280,45		23.280,45	30.000,00
	Outros elementos do ativo			0,00	0,00
	Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas			0,00	0,00
	TOTAL ATIVO	191.026.482,10	286.503,84	190.739.978,26	182.145.086,34

(Valores expressos em euros)

Notas do Anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício	Exercício anterior
	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		
	PASSIVO		
3.2.8.; 4.1b); 4.1c)	Provisões técnicas	162.083.365,76	169.640.279,56
3.2.8.4.; 4.5	Provisão para prémios não adquiridos	660.694,46	655.764,58
3.2.8.1.; 4.5	Provisão matemática do ramo vida	146.888.841,45	146.659.832,99
3.2.8.2.; 4.5	Provisão para sinistros	6.492.371,59	7.268.787,10
	De vida	6.492.371,59	7.268.787,10
	De acidentes de trabalho		
	De outros ramos		
3.2.8.3.; 4.5	Provisão para participação nos resultados	388.780,60	156.094,85
	Provisão para compromissos de taxa		
	Provisão para estabilização de carteira		
	Provisão para desvios de sinistralidade		
	Provisão para riscos em curso		
3.2.8.1.	Provisão técnica relativa a seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro	7.652.677,66	14.899.800,04
	Outras provisões técnicas		
3.2.9.; 5.; 12.2	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	16.411.574,96	5.092.115,36
	Outros passivos financeiros	3.500.000,00	0,00
	Derivados de cobertura		
	Passivos subordinados	3.500.000,00	
	Depósitos recebidos de resseguradores		
	Outros		
3.2.6.; 3.3.1; 20.1 e); f)	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	166.037,69	203.654,00
3.2.10.	Outros credores por operações de seguros e outras operações	207.210,81	413.261,28
	Contas a pagar por operações de seguro direto	108.265,95	309.989,71
4.3.2. c)	Contas a pagar por operações de resseguro	1.051,43	2.204,59
	Contas a pagar por outras operações	97.893,43	101.066,98
	Passivos por impostos	173.586,20	192.115,58
3.2.15.1; 21.1.	Passivos por impostos correntes	173.586,20	180.576,68
3.2.15.2; 21.2.	Passivos por impostos diferidos	0,00	11.538,90
3.2.11.	Acréscimos e diferimentos	823.061,67	944.971,14
3.2.12.; 11.	Outras provisões	2.745,49	2.745,49
	Outros elementos do passivo		
	Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda		
	TOTAL PASSIVO	183.367.582,58	176.489.142,41
	CAPITAL PRÓPRIO		
22.	Capital	17.500.000,00	17.500.000,00
	(Ações próprias)		
	Outros instrumentos de capital		
23.	Reservas de reavaliação	-7.563.331,29	-8.064.494,34
	Por ajustamentos no justo valor de investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		
	Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	-7.563.331,29	-8.064.494,34
	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio		
	Por revalorização de outros activos tangíveis		
	Por revalorização de activos intangíveis		
	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa		
	Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira		
	De diferenças de câmbio		
23.	Reserva por impostos diferidos	2.033.403,21	2.058.988,23
23.	Outras reservas	-5.805.863,45	-7.411.488,05
	Resultados transitados	32.763,69	-32.686,51
24.	Resultado do exercício	1.175.423,52	1.605.624,60
	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	7.372.395,68	5.655.943,93
	TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	190.739.978,26	182.145.086,34

(Valores expressos em euros)

Notas do Anexo	Conta de Ganhos e Perdas	Exercício				Exercício anterior
		Técnica Vida	Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total	
	Prémios adquiridos líquidos de resseguro	35.846.760,43	0,00		35.846.760,43	40.478.563,63
3.2.14.; 12.1	Prémios brutos emitidos	36.590.100,90			36.590.100,90	40.846.036,81
3.2.14.	Prémios de resseguro cedido	719.745,75			719.745,75	524.319,49
	Provisão para prémios não adquiridos (variação)	20.002,57			20.002,57	-31.765,01
	Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	-3.592,15			-3.592,15	125.081,30
	Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	30,00			30,00	2.200,00
3.2.14	Custos com sinistros, líquidos de resseguro	43.793.013,88	0,00		43.793.013,88	47.040.608,93
	Montantes pagos	44.421.695,78	0,00		44.421.695,78	48.133.557,78
16.	Montantes brutos	45.192.508,75			45.192.508,75	48.552.787,39
	Parte dos resseguradores	770.812,97			770.812,97	419.229,61
	Provisão para sinistros (variação)	-628.681,90	0,00		-628.681,90	-1.092.948,85
	Montante bruto	-776.415,51			-776.415,51	-543.071,24
	Parte dos resseguradores	-147.733,61			-147.733,61	549.877,61
	Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)				0,00	0,00
	Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro (variação)	-7.174.208,77			-7.174.208,77	-5.122.692,54
	Montante bruto	-7.174.208,77			-7.174.208,77	-5.512.153,79
	Parte dos resseguradores	0,00			0,00	-389.461,25
	Participação nos resultados, líquida de resseguro	388.780,60			388.780,60	-185.162,50
	Custos e gastos de exploração líquidos	3.556.552,79	0,00		3.556.552,79	3.500.015,59
3.2.14; 13.; 16.	Custos de aquisição	2.787.099,54			2.787.099,54	2.659.858,53
	Custos de aquisição diferidos (variação)	-15.072,69			-15.072,69	-81.751,73
16.	Gastos administrativos	847.319,06			847.319,06	951.056,14
3.2.14.	Comissões e participação nos resultados de resseguro	62.793,12			62.793,12	29.147,35
14.2.1.	Rendimentos	7.891.246,23	0,00	0,00	7.891.246,23	6.803.870,19
	De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	7.548.078,53			7.548.078,53	6.755.904,84
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	309.120,00			309.120,00	30.702,77
	Outros	34.047,70			34.047,70	17.262,58
14.2.2.	Gastos financeiros	791.988,32	0,00	0,00	791.988,32	536.141,67
	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	210.212,57			210.212,57	337.978,46
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	285.100,20			285.100,20	0,00
16.	Outros	296.675,55			296.675,55	198.163,21
15.	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-597.923,19	0,00	0,00	-597.923,19	262.173,10
	De ativos disponíveis para venda	-597.923,19			-597.923,19	262.173,10
	De empréstimos e contas a receber				0,00	0,00
	De investimentos a deter até à maturidade				0,00	0,00
	De passivos financeiros valorizados a custo amortizado				0,00	0,00
	De outros				0,00	0,00
15.	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-218.211,93	0,00	0,00	-218.211,93	-426.411,73
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação				0,00	0,00
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-218.211,93			-218.211,93	-426.411,73
	Diferenças de câmbio				0,00	0,00

Notas do Anexo	Conta de Ganhos e Perdas	Exercício				Exercício anterior
		Técnica Vida	Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total	
	Ganhos líquidos de ativos não financeiros que não estejam classificados como activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas				0,00	0,00
	Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	De ativos disponíveis para venda				0,00	0,00
	De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado				0,00	0,00
	De investimentos a deter até à maturidade				0,00	0,00
	De outros				0,00	0,00
	Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	108.963,60			108.963,60	215.975,80
11.	Outras provisões (variação)			-52.350,75	-52.350,75	-468.035,96
	Outros rendimentos/gastos			73.671,52	73.671,52	-23.866,56
	<i>Goodwill</i> negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas				0,00	0,00
	Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial				0,00	0,00
	Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda				0,00	0,00
	RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS	1.674.738,32	0,00	126.022,27	1.800.760,59	2.011.629,24
3.2.15.1.; 21.1.	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes			628.460,07	628.460,07	394.465,74
3.2.15.2.; 21.2.	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos			-3.123,00	-3.123,00	11.538,90
	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.674.738,32	0,00	-499.314,80	1.175.423,52	1.605.624,60

(Valores expressos em euros)

Notas do Anexo	Demonstração de Variações do Capital Próprio	Capital social	Reservas de reavaliação	Reserva por impostos diferidos	Outras reservas		Resultados transitados	Resultado do exercício	TOTAL
			Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		Reserva legal	Outras reservas			
22.2	Balço a 31 de dezembro 2010 (balço de abertura)	17.500.000,00	-8.064.494,34	2.058.988,23		-7.411.488,05	-32.686,51	1.605.624,60	5.655.943,93
	Correções de erros (IAS 8) - Nota 35								
	Alterações políticas contabilísticas (IAS 8) - Nota 35								
22.2	Balço de abertura alterado	17.500.000,00	-8.064.494,34	2.058.988,23		-7.411.488,05	-32.686,51	1.605.624,60	5.655.943,93
	Aumentos (reduções) de capital								
	Transação de ações próprias								
	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de filiais, associadas e empreendimentos conjuntos								
23	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		501.163,05	-25.585,02					475.578,03
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio								
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorizações de outros ativos tangíveis								
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorizações de ativos intangíveis								
	Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura em cobertura de fluxos de caixa								
	Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira								
	Ganhos líquidos por diferenças por taxa de câmbio								
	Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos						65.450,20		65.450,20
23	Aumentos de reservas por aplicação de resultados				160.562,46	1.445.062,14		-1.605.624,60	
	Distribuição de reservas								
	Distribuição de lucros (prejuízos)								
	Alterações de estimativas contabilísticas								
23	Outros ganhos (perdas) reconhecidos diretamente no capital próprio								
	Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas								
	Total das variações do capital próprio	0,00	501.163,05	-25.585,02	160.562,46	1.445.062,14	65.450,20	-1.605.624,60	541.028,23
	Resultado líquido do exercício							1.175.423,52	1.175.423,52
	Distribuição antecipada de lucros								
	Balço a 31 de dezembro 2011	17.500.000,00	-7.563.331,29	2.033.403,21	160.562,46	-5.966.425,91	32.763,69	1.175.423,52	7.372.395,68

(Valores expressos em euros)

Notas do Anexo	Demonstração de Variações do Capital Próprio	Capital social	Reservas de reavaliação	Reserva por impostos diferidos	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado do exercício	TOTAL
			Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		Outras reservas			
22.2	Balço a 31 de dezembro 2009 (balço de abertura)	7.500.000,00					-32.686,51	7.467.313,49
	Correções de erros (IAS 8) - Nota 35							
	Alterações políticas contabilísticas (IAS 8) - Nota 35							
22.2	Balço de abertura alterado	7.500.000,00					-32.686,51	7.467.313,49
	Aumentos (reduções) de capital	10.000.000,00						10.000.000,00
	Transação de ações próprias							
	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de filiais, associadas e empreendimentos conjuntos							
23	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		-9.361.224,91	2.396.138,18				-6.965.086,73
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio							
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorizações de outros ativos tangíveis							
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorizações de ativos intangíveis							
	Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura em cobertura de fluxos de caixa							
	Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira							
	Ganhos líquidos por diferenças por taxa de câmbio							
	Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos							
23	Aumentos de reservas por aplicação de resultados					-32.686,51	32.686,51	
	Distribuição de reservas							
	Distribuição de lucros (prejuízos)							
	Alterações de estimativas contabilísticas							
23	Outros ganhos (perdas) reconhecidos directamente no capital próprio		1.296.730,57	-337.149,95	-7.411.488,05			-6.451.907,43
	Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas							
	Total das variações do capital próprio	10.000.000,00	-8.064.494,34	2.058.988,23	-7.411.488,05	-32.686,51	32.686,51	-3.416.994,16
	Resultado líquido do exercício						1.605.624,60	1.605.624,60
	Distribuição antecipada de lucros							
	Balço a 31 de dezembro 2010	17.500.000,00	-8.064.494,34	2.058.988,23	-7.411.488,05	-32.686,51	1.605.624,60	5.655.943,93

(Valores expressos em euros)

Notas do Anexo	Demonstração do rendimento integral	Exercício 2011	Exercício anterior 2010
24	Resultado líquido do exercício	1.175.423,52	1.605.624,60
	Outro rendimento integral do exercício	1.099.086,24	(9.623.398,01)
	Ganhos líquidos por ajustamento no justo de ativos disponíveis para venda	501.163,05	(9.361.224,91)
15	Reclassificação de ganhos e perdas em resultado do exercício	(597.923,19)	262.173,10
	Reconhecimento de impostos diferidos	(25.585,02)	2.396.138,18
	Total do rendimento integral líquido de impostos	2.248.924,74	(5.621.635,23)

(Valores expressos em euros)



4

**NOTAS AO BALANÇO E CONTA
DE GANHOS E PERDAS**

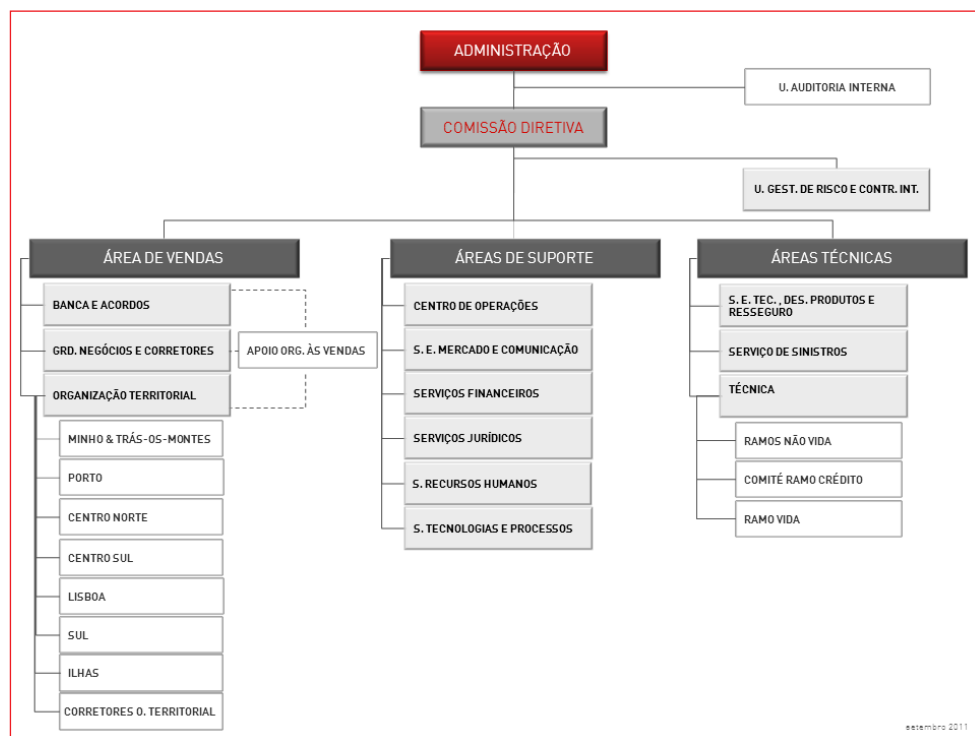
1. Informações gerais

1.1. A MAPFRE Seguros de Vida, S.A., foi constituída por escritura em 12 de agosto de 2009, com o capital social de 7.500.000,000 euros, detido na sua totalidade pela MAPFRE Seguros Gerais, S.A., formalmente constituída como seguradora através da Norma de Autorização nº 1/2009-A do ISP.

Iniciou a atividade em 1 de janeiro de 2010 e adquiriu com efeito a 1 de janeiro de 2010, conforme escritura de cessão total, de 19 de julho de 2010, a carteira e os ativos e passivos da Agência Geral em Portugal da MAPFRE Vida, Companhia de Seguros y Reaseguros sobre la Vida Humana, S.A.

A sociedade foi constituída em Portugal e o seu domicílio social encontra-se em Lisboa na Rua Castilho, 52.

A MAPFRE dispõe de uma estrutura organizativa de acordo com o organigrama seguinte:



1.2. A MAPFRE Seguros de Vida, S.A., explora a totalidade dos Seguros de Vida e Seguros Ligados a Fundos de Investimento, definidos no Artigo 124º do Decreto-Lei 94-B/98, e emitiu no ano de 2011 prémios de contratos de seguros no valor de 36,5 milhões de euros e contratos de seguro considerados para efeitos contabilístico como contratos de investimento no valor de 11,4 milhões de euros.

No relatório de gestão, elaborado pelos membros da administração, foram abordadas as conjunturas económica e de mercado em que a Companhia opera, efetuado um resumo da atividade desenvolvida em 2011, apresentados alguns indicadores de gestão que demonstram o comportamento das rubricas mais importantes do negócio e, por último, divulgado o plano estratégico da Companhia para o ano de 2012, que continua a assentar em 3 pilares primordiais – Crescimento; Rentabilidade e Responsabilidade Empresarial.

1.3. As demonstrações financeiras da Companhia reportam-se aos exercícios findos em 2010 e 2011 e foram preparadas com base no regime contabilístico aplicado às empresas de seguros estipulado no Plano de Contas para as Empresas de Seguros, aprovado pela Norma Regulamentar nº. 4/2007, com as alterações introduzidas pela Norma Regulamentar nº. 22/2010-R, ambas do Instituto de Seguros de Portugal, exceto no que diz respeito à numeração das Notas uma vez que foi atribuída uma numeração sequencial própria. Por não serem aplicáveis ou por irrelevância dos valores ou situações a reportar, algumas Notas não são referidas neste Anexo. O regime contabilístico aplicado acolheu, em termos genéricos, as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) adotadas pela União Europeia nos termos do Regulamento (CE) Nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho de 2002, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005 com exceção da IFRS 4, da qual apenas foram adotados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros, continuando a aplicar-se ao reconhecimento e mensuração dos passivos associados a contratos de seguros os princípios estabelecidos na legislação e regulamentação prudencial específica em vigor.

As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pela *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações do *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC).

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 foram aprovadas pelo Conselho de Administração, estando no entanto pendentes de aprovação pela Assembleia-Geral de Acionistas. Não obstante este facto, o Conselho de Administração admite que venham a ser aprovadas sem qualquer alteração.

2. Informação por segmentos

2.1. Para efeitos de gestão, a Companhia está organizada por unidades de negócio baseadas nos tipos de produtos que explora, agrupados nos segmentos reportáveis de Rendias, Risco, Mistos, Capitalização e P.P.R.

A definição destes segmentos de negócios foi efetuada, tendo em conta a similitude da natureza dos riscos associados a cada produto explorado, a similaridade dos processos de exploração destes negócios e a organização e processos de gestão em vigor na Companhia.

Os riscos seguros estavam sediados em Portugal Continental e na Região Autónoma da Madeira e os prémios de contratos de seguros e de contratos de seguro considerados para efeitos contabilístico como contratos de investimento, apresentavam, no exercício de 2011 e no exercício anterior, a seguinte composição por segmentos reportáveis:

Exercício de 2011					
Tipo de Contrato (para efeitos contabilísticos)	Rendias	Risco	Mistos	Capitalização	P.P.R.
Contratos de seguro	7%	9%	16%	20%	48%
Contratos de investimento	0%	0%	0%	0%	100%

Exercício de 2010					
Tipo de Contrato (para efeitos contabilísticos)	Rendias	Risco	Mistos	Capitalização	P.P.R.
Contratos de seguro	5%	8%	15%	12%	60%
Contratos de investimento	0%	0%	0%	100%	0%

2.2. Apresenta-se de seguida a Conta de Ganhos e Perdas por segmentos de negócio, evidenciando-se a sua ligação com a Conta de Ganhos e Perdas global da Companhia, para os exercícios de 2011 e 2010:

Exercício de 2011				
Conta de Ganhos e Perdas	Ramos Vida Global	Rendias, Risco e Mistos	Capitalização	P.P.R.
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	35.846.760,43	10.912.264,53	7.347.792,42	17.586.703,48
Comissões de contratos de seguro contabilizados como contratos de investimento	30,00	0,00	30,00	0,00
Custos com sinistros líquidos de resseguro	43.793.013,88	13.055.160,56	15.873.798,22	14.864.055,10
Provisões matemáticas líquidas de resseguro	-7.174.208,77	-3.449.272,46	-8.184.491,63	4.459.555,32
Participação nos resultados líquida de resseguro	388.780,60	0,00	0,00	388.780,60
Custos e gastos de exploração líquidos de resseguro	3.556.552,79	1.709.633,51	488.448,91	1.358.470,37
Rendimentos financeiros	7.891.246,23	2.573.930,23	1.076.480,43	4.240.835,57
Gastos financeiros	791.988,32	170.355,40	219.596,77	402.036,57
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-597.923,19	26.053,68	-23.984,34	-599.992,53
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-218.211,93	0,00	-218.211,93	0,00
Outros rendimentos gastos técnicos líquidos de resseguro	108.963,60	62.914,24	14.354,66	31.694,70
Outras provisões (variação)	-52.350,75			
Outros rendimentos (gastos)	73.671,52			
Resultado antes de impostos	1.800.760,59	2.089.285,67	-200.891,03	-213.656,32
Imposto s/rendimento do exercício-impuestos correntes	628.460,07			
Imposto s/rendimento do exercício-impuestos diferidos	-3.123,00			
Resultado depois de impostos	1.175.423,52	2.089.285,67	-200.891,03	-213.656,32

Exercício de 2010				
Conta de Ganhos e Perdas	Ramos Vida Global	Rendas, Risco e Mistos	Capitalização	P.P.R.
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	40.478.563,63	4.772.838,70	14.200.709,28	21.505.015,65
Comissões de contratos de seguro contabilizados como contratos de investimento	2.200,00	0,00	2.200,00	0,00
Custos com sinistros líquidos de resseguro	47.040.608,93	1.274.158,78	37.902.494,80	7.863.955,35
Provisões matemáticas líquidas de resseguro	-5.122.692,54	2.121.128,05	22.563.906,37	15.320.085,78
Participação nos resultados líquida de resseguro	-185.162,50	0,00	0,00	-185.162,50
Custos e gastos de exploração líquidos de resseguro	3.500.015,59	616.843,21	1.905.421,06	977.751,32
Rendimentos financeiros	6.803.870,19	254.525,49	4.174.725,43	2.374.619,27
Gastos financeiros	536,14	21.594,37	317.543,45	197.003,85
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	262.173,10	6.044,02	287.990,70	-31.861,62
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-426.411,73	0,00	-426.411,73	0,00
Outros rendimentos gastos técnicos líquidos de resseguro	215.975,80	21.235,70	171.657,07	23.083,03
Outras provisões (variação)	-468.035,96			
Outros rendimentos (gastos)	-23.866,56			
Resultado antes de impostos	2.011.629,24	1.020.919,50	849.317,81	-302.777,47
Imposto s/rendimento do exercício-impuestos correntes	394.465,74			
Imposto s/rendimento do exercício-impuestos diferidos	11.538,90			
Resultado depois de impostos	1.605.624,60	1.020.919,50	849.317,81	-302.777,47

Nos exercícios de 2011 e de 2010, a totalidade da atividade desenvolvida pela Companhia foi realizada em território nacional, pelo que não é apresentada qualquer informação por segmento geográfico.

2.3. Não se apresenta o relato por segmentos das rubricas de balanço, dado que esta informação, não é alvo de análise por parte da Companhia e nesse sentido não é regularmente preparada.

3. Base de preparação das demonstrações financeiras e das políticas contabilísticas

3.1. Bases de apresentação

No exercício de 2011, as Demonstrações Financeiras foram preparadas em euros, exceto em algumas situações expressamente indicadas.

Na preparação das demonstrações financeiras foram utilizados os pressupostos do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação e da continuidade tendo sido preparadas com base nos livros e registos contabilísticos da Companhia. As demonstrações financeiras foram preparadas na base do custo histórico exceto no que respeita aos ativos financeiros, que foram mensurados ao justo valor, pressupondo a continuação da atividade da Companhia.

As demonstrações financeiras da Companhia são integradas nas demonstrações financeiras do Grupo MAPFRE em Espanha, as quais podem ser obtidas no site www.MAPFRE.com.

3.2. Bases de mensuração e políticas contabilísticas

3.2.1. Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco insignificante de alteração de valor onde se incluem a caixa e disponibilidades em instituições de crédito. Todas as contas bancárias detidas pela Companhia correspondem a contas em euros.

3.2.2. Instrumentos financeiros

3.2.2.1. Reconhecimento e mensuração inicial de Instrumentos Financeiros

Os ativos financeiros encontram-se classificados nas categorias de “Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas”, “Ativos financeiros disponíveis para venda”, “Empréstimos concedidos e contas a receber” e em “Investimentos a deter até à maturidade”.

Os ativos financeiros são registados na data de contratação pelo respetivo justo valor. Os custos diretamente imputados à transação são diretamente reconhecidos em resultados, na primeira categoria e acrescidos ao valor do ativo nas restantes.

3.2.2.2. Mensuração subsequente de Instrumentos Financeiros

3.2.2.2.1. Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas

Esta categoria de ativos diz respeito aos ativos irrevogavelmente classificados no seu reconhecimento inicial ao justo valor através de resultados.

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os investimentos afetos a produtos em que o risco é suportado pelos tomadores de seguro, estão considerados ao justo valor e classificados como ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas.

3.2.2.2.2. Ativos financeiros disponíveis para venda

São classificados nesta rubrica, instrumentos que podem ser alienados em resposta ou em antecipação às necessidades de liquidez ou alterações da taxa de juro, taxas de câmbio ou alterações do seu preço de mercado e que não tenham sido classificados nas outras categorias de ativos financeiros. Incluem títulos de dívida, instrumentos de capital e investimentos em unidades de participação de fundos de investimento mobiliário.

Após o reconhecimento inicial, cujo valor inclui os custos de transação diretamente relacionados com a sua aquisição, são subsequentemente avaliados ao justo valor, sem deduzir nenhum custo de transação em que se pudesse incorrer para a sua venda, sendo os respetivos ganhos e perdas refletidos na rubrica "Reservas de reavaliação" até à sua venda, momento no qual o valor acumulado é transferido para resultados do exercício para a rubrica "Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas de ativos disponíveis para venda".

O custo de aquisição dos títulos de dívida é reajustado pelo método da taxa efetiva. A taxa efetiva é a taxa que desconta o valor de reembolso para o valor de aquisição. Este reajustamento traduz o reconhecimento da diferença entre o valor de aquisição e o valor de reembolso ao longo da vida remanescente do título. Os

efeitos desses reajustamentos são diretamente registados em resultados, nas rubricas de "Rendimentos de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas" ou de "Gastos financeiros de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas".

Os juros relativos a instrumentos de dívida, classificados nesta categoria, são reconhecidos em "Rendimentos de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas".

Os dividendos de instrumentos de capital, classificados nesta categoria, são registados como ganhos na rubrica "Outros rendimentos", quando é estabelecido o direito da Companhia ao seu recebimento.

As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados, na rubrica "Perdas de imparidade (líquidas de reversão) de ativos disponíveis para venda".

O justo valor de um instrumento financeiro, corresponde ao montante pelo qual um ativo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transação em condições normais de mercado.

Para a identificação do justo valor dos títulos de rendimento variável e dos títulos de dívida cotados, a Companhia adota os dados de cotação da Bloomberg, do último dia do período de reporte.

Nos títulos de dívida, quando a cotação não é considerada suficientemente representativa, o justo valor determina-se através de um modelo de cálculo, considerado adequado a cada situação concreta. Na nota 6 detalham-se os procedimentos adotados pela Companhia com vista à aplicação desta metodologia.

3.2.2.2.3. Empréstimos concedidos e contas a receber/outros depósitos

A carteira de ativos registada em "Empréstimos concedidos e contas a receber/Outros depósitos" é constituída por depósitos a prazo junto de entidades bancárias, a curto prazo, geralmente inferiores a 180 dias e "Empréstimos sobre apólices".

No reconhecimento inicial, estes ativos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efetiva, e acrescido de todos os custos incrementais diretamente imputáveis à transação. Subsequentemente, estes ativos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efetiva.

3.2.2.2.4. Investimentos a deter até à maturidade

São classificados nesta categoria os ativos sobre os quais existe uma intenção e capacidade financeira de manutenção em carteira até ao seu vencimento.

Após o reconhecimento inicial, cujo valor inclui os custos de transação diretamente relacionados com a sua aquisição, são subsequentemente valorizados pelo método da taxa efetiva. A taxa efetiva é a taxa que desconta o valor de reembolso para o valor de aquisição. Este reajustamento traduz o reconhecimento da diferença entre o valor de aquisição e o valor de reembolso ao longo da vida remanescente do título. Os efeitos desses reajustamentos são diretamente registados em resultados, nas rubricas de “Rendimentos de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas” ou de “Gastos financeiros de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas”.

Os juros relativos a instrumentos de dívida, classificados nesta categoria, são reconhecidos em “Rendimentos de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas”.

As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados, na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão) de investimentos a deter até à maturidade”.

Nos títulos de dívida, quando a cotação não é considerada suficientemente representativa, o justo valor determina-se através de um modelo de cálculo, considerado adequado a cada situação concreta. Na nota 6 detalham-se os procedimentos adotados pela Companhia com vista à aplicação desta metodologia.

3.2.2.2.5. Imparidade dos ativos financeiros

A Companhia efetua periodicamente e por cada um dos ativos financeiros que

fazem parte das demonstrações financeiras testes de imparidade.

Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos – valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para gastos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, sendo registadas na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversões) de ativos disponíveis para venda”.

A Norma IAS 39 prevê os seguintes indícios específicos para imparidade em instrumentos de capital, entre os quais:

- * Informação sobre alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indique que o custo do investimento não venha a ser recuperado; e
- * Um declínio prolongado ou significativo do valor de mercado abaixo do preço de custo.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital valorizados ao justo valor não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são refletidas em “Reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros”.

A valorização é corrigida, com efeito, em resultado quando existe evidência objectiva de algum evento que suponha um impacto significativo nos fluxos futuros ou na recuperação do valor contabilizado.

Constituem evidências de imparidade as seguintes situações:

Nos títulos de rendimento fixo:

- Dificuldades financeiras importantes por parte do emissor;
- Incumprimento dos termos contratuais;
- Probabilidade manifesta de insolvência; e
- Existência de um padrão histórico de comportamento que indique a impossibilidade de recuperar o valor completo da carteira de ativos;

Nos títulos de rendimento variável:

- Desvalorização continuada quando esta se verifica por mais de 18 meses, ou desvalorização de valor significativo quando esta for superior a 40%.

Uma vez que a IAS 39, a respeito do reconhecimento de imparidade, se limita a enunciar princípios e a indicar possíveis indícios, nos quais se inclui “um declínio significativo ou

prolongado no justo valor de um investimento num instrumento de capital próprio abaixo do seu custo”, a MAPFRE adota aqueles parâmetros considerando que traduzem a substância deste preceito e tendo em conta os seguintes aspectos:

- Serem consistentes com os critérios definidos internacionalmente para o Grupo MAPFRE;
- A necessidade de considerar um tempo suficiente para atenuar os efeitos de volatilidades anormais de mercado; e
- O facto da sua política de investimentos privilegiar instrumentos de capital de elevada qualidade creditícia;

A MAPFRE decidiu manter os mesmos parâmetros em referência às contas do ano 2011 com base nos comentários emitidos em julho de 2009 pelo IFRIC, segundo a qual esta entidade reconhece que:

- A determinação de um declínio significativo ou prolongado requer a aplicação de julgamento, o qual deve ter por base normas internas e ser aplicado de forma consistente;
- Existem práticas diversas, motivo pelo qual o IASB decidiu acelerar o projeto de substituição da IAS 39; e
- Não ser oportuno tomar uma posição imediata sobre o assunto

3.2.3. Outros ativos tangíveis

Os ativos tangíveis, exceto terrenos e edifícios, estão valorizados ao custo de aquisição. As amortizações são efetuadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos (com início no mês de aquisição dos bens), a taxas calculadas para que o valor dos ativos seja amortizado durante a sua vida útil estimada.

Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são

reconhecidos como gasto do exercício.

Periodicamente são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em outros ativos tangíveis. Sempre que o valor líquido contabilístico dos ativos tangíveis exceda o seu valor recuperável (maior de entre o valor de uso e o justo valor), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo na conta de ganhos e perdas. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em ganhos e perdas do exercício, caso subseqüentemente se verifique um aumento no valor recuperável do ativo.

Os elementos tangíveis são anulados da contabilidade em caso de venda ou quando já não se espera obter benefícios económicos futuros derivados da sua utilização. Nestes casos as perdas ou ganhos daí derivados são contabilizados na conta de resultados do exercício de ocorrência.

3.2.4. Outros ativos intangíveis

Encontram-se registados ao custo de aquisição e as amortizações são efetuadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos (com início no mês de aquisição dos bens), para que o valor do ativo seja amortizado durante a sua vida útil estimada de 3 anos.

3.2.5. Provisões técnicas de resseguro cedido

As provisões técnicas de resseguro cedido correspondem à quota-parte da responsabilidade dos resseguradores nas responsabilidades da Companhia e são calculadas de acordo com os mesmos critérios do seguro direto, que se detalham na alínea 3.2.8. e de acordo com as condições dos contratos em vigor, conforme se detalha na nota 4.

3.2.6. Benefícios dos empregados

A Companhia segue os princípios estabelecidos na IAS 19 – Benefícios dos trabalhadores, no reconhecimento das responsabilidades com benefícios dos empregados.

3.2.6.1. Benefícios pós-emprego – responsabilidades com pensões:

A Companhia adota o Plano de Benefícios Definidos, estabelecido no Contrato Coletivo de Trabalho em vigor para a Atividade Seguradora, nos termos do

qual é responsável pelo pagamento de pensões de reforma e de invalidez aos trabalhadores que tenham entrado na atividade seguradora até junho de 1995.

As responsabilidades totais da Companhia encontram-se garantidas através de apólices de seguro não elegíveis nos termos da IAS 19, cujo contrato foi efetuado na própria Companhia. Em consequência, o valor atual destas responsabilidades é refletido no passivo, sendo o justo valor dos ativos refletido no ativo.

O valor atual das responsabilidades da Companhia é apurado numa base anual, pelo método de valoração atuarial da unidade de crédito projetada e tendo por base pressupostos atuariais considerados adequados, que se detalham na Nota 20.

Os ganhos e perdas decorrentes de diferenças, entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados e os valores reais no que se refere às responsabilidades e ao rendimento esperado das apólices, bem como os resultantes de alterações de pressupostos atuariais, são anualmente reconhecidos na conta de ganhos e perdas. De igual forma, o custo do exercício com pensões de reforma, incluindo o custo dos serviços correntes e o custo dos juros, deduzido do rendimento esperado, é refletido na conta de ganhos e perdas do exercício.

3.2.6.2. Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo (vencíveis num período inferior a doze meses) são refletidos em rubricas apropriadas de ganhos e perdas no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

3.2.7. Outros devedores

A valorização destes ativos realiza-se ao custo histórico líquidos dos ajustamentos efetuados nos termos de normas específicas do ISP sobre recibos por cobrar e créditos de cobrança duvidosa – créditos já vencidos em mora sem garantia real sobre os mesmos.

A imparidade, no que respeita aos recibos pendentes de cobrança, destina-se a reduzir o montante dos recibos por cobrar ao seu valor provável de realização e é calculada mediante a aplicação de uma percentagem média, correspondente à taxa da receita líquida da Companhia, aos recibos com cobranças em atraso nos termos definidos na Norma 13/2000-R do ISP.

3.2.8. Provisões técnicas de seguro direto

3.2.8.1. Provisão matemática

Para os seguros sobre a vida é calculada a provisão matemática apólice por apólice segundo o método atuarial prospectivo que, tendo em atenção os prémios futuros a receber, tem em consideração todas as obrigações futuras, de acordo com as condições de cada um dos contratos.

A base de cálculo é o prémio de inventário correspondente ao exercício, constituído pelo prémio puro mais os encargos de gestão, ambos determinados utilizando as melhores estimativas de mortalidade, rendimentos dos investimentos e gastos de gestão no momento da emissão dos contratos. Estas bases técnicas são divulgadas nos prospetos dos produtos e mantém-se inalterável durante todo o período de vigência do contrato.

As provisões dos seguros de Vida em que contratualmente se estipulou que o risco do investimento é suportado integralmente pelo tomador do seguro, são calculadas apólice por apólice e o seu valor é encontrado em função dos ativos especificamente afetos para determinar o valor dos direitos.

Os cálculos da provisão matemática são efetuados com base em pressupostos atuariais aprovados pelo Instituto de Seguros de Portugal.

3.2.8.2. Provisão para sinistros

3.2.8.2.1. Sinistros conhecidos e pendentes de liquidação

Esta provisão corresponde ao valor dos sinistros ocorridos e ainda por liquidar. Estão incluídos nesta provisão nomeadamente os valores correspondentes aos vencimentos de contratos já vencidos mas não liquidados e aos sinistros de morte ou invalidez, enquanto decorre a tramitação processual do sinistro.

3.2.8.2.2. Sinistros pendentes de declaração (IBNR)

Nesta rubrica é registado o valor das responsabilidades provenientes de sinistros já ocorridos mas não declarados á data de encerramento das contas.

3.2.8.3. Provisão para participação nos resultados

3.2.8.3.1. Provisão para participação nos resultados atribuída

Esta provisão corresponde aos montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários de contratos, a título de participação nos resultados, para

distribuição posterior.

3.2.8.3.2. Provisão para participação nos resultados a atribuir

Corresponde às mais-valias potenciais dos investimentos afetos a seguros de vida com participação nos resultados, na parte que seja atribuível ao tomador do seguro ou beneficiário do contrato.

3.2.8.4. Provisão para prémios não adquiridos do seguro direto e custos de aquisição diferidos

A provisão para prémios não adquiridos inclui a parte dos prémios brutos emitidos, relativamente a cada um dos contratos em vigor, a imputar a um ou vários dos exercícios seguintes. Esta provisão é apurada de acordo com o método “pró rata temporis” e destina-se a garantir a cobertura dos riscos assumidos e dos encargos deles resultantes durante o período compreendido entre o final do exercício e a data de vencimento de cada um dos contratos de seguro.

A provisão registada no balanço, encontra-se deduzida dos custos de aquisição imputados a exercícios seguintes, na mesma proporção da especialização dos prémios e até ao limite de 20% do montante dos prémios diferidos por cada um dos ramos.

3.2.9. Passivos financeiros

A única classe de passivo financeiro registado nesta rubrica é relativa à componente de depósito de contratos de seguros que não estão no âmbito da IFRS 4. Esta componente de depósito é contabilizada como contrato de investimento de acordo com a IAS 39 e encontra-se valorizada ao custo amortizado.

3.2.10. Outros credores

A valorização efetua-se ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Tratando-se de dívidas com vencimento superior a um ano, sem que as partes tenham acordado expressamente a taxa de juro aplicável, descontam-se tomando a taxa de juro vigente de títulos de dívida pública de prazo similar ao vencimento das mesmas, sem prejuízo de se considerar um prémio de risco.

3.2.11. Acréscimos e diferimentos

O princípio geral de reconhecimento de ganhos e gastos é o critério económico, segundo o qual a imputação de ganhos e gastos é efetuada em função do usufruto real de bens e serviços, independentemente do momento em que se efetue o pagamento.

A rubrica de acréscimos e diferimentos destina-se a permitir o registo dos gastos e dos rendimentos nos exercícios a que respeitam.

No ativo registam-se os rendimentos que respeitam ao exercício, mas cuja receita só se obtém em exercícios posteriores, bem como as despesas contabilizadas no exercício cujo gasto respeite a exercícios posteriores.

No passivo incluem-se os rendimentos obtidos no exercício, mas imputáveis a exercícios posteriores, bem como os gastos correspondentes ao exercício, mas cujas despesas terão lugar em exercícios posteriores.

3.2.12. Outras provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída, quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados, relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

3.2.13. Imputação de gastos por funções e por segmentos

Os custos e gastos são, em primeiro lugar, registados por natureza, sendo posteriormente imputados por funções e adicionalmente imputados, também, por grupos de ramos.

As funções consideradas no âmbito desta imputação são a função de gestão dos sinistros, a função de aquisição de negócios, a função de administração e a função de gestão de investimentos.

São apresentados na nota 16 os critérios adotados pela Companhia na determinação destas imputações

3.2.14. Reconhecimento de ganhos e perdas em contratos de seguros

Os prêmios de contratos anuais renováveis de Vida são reconhecidos como ingresso durante o período de vigência dos mesmos, em função do tempo decorrido. A periodização dos prêmios é efetuada através da constituição da provisão para prêmios não adquiridos.

Os prêmios de Vida a longo prazo, tanto os prêmios únicos como os periódicos, são reconhecidos quando surge o direito da cobrança por parte da Companhia.

Os prêmios correspondentes ao resseguro cedido são registados em função dos contratos de resseguro subscritos e com os mesmos critérios utilizados para o seguro direto.

As comissões, tanto de seguro direto como resseguro cedido acompanham a contabilização dos prêmios.

Os custos com os sinistros do seguro direto e do resseguro cedido, em resultado dos critérios de provisionamento de sinistros descritos nas alíneas 3.1.8.2. e 3.2.5. anteriores, são reconhecidos na data de ocorrência dos sinistros,

3.2.15. Impostos

Os impostos sobre os lucros compreendem, os impostos correntes e os impostos diferidos e são refletidos na conta de ganhos e perdas do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram, tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio (caso da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda ou terrenos). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício, sendo posteriormente reconhecidos em resultado no momento em que forem reconhecidos os ganhos e perdas que lhe deram origem.

3.2.15.1. Impostos correntes

Os impostos correntes são apurados com base no lucro tributável de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada. A determinação

dos impostos sobre os lucros, requer um conjunto de interpretações e estimativas que podem resultar num nível diferente de imposto, consoante a interpretação.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as Autoridades fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Companhia durante um período de quatro anos.

Desta forma, é possível existirem correções à matéria coletável, resultante principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia, de que não haverá correções aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

3.2.15.2. Impostos diferidos

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar ou a pagar em períodos futuros, resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

São registados passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Apenas são registados impostos diferidos ativos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros, que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou reporte de prejuízos fiscais. Não são registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Os impostos diferidos são calculados, com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

3.2.16. Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são registadas, com base nas taxas de câmbio indicativas na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros às taxas de câmbio

de referência do Banco Central Europeu na data de referência do Balanço.

Os itens não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os itens não monetários que sejam mantidos ao custo histórico são mantidos ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão são reconhecidas como ganhos ou perdas do período na conta de ganhos e perdas, com exceção das originadas por instrumentos financeiros não monetários classificados como disponíveis para venda, que são registadas por contrapartida de uma rubrica específica de capital próprio até à alienação do ativo.

3.2.17. Classificação de produtos

A Companhia emite contratos com risco de seguro e ou risco financeiro. A classificação dos contratos tem por base o estipulado na IFRS 4, ou seja, existência de transferência de risco do segurado para a seguradora e de participação nos resultados discricionária.

Nos produtos em que são observadas as condições acima descritas os prémios brutos emitidos relativos a esses contratos são registados como proveito na conta de ganhos e perdas, na rubrica “Prémios brutos emitidos”, tendo em conta o princípio da especialização dos exercícios, através da contabilização dos prémios diferidos na rubrica “Provisão para prémios não adquiridos (variação)”.

Nos restantes produtos, os valores entregues assumem a forma de uma responsabilidade financeira e são registados no passivo, na rubrica “Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento”. São inicialmente registados ao justo valor e subsequentemente ao custo amortizado.

3.2.18. Resseguro

Os valores provenientes da aplicação dos contratos de resseguro são registados de acordo com a sua natureza, conforme o estipulado no “Plano de contas para as empresas de seguros”.

3.2.18 Participação nos resultados

A participação nos resultados atribuída é calculada de acordo com o plano de participação nos resultados de cada modalidade e registada no passivo na rubrica “Provisão para participação nos resultados atribuída”. Normalmente é distribuída no início do exercício seguinte por incorporação nas provisões matemáticas, dos contratos em vigor a 31 de dezembro do exercício anterior.

A participação nos resultados a atribuir refere-se aos ganhos e perdas potenciais dos ativos financeiros afetos aos fundos autónomos pertencentes a cada modalidade ou grupos de modalidades, desde que esses ganhos e perdas sejam positivos. O cálculo é efetuado como o descrito no parágrafo anterior e o seu valor registado no passivo, na rubrica “Provisão para participação nos resultados a atribuir”.

3.3. Alterações de políticas contabilísticas

3.3.1 Novas normas e interpretações aplicáveis ao exercício de 2011

Em resultado do endosso por parte da União Europeia (UE), verificaram-se emissões, revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2011, as quais não tiveram impactos nas demonstrações financeiras da Companhia. Na Nota 30.1 encontram-se sumarizadas as novas normas e interpretações aplicáveis ao exercício de 2011.

3.4. Estimativas contabilísticas críticas e aspectos de julgamentos mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração da Companhia. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras incluem:

3.4.1. Benefícios dos empregados

Conforme descrito na alínea 3.2.6 das bases de mensuração e políticas contabilísticas, as responsabilidades da Companhia por benefícios pós-emprego concedidos aos seus empregados são determinadas com base em avaliações atuariais. Estas avaliações atuariais incorporam pressupostos financeiros e atuariais de acordo com a melhor estimativa da Companhia e dos seus atuários relativamente à evolução e comportamento futuro destas variáveis.

3.4.2. Determinação das responsabilidades por contratos de seguros

A determinação das responsabilidades da Companhia por contratos de seguros é efetuada com base nas metodologias e pressupostos descritos nas alíneas 3.2.8 e 3.2.9. das bases de mensuração e políticas contabilísticas e na Nota 4.

Face à sua natureza, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguros reveste-se de um elevado nível de subjectividade, podendo os valores, a verificar-se, virem a ser diferentes das estimativas reconhecidas em balanço.

No entanto, a Companhia considera que os passivos determinados com base nas metodologias aplicadas refletem de forma adequada a melhor estimativa nesta data das responsabilidades a que a Companhia se encontra obrigada.

3.4.3. Perdas por imparidade de determinados ativos

A Companhia reconhece as perdas por imparidade dos seus ativos, nomeadamente no que respeita aos ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, de acordo com as suas melhores estimativas. Contudo, poderão vir efetivamente a verificar-se valores diferentes dos reconhecidos contabilisticamente.

3.4.4. Impostos diferidos

São reconhecidos impostos diferidos quando:

- * As quantias dos componentes dos resultados líquidos do exercício não coincidam com as correspondentes quantias relevantes para determinação do imposto liquidado com referência ao período e as diferenças entre aquelas quantias sejam temporárias e reversíveis em período posterior, ou decorram da extinção ou reversão daquelas diferenças – determinantes tanto de passivos por impostos diferidos como de ativos por impostos diferidos;
- * Existem “prejuízos fiscais” – a que, em certas condições, possam ficar associados ativos por impostos diferidos; e
- * As reavaliações, geradoras de aumentos de capital próprio e em que o valor contabilístico reavaliado dos elementos patrimoniais seja superior ao inerente valor relevante para o cálculo do imposto – geradores de um passivo por impostos diferidos.

4. Natureza e extensão das rubricas e dos riscos resultantes de contratos de seguros e ativos de resseguro

4.1. Identificação e explicação das quantias indicadas nas demonstrações financeiras resultantes de contratos de seguro.

a) Políticas contabilísticas adotadas relativamente a contratos de seguro;

As políticas contabilísticas adotadas relativamente a contratos de seguro são descritas no ponto 3.2.14.

b) Processos usados na determinação dos pressupostos que tiveram maior efeito na mensuração das quantias indicadas nas demonstrações financeiras:

- Provisão matemática

As provisões matemáticas correspondem à diferença entre o valor atuarial estimado dos compromissos da Companhia, incluindo as participações nos resultados já atribuídas, e o valor atuarial dos prémios futuros.

As provisões matemáticas são calculadas apólice a apólice, através de métodos atuariais prospetivos, em conformidade com as bases técnicas das respetivas modalidades.

As regras de provisionamento aplicadas têm em conta os princípios da prudência, no que respeita às taxas técnicas utilizadas e o controle de eventuais riscos de mortalidade através da utilização de tábuas mais ajustadas.

A Companhia, aplica no momento da contratação e para efeitos do cálculo do valor do prémio, as bases técnicas que se mostram mais ajustadas ao tipo de produto, são chamadas bases técnicas iniciais (BTI). No decorrer do contrato, e sempre que se comprove essa necessidade essas bases técnicas são modificadas e dão lugar às bases técnicas contabilísticas (BTC), a partir das quais se passam a registar as responsabilidades no âmbito desta provisão.

As tábuas de mortalidade e as taxas técnicas de juro utilizadas no cálculo das provisões matemáticas são as seguintes:

Modalidade	Taxa Técnica	Tábua Mortalidade
SEGUROS NÃO LIGADOS A FUNDOS DE INVESTIMENTO		
RENDAS		
RENDA VITALICIA	De 2,25% a 4,90%	GRM95 e GRF95 Modificadas
RENDA VITALICIA COM REEMBOLSO	De 2,25% a 4,90%	GRM95 e GRF95 Modificadas
RENDA VITALICIA REVERSIVEL	De 4,00% a 5,00%	GRM95 e GRF95 Modificadas
RENDA TEMPORARIA	De 2,25% a 3,00%	GRM95 e GRF95 Modificadas
VIDA INTEIRA E MISTOS		
VIDA INTEIRA		
VIDA INTEIRA	4,00%	GKM80
	3,00%	GKF80 Modificada
MISTOS		
QUATRUM	4,00%	GKM80
REFORMA ASSEGURADA	4,00%	GKM80
	De 2,25% a 3,00%	GKM95
FUTURO JOVEM GARANTIDO	De 3,00% a 4,00%	GKM80
	De 2,25% a 3,00%	GKM95
SEGURO REFORMA COMPLETO	De 3,00% a 4,00%	GKM80
	De 2,25% a 3,00%	GKM95
PLANO POUPANÇA CRIANÇA FUTURO	2,25%	GKM95
TEMPORÁRIOS		
TEMPORÁRIO		
	4,00%	GKM 80
TEMPORÁRIO	De 3,00% a 4,00%	GKM80 e GKF80 Modificadas
	De 2,25% a 3,00%	GKF95 e GKM95
MAPFRE PROTEÇÃO PESSOAL	2%	GKM95 Modificada
TEMPORÁRIO ANUAL RENOVAVEL		
	4,00%	GKM 80
MAPFRE PROTEÇÃO VIDA	De 3,00% a 4,00%	GKM80 e GKF80 Modificadas
	De 2,25% a 3,00%	GKF95 e GKM95
	De 2,25% a 2,50%	GKM95 e GKF95 Modificadas
MAPFRE PROTEÇÃO VIDA - 2 CABEÇAS	De 2,25% a 3,00%	GKF95 e GKM95
	De 2,25% a 2,50%	GKM95 e GKF95 Modificadas
MAPFRE PRESTIGIO VIDA	2,25%	GKM95 e GKF95 Modificadas

Modalidade	Taxa Técnica	Tábua Mortalidade
PRM ESTRELA	2,25%	GKF95 e GKM95
	2,25%	GKM95 e GKF95 Modificadas
TAR - COLETIVO	De 3,00% a 4,00%	GKM80 Modificada
	De 2,25% a 2,50%	GKM95 e GKF95 Modificadas
AUTO VIDA EXPRESS	2,25%	GKF95 e GKM95
TAR - COVER	2,25%	GKF95 e GKM95
TAR - BROKER	2,25%	GKF95 e GKM95
PROTEÇÃO EL CORTE INGLES	2,25%	GKM95 e GKF95 Modificadas
TAR PROTEÇÃO ESPECIAL CORTE INGLES	2,25%	GKM95 e GKF95 Modificadas
TAR EXECUTIVE	2,25%	GKM95 e GKF95 Modificadas
CAPITAIS DIFERIDOS		
REFORMA FLEXÍVEL	De 2,25% a 4,00%	GKM95
MILHÃO VIDA	De 1,20% a 4,90%	GKM95
INVIDA	De 2,25% a 4,00%	GKM95
	3,00%	GRM80 Modificada
INVIDA (COLETIVO)	De 2,25% a 4,50%	GKM95
MAPFR'INVEST 2010	3,30%	GKM95
MAPFR'INVEST 2011	3,50%	GKM95
PPR PRE REFORMA MAPFRE	De 2,25% a 4,00%	GKM95
UNIVERSAL LIFE AG	De 2,25% a 3,00%	GKM96
POSTAL PPR SEGURO	3,00% + 2,25% após 1 ano	GKM95
P.P.R. POSTAL MEALHEIRO	3,80% + 2,50% após 1 ano	GKM95
P.P.R. SÉNIOR	3,50%	GKM95
P.P.R. SUPER 3	3,00% + 2,25% após 5 anos	GKM95
P.P.R. GARANTIDO 5+	3,90%+2,25% após 5 anos	GKM95
P.P.R.PLANO A	3,80%+2,50% após 1 ano	GKM95
P.P.R. VITAL	3,70%+2,25% após 5 anos	GKM95
SEGUROS LIGADOS A FUNDOS DE INVESTIMENTO		
SEM RISCO DE INVESTIMENTO		
TRIPLA AÇÃO	2,03%	GKM95
COM RISCO DE INVESTIMENTO		
MAPFREINVEST	De 3,20% a 4,40%	GKM95
MAPFRE GARANTIA	De 2,25% a 2,50%	GKM96
MAPFRE RENDIBILIDADE TOTAL	De 2,25% a 2,50%	GKM97

O valor das provisões matemáticas referentes ao seguro direto e resseguro cedido apresenta, para os exercícios de 2011 e de 2010, a seguinte composição por famílias de produtos:

Exercício de 2011				
Prov Matemática - Seguro Direto	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
CONTRATOS DE SEGUROS				
Rendas	7.785.623,23	2.248.239,75	0,00	10.033.862,98
Risco	137.775,17	0,00	37.797,23	99.977,94
Mistos	42.965.563,07	0,00	5.659.714,98	37.305.848,09
Capitalização	33.720.043,85	0,00	8.184.491,63	25.535.552,22
P.P.R.	76.950.627,71	4.615.650,17	0,00	81.566.277,88
TOTAL	161.559.633,03	6.863.889,92	13.882.003,84	154.541.519,11

Exercício de 2010				
Prov Matemática - Seguro Direto	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
CONTRATOS DE SEGUROS				
Rendas	6.070.997,38	1.714.625,85	0	7.785.623,23
Risco	120,73422	17,04095	0	137,77517
Mistos	46.251.196,63	0	3.285.633,56	42.965.563,07
Capitalização	52.537.300,15	0	18.817.256,30	33.720.043,85
P.P.R.	62.091.558,44	0	-14.859.069,27	76.950.627,71
TOTAL	167.071.786,82	1.731.666,80	7.243.820,59	161.559.633,03

Exercício de 2010				
Prov Matemática - Resseguro Cedido	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
CONTRATOS DE SEGUROS				
Risco	389,46125	0	389,46125	0
TOTAL	389,46125	0	389,46125	0

c) Reconciliação dos passivos resultantes de contratos de seguro e dos ativos resultantes de contratos de resseguro, para os exercícios de 2011 e de 2010 – Provisões Técnicas:

Exercício de 2011				
Prov Técnicas - Seguro Direto	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
CONTRATOS DE SEGUROS				
Provisão Matemática	161.559.633,03	0,00	7.018.113,92	154.541.519,11
Provisão para sinistros	7.268.787,10	-12.820,81	76.359,47	6.492.371,59
Prestações	7.239.972,35	0,00	76.359,47	6.476.377,65
IBNR	28.814,75	-12.820,81	0,00	15.993,94
Provisão para Participação nos Resultados	156.094,85	388.780,60	156.094,85	388.780,60
Provisão para Prêmios não Adquiridos	655.764,58	0,00	-4.929,88	660.694,46
Prêmios não adquiridos	737.516,31	0,00	-20.002,57	757.518,88
Custos de aquisição diferidos	-81.751,73	0,00	15.072,69	-96.824,42
TOTAL	169.640.279,56	375.959,79	7.932.873,59	162.083.365,76

Exercício de 2010				
Prov Técnicas - Seguro Direto	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
CONTRATOS DE SEGUROS				
Provisão Matemática	167.071.786,82	0,00	5.512.153,79	161.559.633,03
Provisão para sinistros	7.811.858,34	11.300,83	554.372,07	7.268.787,10
Prestações	7.794.344,42	0,00	554.372,07	7.239.972,35
IBNR	17.513,92	11.300,83	0,00	28.814,75
Provisão para Participação nos Resultados	341.257,35	156.094,85	341.257,35	156.094,85
Provisão para Prêmios não Adquiridos	769.281,32	0,00	113.516,74	655.764,58
Prêmios não adquiridos	769.281,32	0,00	31.765,01	737.516,31
Custos de aquisição diferidos	0,00	0,00	81.751,73	-81.751,73
TOTAL	175.994.183,83	167.395,68	6.521.299,95	169.640.279,56

Exercício de 2011				
Prov Técnicas - Resseguro Cedido	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
CONTRATOS DE SEGUROS				
Provisão Matemática	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisão para sinistros	549.877,61	6.399,81	154.133,42	402.144,00
Prestações	540.282,48	0,00	154.133,42	386.149,06
IBNR	9.595,13	6.399,81	0,00	15.994,94
Provisão para Prémios não Adquiridos	109.970,90	81.178,71	81.713,02	109.436,59
Prémios não adquiridos	125.081,30	81.178,71	0,00	206.260,01
Custos de aquisição diferidos	-15.110,40	0,00	81.713,02	-96.823,42
TOTAL	659.848,51	87.578,52	235.846,44	511.580,59

Exercício de 2010				
Prov Técnicas - Resseguro Cedido	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
CONTRATOS DE SEGUROS				
Provisão Matemática	389.461,25	0,00	389.461,25	0,00
Provisão para sinistros	0,00	549.877,61	0,00	549.877,61
Prestações	0,00	540.282,48	0,00	540.282,48
IBNR	0,00	9.595,13	0,00	9.595,13
Provisão para Prémios não Adquiridos	0,00	125.081,30	15.110,40	10.997,09
Prémios não adquiridos	0,00	125.081,30	0,00	12.508,13
Custos de aquisição diferidos	0,00	0,00	15.110,40	-15.110,40
TOTAL	389.461,25	674.958,91	404.571,65	659.848,51

A variação dos prémios não adquiridos no seguro direto e no resseguro cedido e a variação dos custos de aquisição diferidos relativamente ao seguro direto, são apresentadas em rubricas específicas da conta de ganhos e perdas. A variação dos custos de aquisição diferidos relativamente ao resseguro cedido, está incluída na conta de ganhos e perdas na rubrica de "Comissões e participação nos resultados de resseguro".

O Anexo 2 a estas Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas explicita os

reajustamentos efetuados no exercício de 2011, respetivamente, aos custos com sinistros de exercícios anteriores.

d) No quadro abaixo demonstra-se a movimentação referente à Participação nos Resultados no exercício:

Exercício de 2011				
Participação nos Resultados Atribuída	Saldo Inicial	Atribuída	Distribuída	Saldo Final
MODALIDADE:				
MISTOS	-	-	-	-
PPR PRE REFORMA MAPFRE	6.554,71	1.900,25	6.554,71	1.900,25
REFORMA GARANTIDA MAPFRE PPR	95.962,81	295.246,07	95.962,81	295.246,07
PPR PLANO A	0,00	9.616,93	0,00	9.616,93
UNIVERSAL LIFE AG	37.686,42	11.104,24	37.686,42	11.104,24
POSTAL PPR SEGURO	15.890,91	70.913,11	15.890,91	70.913,11
MAPFRE INVEST 2011	-	-	-	-
TOTAL	156.094,85	388.780,60	156.094,85	388.780,60

A participação nos resultados atribuída corresponde aos montantes atribuídos aos tomadores de seguros, de acordo com o plano de participação nos resultados de cada modalidade. A participação nos resultados foi distribuída por incorporação nas provisões matemáticas.

4.2. Avaliação da natureza e extensão dos riscos específicos de seguros

a) Objetivo, políticas e processos de gestão dos riscos resultantes de contratos de seguro e os métodos usados para gerir esses riscos:

A Companhia dispõe de um sistema de gestão de riscos, baseado na gestão integrada de todos os processos de negócio e na adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos.

No topo deste sistema, encontra-se o Código de Bom Governo, que define as regras basilares a observar no que respeita à ética empresarial.

Em relação à estratégia, o respetivo plano anual, é elaborado sob coordenação da área de Gestão de Riscos e Controlo Interno, com a participação de todas as áreas de negócio, em função dos macro objetivos traçados pelo órgão de gestão (crescimento, contenção de custos e rentabilidade), facto que garante, desde logo, a implicação e a articulação entre todas as áreas e níveis da organização.

Cada área apresenta as suas propostas, identificando o seu enquadramento estratégico, os seus benefícios, o calendário de execução previsto, bem como os valores preliminares envolvidos, classificados por natureza.

Estas propostas são discutidas com o órgão de gestão, as que forem aprovadas são classificadas em projetos ou meras iniciativas, segundo a sua complexidade, seguindo-se um período em que são quantificadas detalhadamente.

O processo de orçamentação, conta com a nomeação de um responsável por cada rubrica segundo a sua natureza (prémios, resseguro, comissões e gastos gerais), assegurando cada um deles, a quantificação dos valores de índole corrente e dos que resultam das iniciativas apresentadas no âmbito do plano estratégico.

Se uma iniciativa implica a quantificação de mais do que uma variável, o seu proponente articula-se com o responsável de cada uma delas.

A área Financeira garante a integração global dos diversos orçamentos inerentes às atividades, assegurando a sua consistência, acordando os ajustamentos que se revelem necessários com cada um dos responsáveis, os quais, por sua vez, se coordenam com os proponentes das iniciativas e dos projetos.

Na fase de execução, aquelas iniciativas que se classificaram como projetos, seguem obrigatoriamente a Metodologia de Gestão de Projetos MAPFRE, que foi desenhada para assegurar a devida interligação entre as diversas áreas envolvidas, o controlo orçamental e a gestão dos riscos associados.

Esta metodologia obriga a uma pormenorizada definição do projeto, à sua aprovação pelo órgão de gestão e posterior nomeação de uma equipa de gestão, composta por um patrocinador, um chefe de projeto e colaboradores das áreas funcionais envolvidas, encontrando-se perfeitamente definidas as

responsabilidades de cada um.

O acompanhamento da evolução dos projetos é efetuado através de relatórios de gestão quinzenais da responsabilidade do chefe de projeto e por reuniões do Comité de *Steering* respetivo, cuja aprovação dependem eventuais alterações ao âmbito.

O acompanhamento global da execução do plano estratégico é coordenado pela área de Gestão de Riscos e Controlo Interno, que obtém as evidências necessárias de cada área e elabora um documento resumo que é apresentado mensalmente ao órgão de gestão.

No que concerne à operativa diária da Companhia, ela assenta em fluxos de trabalho decorrentes de normas definidas, com base em políticas aprovadas e com o apoio de comités setoriais, em função da sua natureza.

A mais importante dessas políticas é a de aceitação de riscos, cujas principais linhas são as seguintes:

- * Rigorosa seleção de riscos, classificando-os em três categorias: aceitação automática, condicionada e interdita;
- * Grelha de autonomias, baseada nas competências e na experiência dos colaboradores, os quais procedem à sua aceitação formal;
- * Minimização do risco através de contratos de resseguro adequados, revistos anualmente, onde as percentagens de retenção têm por base uma filosofia de prudência;
- * Seleção dos resseguradores em função do grau de qualidade creditícia mínima, sendo a referencia o rating A da Standard & Poors; e
- * Controlo automático dos cúmulos de risco.

Por sua vez, a política de gestão de sinistros, privilegia a elevada eficiência na liquidação de sinistros e o controlo dos custos através de uma política de deteção de fraudes.

Estas políticas encontram-se vertidas em manuais operativos, dos quais destacamos os manuais de subscrição, resseguro e sinistros:

- * O manual de subscrição contém todas as normas de aceitação de riscos, as tarifas aplicáveis, a cadeia de delegações e o controlo de cúmulos de risco;
- * O manual de resseguro contém todas as políticas a seguir nesta área, nomeadamente o grau creditício dos resseguradores a observar; e
- * O manual de sinistros, contém todas as normas de valoração de sinistros e a definição dos planos de tramitação dos mesmos.

A fim de garantir a sua eficácia, a grande maioria das normas previstas nestes manuais encontra-se transposta para o funcionamento do sistema informático, através de um sistema de controlo técnico que impede a sua inobservância.

Os fluxos de trabalho são desenhados de forma a garantir a máxima eficácia e a minimização dos riscos, na estrita observância das políticas e normas aprovadas, contando com a intervenção da área de Gestão de Riscos e Controlo Interno.

A monitorização dos riscos é efetuada através das mais diversas formas.

Desde logo, pelos comités operativos, os quais têm uma função de acompanhamento e, em certos casos, de decisão.

Os comités operativos existentes, bem como as suas atribuições mais importantes, são os seguintes:

- * Comité comercial, no qual são discutidos os temas relacionados com a distribuição dos produtos e a organização da rede de vendas, nomeadamente a análise do cumprimento dos objectivos de vendas por produtos, a aprovação das condições económicas da rede de distribuição, a análise das campanhas comerciais e a aprovação da abertura de pontos de venda, etc.;
- * Comité de sinistros, no qual se efetua o acompanhamento das variáveis mais importantes desta área, como é o caso, por exemplo, da eficiência na liquidação;
- * Comité de alterações, onde se atribui prioridades e se discutem as solicitações das diversas áreas aos serviços de tecnologias, articulando todas as áreas envolvidas; e
- * Comité de riscos, em sede do qual se define as normas de subscrição e respetivas delegações, se procede à aceitação dos riscos especiais e dos que se encontram fora das normas e se efetua um acompanhamento da suficiência

técnica do negócio, a qual tem por base dois aspetos relevantes:

- Certificação das provisões técnicas por atuários independentes; e
- Acompanhamento permanente da evolução da sinistralidade, através de matrizes por anos de desenvolvimento.

Por outro lado, mensalmente, a área financeira, procede ao apuramento de resultados, elaborando as respetivas demonstrações (balanço e conta de resultados), bem como um relatório de reporte bastante detalhado, contendo uma análise da evolução das mais diversas variáveis e rácios (por exemplo, rácio de gastos, rácio combinado e taxa de rentabilidade financeira), o qual é analisado pelo órgão de gestão e disponibilizado a todas as áreas.

Finalmente, uma referência para o facto da política de remunerações da Companhia, prever a atribuição de remunerações variáveis a todos os colaboradores, indexadas ao desempenho relacionado com os aspetos anteriormente citados.

b) Análises de sensibilidade, concentração e sinistros efetivos / estimados sobre o risco específico de seguros

l) Sensibilidade ao risco do seguro

Para a atividade de Vida, o nível de sensibilidade mede-se em função do valor implícito (também chamado intrínseco), calculado de acordo com os princípios e metodologia estabelecidos no “European Embedded Value”. O valor implícito obtém-se adicionando ao património líquido ajustado o valor atual dos lucros futuros e subtraindo o valor temporal das garantias e opções e os custos friccionais dos capitais requeridos.

A metodologia para cálculo do valor implícito está baseada na avaliação de cada um dos componentes de risco do negócio de forma isolada e diferenciando entre a carteira existente e o novo negócio captado no ano.

Considerando o novo negócio previsto para o período de 2012-2014, o EEV Ajustado passa a ser de cerca de 22,348 milhões de euros, com referência a 31 de dezembro de 2011 e de 2010, conforme apresentado nos quadros abaixo:

Exercício de 2011			
Conceito	Produtos de Morte e Invalidez	Produtos Financeiros	Total
Capitais Próprios Ajustados	740	6.452	7.192
Valor Atual dos Resultado Futuros	13.289	3.389	16.678
Custos de Opções e Garantias	0	-566	-566
Custos Friccionais do Capital Requerido	-194	-762	-956
Total valor implícito	13.835	8.513	22.348

(Valores expressos em milhares de euros)

Exercício de 2010			
Conceito	Produtos de Morte e Invalidez	Produtos Financeiros	Total
Capitais Próprios Ajustados	623	5.033	5.656
Valor Atual dos Resultado Futuros	16.353	84	16.437
Custos de Opções e Garantias	0	-876	-876
Custos Friccionais do Capital Requerido	-145	-363	-508
Total valor implícito	16.831	3.878	20.709

(Valores expressos em milhares de euros)

Existe alguma sensibilidade destes resultados a alguns dos pressupostos usados, mais concretamente:

- * Uma descida da rentabilidade dos ativos financeiros em um ponto percentual pode reduzir o EEV Ajustado em 7.360 milhões de euros, sobretudo pelo impacto que tem nos produtos financeiros e nas rendas vitalícias;
- * Um aumento da mortalidade em cinco pontos percentuais teria um impacto muito significativo nos produtos de morte invalidez podendo reduzir o EEV Ajustado em 4.022 milhões de euros; e
- * O aumento das transferências e resgates dos produtos de morte e invalidez que o permitem em 5 pontos percentuais podem diminuir o EEV Ajustado em 5.099 milhões de euros.

Apresentamos abaixo o impacto percentual que as alterações aos pressupostos acima mencionados causariam no EEV Ajustado:

Exercício de 2011			
Varição	Produtos de Morte e Invalidez	Produtos Financeiros	Total
Menos 1% de rentabilidade dos ativos financeiros	-17%	-59%	-33%
Aumento da mortalidade em 5 pontos percentuais	-29%	-1%	-18%
Aumento das transferências e resgates em 5 pontos percentuais	-34%	-4%	-23%

II) Concentração de risco

Uma das bases da política de subscrição é a diversificação de riscos que se consubstancia na exploração de várias modalidades de seguro, tanto de produtos de risco como de capitalização, bem como na manutenção de uma adequada estrutura de resseguro.

Exercício de 2011						
Rubrica	Rendas	Risco	Mistos	Capitalização	P.P.R.	Total
Prémios brutos emitidos	2.521	3.378	5.757	7.348	17.587	36.590
Prémios de resseguro cedido	0	717	3	0	0	720
% Composição da carteira	6,9%	9,2%	15,7%	20,1%	48,1%	100,0%
% Média de retenção	100,0%	78,8%	99,9%	100,0%	100,0%	98,0%

(Valores expressos em milhares de euros)

Exercício de 2010						
Rubrica	Rendas	Risco	Mistos	Capitalização	P.P.R.	Total
Prémios brutos emitidos	1.943	3.195	6.068	5.158	24.482	40.846
Prémios de resseguro cedido	0	522	2	0	0	524
% Composição da carteira	4,8%	7,8%	14,9%	12,6%	59,9%	100,0%
% Média de retenção	100,0%	83,7%	100,0%	100,0%	100,0%	98,7%

(Valores expressos em milhares de euros)

Em relação a duas outras medidas de concentração – geográfica e de moeda – todos os prémios brutos emitidos respeitam ao território de Portugal e a Euros, respetivamente.

III) Sinistros efetivos

A análise da sinistralidade efetiva apresenta-se no quadro abaixo, relacionando os seus valores com prémios brutos emitidos, no caso de produtos com maior predominância de prémios periódicos e com provisões matemáticas, no caso de produtos com maior incidência de prémios únicos:

Exercício de 2011						
Rubrica	Rendas	Risco	Mistos	Capitalização	P.P.R.	Total
Sinistros efetivos	661	1.252	11.765	15.874	14.864	44.416
Prémios brutos emitidos	2.521	3.378	5.757	7.348	17.587	36.590
% Sinistralidade s/Prémios emitidos	-	37%	-	-	-	-
Provisão matemática	10.034	100	37.306	25.536	81.566	154.542
% Sinistralidade s/Prov matemática	7%	-	32%	62%	18%	-

(Valores expressos em milhares de euros)

Exercício de 2010						
Rubrica	Rendas	Risco	Mistos	Capitalização	P.P.R.	Total
Sinistros efetivos	601	673	9.918	24.303	11.546	47.041
Prémios brutos emitidos	1.943	3.195	6.068	5.158	24.482	40.846
% Sinistralidade s/Prémios emitidos	-	21%	-	-	-	-
Provisão matemática	7.786	138	42.966	33.720	76.951	161.560
% Sinistralidade s/Prov matemática	8%	-	23%	72%	15%	-

(Valores expressos em milhares de euros)

4.3. Informação quantitativa e qualitativa sobre riscos de mercado, crédito, liquidez e operacionais

4.3.1. Risco de mercado

Efetua-se uma análise detalhada relativa ao risco de mercado inerente a investimentos financeiros no ponto 6.5.2.c).

4.3.2. Risco de crédito

A análise de risco de crédito associada a investimentos financeiros encontra-se detalhada no ponto 6.5.2 a)

a) Derivado dos tomadores de seguro

Cerca de 97,5% da carteira da Companhia não é mediada, 56,7% tem pagamento domiciliado e 40,8% tem pagamento direto nos escritórios da Companhia, facto que diminui a exposição ao risco de crédito. Para a carteira não cobrada, quer da mediada quer da não mediada é efetuada uma gestão diária para evitar as anulações por falta de pagamento.

b) Resultante de mediadores de seguro

Os mediadores da MAPFRE Seguros de Vida, S.A., detêm apenas 2,5% da carteira da Companhia, e dispõem de capacidade de cobrança via internet, ferramenta onde os recibos são virtuais, o que diminuí a exposição ao risco.

c) Decorrente de contratos de resseguro

O risco de crédito encontra-se minimizado, tendo em conta que a política de resseguro privilegia as entidades com qualidade creditícia superior a "A", conforme já anteriormente referenciado.

No quadro seguinte, apresentamos a exposição máxima ao risco:

Exercício de 2011	
Resseguro Cedido	Valor Contabilístico
Provisão para sinistros	402.144,00
Outras provisões técnicas	109.436,59
Créditos por operações de resseguro cedido	346.064,30
Dívidas por operações de resseguro cedido	-1.051,43
TOTAL POSIÇÃO LIQUIDA	856.593,46

Exercício de 2010	
Resseguro Cedido	Valor Contabilístico
Provisão para sinistros	549.877,61
Outras provisões técnicas	109.970,90
Créditos por operações de resseguro cedido	92.298,70
Dívidas por operações de resseguro cedido	-2.204,59
TOTAL POSIÇÃO LIQUIDA	749.942,62

Esta exposição máxima, encontra-se distribuída de acordo com a classificação creditícia dos resseguradores do quadro seguinte:

Exercício de 2011	
Classificação Creditícia dos Resseguradores	Valor Contabilístico
A	856.593,46
TOTAL POSIÇÃO LIQUIDA	856.593,46

Exercício de 2011	
Classificação Creditícia dos Resseguradores	Valor Contabilístico
AA	749.942,62
TOTAL POSIÇÃO LIQUIDA	749.942,62

4.3.3. Risco de liquidez

Para cobrir eventuais obrigações derivadas dos contratos de seguro, mantêm-se saldos de “Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem” suficientes.

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de “Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem” era de 4.038.108,80 euros e representava 2,2% do total de investimentos financeiros e caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem.

Por outro lado, cerca de 61% dos investimentos financeiros encontram-se classificados como disponíveis para venda e são negociados em mercados regulamentados, o que garante a possibilidade imediata de os transformar em liquidez. No ponto 6.5.2.d) dá-se uma informação quantitativa do risco de liquidez dos instrumentos financeiros.

Os calendários estimados de saídas de tesouraria relacionadas com passivos de seguros encontram-se nos quadros seguintes relativos aos exercícios de 2011 e 2010:

Conceito	Exercício de 2011						Saldo Final
	Seguro Direto						
	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano	Após o 5º ano	
Provisão Matemática	55.067	7.418	11.432	16.415	18.361	45.849	154.542
Provisão para sinistros	6.183	249	11	7	16	27	6.492
Provisão para Participação nos Resultados	389						389
Provisão para Prémios não Adquiridos	661						661
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	0	0	2.060	2.908	9.107	2.337	16.412
Dívidas por operações de seguro direto	1.193	53	40	27	13	0	1.325
Dívidas por operações de resseguro	346						346
TOTAL POSIÇÃO LIQUIDA	63.838	7.720	13.543	19.357	27.498	48.213	180.167

(Valores expressos em milhares de euros)

Conceito	Exercício de 2010						
	Seguro Direto						Saldo Final
	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano	Após o 5º ano	
Provisão Matemática	64.398	8.231	7.756	12.489	23.947	44.739	161.560
Provisão para sinistros	7.113	120	15	5	0	16	7.269
Provisão para Participação nos Resultados	156						156
Provisão para Prémios não Adquiridos	656						656
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	0	0	0	2.111	2.981	0	5.092
Dividas por operações de seguro direto	279	12	9	6	3	0	310
Dividas por operações de resseguro	2						2
TOTAL POSIÇÃO LÍQUIDA	72.604	8.363	7.780	14.611	26.931	44.755	175.045

(Valores expressos em milhares de euros)

4.3.4. Risco operacional

Bianualmente é levado a cabo um processo de levantamento de riscos operacionais, utilizando a ferramenta informática Riskm@p, desenvolvida pelo Grupo MAPFRE.

Este levantamento inclui 23 tipos de riscos, agrupados nas seguintes áreas: atuarial, jurídica, tecnológica, pessoal, colaboradores externos, procedimentos, informação, fraude, mercado e bens materiais.

Através desta ferramenta foram selecionados 68 colaboradores, tendo em conta as suas funções e relevância, que responderam a 466 questionários, tendo em conta os tipos de risco já identificados e que são posteriormente tratados pelo Coordenador de Riscos, obtendo-se um mapa em função da criticidade, resultante da importância e da probabilidade de ocorrência destes.

Para os riscos contidos em cada processo que apresentem um índice de criticidade superior a 75% é obrigatoriamente elaborado um plano de ação, com o objetivo de os minimizar.

Através do quadro seguinte podemos concluir que, apesar de poderem existir alguns riscos com criticidade elevada, tal não se verifica ao nível dos processos.

Processo	Índice de Criticidade Associado	
	2011	2010
GERAL	62,80	60,40
Desenvolvimento de produtos	61,90	56,20
Emissão	66,30	60,80
Sinistros	58,60	48,00
Gestão Administrativa	59,10	61,30
Atividades Comerciais	61,20	64,40
Recursos Humanos	57,60	62,80
Comissões	62,30	61,50
Cosseguro / Resseguro	70,20	51,60
Provisões Técnicas	67,30	52,00
Investimentos	57,00	64,10
Sistemas Tecnológicos	66,90	71,80
Atendimento ao Cliente	65,10	65,40

4.3.5. Monitorização global da exposição ao risco

Todos os processos descritos, garantem uma elevada consistência na gestão de risco da Companhia e são complementados por um sistema global de monitorização e quantificação da exposição.

Tal sistema encontra-se sob a responsabilidade do Coordenador de Riscos, que assegura:

a) A quantificação global da exposição aos riscos

A estimação dos riscos é efetuada através de um modelo standard de factores fixos que quantifica os riscos financeiros, os riscos de crédito e os riscos de seguros, em articulação com os requisitos do projeto Solvência II. Esta estimação

efetua-se, no mínimo, uma vez por ano, sendo objetivo que se realize duas vezes.

O Grupo MAPFRE, possui uma política de capitalização e dividendos de forma a dotar cada unidade dos capitais necessários à cobertura dos riscos assumidos, segundo a qual, o capital disponível a cada momento nunca poderá ser inferior ao capital mínimo legal exigido, acrescido de uma margem de 10%.

b) A elaboração e implementação de planos de ação mitigadores dos riscos

Para os riscos com grau de criticidade elevada, o Coordenador de Riscos promove, em conjunto com as áreas envolvidas, a elaboração e implementação de planos de mitigação desses riscos;

c) O desenvolvimento de pontos de controlo de riscos

Em função do tratamento das respostas aos questionários, o Coordenador de Riscos, sugere a implementação de pontos de controlo e acompanha a sua implementação em prática;

d) A implementação de um ambiente de gestão e controlo de riscos na organização:

Esta vertente é assegurada, pela divulgação a toda a Companhia da quantificação efetuada, pelo envolvimento de toda a organização nos planos mitigadores e nos pontos de controlo, bem como através da promoção de diversas ações de formação.

4.5. Prestação de informação qualitativa relativa à adequação dos prémios e das provisões

A Companhia dispõe, anualmente, de um estudo atuarial pormenorizado dos produtos em carteira, com o intuito de adequar os prémios a todas as suas responsabilidades, nomeadamente encargos de aquisição, gastos gerais e sinistros a pagar.

Em relação à suficiência das provisões para sinistros, a mesma foi igualmente objeto de análise atuarial pelo Atuário Responsável, através de estudos

aprofundados da evolução das matrizes de desenvolvimento dos sinistros, detalhadas por modalidades, bem como das provisões complementares constituídas para IBNR concluindo pela sua adequação.

A suficiência das provisões matemáticas foi também objeto de análise pelo atuário responsável, por cada modalidade, em função das notas técnicas dos respetivos produtos.

No caso particular das provisões para prémios não adquiridos, as mesmas são rigorosamente calculadas, recibo a recibo, pelo método “pro-rata temporis”, tendo sido validadas pelo actuário responsável através de amostragem.

Relativamente à provisão para participação nos resultados, a mesma é calculada, por produto e de acordo com as respetivas notas técnicas.

4.6. Informação quantitativa e qualitativa de alguns rácios

Apresentamos no quadro abaixo um conjunto de rácios para os grupos de ramos com maior representatividade na carteira da Companhia:

Exercício de 2011	
Rácio	Ramo Vida
Rácio de sinistralidade	102%
Rácio de custos de exploração	10%
Rácio combinado	113%
Rácio operacional	94%

* Calculados brutos de resseguro cedido

Exercício de 2010	
Rácio	Ramo Vida
Rácio de sinistralidade	104%
Rácio de custos de exploração	9%
Rácio combinado	113%
Rácio operacional	98%

* Calculados brutos de resseguro cedido

O rácio combinado (inclui provisão matemática) apresenta-se superior a 100%, refletindo o peso relativamente reduzido dos produtos de risco puro, remetendo a rentabilidade para a obtenção de rendimentos financeiros.

5. Passivos financeiros

O valor de 16.411.574,96 euros, apresentado nas demonstrações da posição financeira, na rubrica de “Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento” refere-se, à responsabilidade assumida com contratos de seguro, considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento. O valor de 3.500.000,00 euros, mostrado na rubrica “Outros passivos financeiros - Passivos subordinados”, refere-se a um empréstimo subordinado contraído pela Companhia junto da MAPFRE Internacional, S.A.

Os rendimentos e gastos, derivados dos passivos financeiros incluídos na conta de ganhos e perdas são os seguintes:

Exercício de 2011		
Rubrica	Rendimentos	Gastos
De passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento		
Do contrato de seguro		
Comissões do contratos de seguro	30,00	
Custos de aquisição		84.978,52
Dos ativos financeiros		
Amortização das participações financeiras, por utilização do método do juro efetivo	54.926,09	2.376,20
Juros das participações financeiras	254.193,91	
Ganhos e perdas das participações financeiras		29.826,53
Dos passivos financeiros		
Ganhos e perdas dos passivos financeiros		282.724,00
De outros passivos financeiros - passivos subordinados		
De empréstimos		
Juros suportados		67.402,02
TOTAL	309.150,00	467.307,27

Exercício de 2010		
Rubrica	Rendimentos	Gastos
De passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento		
Do contrato de seguro		
Comissões do contratos de seguro	2.200,00	
Custos de aquisição		
Dos ativos financeiros		
Amortização das participações financeiras, por utilização do método do juro efetivo	7.941,13	12.369,29
Juros das participações financeiras	22.761,64	
Ganhos e perdas das participações financeiras		
TOTAL	32.902,77	12.369,29

6. Instrumentos financeiros

6.1. Rubricas de balanço

Os instrumentos financeiros são constituídos por títulos de dívida, ações e unidades de participação em fundos de investimento mobiliário, classificados nas categorias de “Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas”, “Ativos financeiros disponíveis para venda” e “Investimentos a deter até à maturidade”.

Face à conjuntura de forte instabilidade vivida nos mercados financeiros, com particular incidência na desvalorização dos títulos da dívida pública portuguesa, que teve como consequência imediata a erosão da generalidade dos capitais próprios das empresas, a MAPFRE Seguros de Vida, S.A., tendo em conta a Circular do ISP nº. 4/2011-R e as categorias de classificação contabilística dos investimentos financeiros previstas na IAS 39, entendeu reclassificar os títulos de rendimento fixo da Republica Portuguesa, que possuía na sua carteira de investimentos, da categoria de “Disponíveis para venda” para “A deter até à maturidade”.

A reclassificação aludida foi efetuada a 1 de janeiro de 2011 e teve um impacto nos capitais próprios de 5.381.949,04 euros. À data de encerramento das contas do exercício de 2011, o mesmo impacto era de 22.806.806,10 euros, conforme se

demonstra no quadro abaixo:

Rubrica	A 01/01/2011	A 31/12/2011
Títulos da dívida pública portuguesa		
Valor nominal	65.300.000,00	64.680.000,00
Valor de aquisição	63.281.573,09	57.230.654,59
Justo Valor	59.125.782,32	41.121.616,46
Valor Contabilístico	59.125.782,32	59.168.533,24
Impacto nos capitais próprios	5.381.949,04	22.806.806,10

A reconciliação, por natureza de instrumento financeiro, dos saldos iniciais e finais encontra-se no quadro seguinte:

Exercício de 2011				
Rubrica	Títulos de Dívida	Acções e Unid. de Particip.	Empréstimos concedidos e contas a receber	Valor Contabilístico
Saldo inicial	142.924.075,90	22.518.545,88	5.521.826,99	170.964.448,77
Aquisições (a valor aquisição)	89.021.735,60	25.474.441,76		114.496.177,36
Reembolso	8.877.779,33	0,00		8.877.779,33
Alienações (a valor aquisição)	61.273.191,76	30.389.811,67		91.663.003,43
Ajust. valor aquisição reclassif contab	5.316.420,70			5.316.420,70
Variação do justo valor	5.697.748,08	-1.097.551,01		4.600.197,07
Variação do custo amortizado	1.043.517,54			1.043.517,54
Juros	315.227,89			315.227,89
Outros aumentos				0,00
Outras diminuições			3.785.653,77	3.785.653,77
Saldo final	163.534.913,22	16.505.624,96	1.736.173,22	181.776.711,40

Exercício de 2010				
Rubrica	Títulos de Dívida	Acções e Unid. de Particip.	Empréstimos concedidos e contas a receber	Valor Contabilístico
Saldo inicial	0,00	0,00	0,00	0,00
Concentração Empresarial da Agencia Geral, em Portugal, da MAPFRE Vida	142.421.315,25	34.536.054,25	1.018.438,55	177.975.808,05
Aquisições (a valor aquisição)	144.033.420,77	42.800.623,38		186.834.044,15
Reemb. (a valor aquisição)	17.639.896,97			17.639.896,97
Alienações (a valor aquisição)	121.111.551,20	55.374.803,45		176.486.354,65
Transf. (a valor aquisição)	0,00	0,00	0,00	0,00
Variação do justo valor	-8.353.831,77	556.671,70		-7.797.160,07
Variação do custo amortizado	20.098,50			20.098,50
Juros	3.554.521,32			3.554.521,32
Outros aumentos			4.752.803,00	4.752.803,00
Outras diminuições			249.414,56	249.414,56
Saldo final	142.924.075,90	22.518.545,88	5.521.826,99	170.964.448,77

Apresenta-se no quadro abaixo, a decomposição, por classificação contabilística dos instrumentos financeiros:

Exercício de 2011					
Classificações do Ativo	Valor Contabilístico				
	Aquisição	Custo Amortizado	Ajustamento ao J. Valor	Juro	Total
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	8.240.404,80	0,00	-376.769,46	0,00	7.863.635,34
Unidades de participação	8.240.404,80		-376.769,46		7.863.635,34
Ativos financeiros disponíveis para venda	112.833.076,54	338.941,01	-2.820.193,54	2.656.545,59	113.008.369,60
Instrumentos de capital	7.942.562,46		-382.460,72		7.560.101,74
Unidades de participação	863.537,01		218.350,87		1.081.887,88

Exercício de 2011					
Classificações do Ativo	Valor Contabilístico				
	Aquisição	Custo Amortizado	Ajustamento ao J. Valor	Juro	Total
Titulos de dívida pública	31.422.875,25	143.364,39	-33.051,34	566.336,73	32.099.524,03
Titulos de dívida - de outros emissores	72.604.101,82	195.576,62	-2.623.032,35	2.090.209,86	72.266.855,95
Investimentos a deter até à maturidade	57.230.654,59	724.675,03	0,00	1.213.203,62	59.168.533,24
Titulos de dívida - pública	57.230.654,59	724.675,03		1.213.203,62	59.168.533,24
Empréstimos concedidos e contas a receber	1.737.328,35	0,00	0,00	-1.155,13	1.736.173,22
Outros depósitos	1.141.018,11				1.141.018,11
Empréstimos concedidos	596.310,24			-1.155,13	595.155,11
TOTAL	180.041.464,28	1.063.616,04	-3.196.963,00	3.868.594,08	181.776.711,40

Exercício de 2011					
Classificações do Ativo	Valor Contabilístico				
	Aquisição	Custo Amortizado	Ajustamento ao J. Valor	Juro	Total
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	15.499.210,18	0,00	267.334,27	0,00	15.766.544,45
Unidades de participação	15.499.210,18		267.334,27		15.766.544,45
Ativos financeiros disponíveis para venda	154.165.951,85	20.098,50	-8.064.494,34	3.554.521,32	149.676.077,33
Intrumentos de capital	5.635.134,38		142.567,26		5.777.701,64
Unidades de participação	827.529,62		146.770,17		974.299,79
Titulos de dívida - pública	75.104.810,85	-4.960,14	-6.602.348,12	1.475.356,61	69.972.859,20
Titulos de dívida - de outros emissores	72.598.477,00	25.058,64	-1.751.483,65	2.079.164,71	72.951.216,70

Exercício de 2011					
Classificações do Ativo	Valor Contabilístico				
	Aquisição	Custo Amortizado	Ajustamento ao J. Valor	Juro	Total
Investimentos a deter até à maturidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Titulos de dívida - pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos concedidos e contas a receber	5.524.575,32	0,00	0,00	-2.748,33	5.521.826,99
Outros depósitos	4.752.803,00				4.752.803,00
Empréstimos concedidos	771.772,32			-2.748,33	769.023,99
TOTAL	175.189.737,35	20.098,50	-7.797.160,07	3.551.772,99	170.964.448,77

No Anexo 1 às Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas apresenta-se o inventário de participações e instrumentos financeiros (Anexo 1), no qual se detalham por código de ISIN os instrumentos financeiros que fazem parte integrante do total apresentado no Balanço em “Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas” e “Ativos financeiros disponíveis para venda” e “Investimentos a deter até à maturidade”.

6.2. Justo valor

6.2.1. Métodos de apuramento do justo valor

No ponto 3.2.2., são descritos os critérios e bases de mensuração aplicados aos instrumentos financeiros detidos pela Companhia.

Regra geral, os títulos de rendimento fixo, estão valorizados à cotação de fecho dos mercados, obtida através da “Bloomberg”, contudo, no exercício de 2011 existiram algumas exceções, que se descrevem nas alíneas seguintes:

a) Modelo interno

- * Através da Bloomberg obtêm-se as cotações para cada título;
- * Com esta cotação, obtêm-se o “spread” implícito sobre a curva “swap” euro;
- * Automaticamente é realizado um controlo para detectar se o “spread” se encontra dentro de um intervalo dinâmico, para mais ou para menos, em

referência ao “spread” médio das duas últimas sessões;

- * Se fica dentro, aceita o “spread” e, portanto, a cotação;
- * Se fica fora, considera o “spread” médio dos últimos dois dias, sendo a cotação obtida pelo desconto dos fluxos do título à taxa “swap” adicionada do “spread” considerado;
- * Neste caso, no dia seguinte, analisa-se se estamos perante uma situação consequência de transações forçadas e onde não exista um mercado ativo;
- * Se isso se verifica, então aplica-se um “spread” “fixo”, determinado em função da qualidade creditícia do emissor e do prazo residual do título, variáveis estas observadas em novas emissões ou, caso estas não existam, em função do histórico de emissões do emissor;
- * Estes “spreads” são revistos semanalmente;
- * Descontando os fluxos do título à taxa “swap” adicionada do “spread” “fixo” obtém-se a cotação de valorização do título;

Em consonância com as Normas Internacionais de Contabilidade e a Circular nº. 11/2008, de 16 de dezembro, a Companhia, adota este processo em virtude do funcionamento atual dos mercados implicar um efeito de volatilidade excessiva de alguns títulos.

Os instrumentos financeiros, valorizados à cotação do referido modelo interno, no montante de 8.693.547,92 euros, são os seguintes:

ISIN	Nome do emissor
ES0000012619	TESORO PUBLICO
ES0000012726	TESORO PUBLICO
ES0000012767	TESORO PUBLICO
ES0214950059	CAJA MADRID
ES0224261000	RESERVAS ESTRATEGICA DE PROD P
ES0413440076	BANCO ESPAÑOL DE CREDITO
ES0413790108	BANCO POPULAR ESPAÑOL S.A.
NL0000122489	ING AMSTERDAM
XS0300682621	AUSTRALIA & N.ZEALAND BANKING

6.2.1. Níveis de valorização

Nos termos da IFRS 7, os ativos financeiros podem estar valorizados ao justo valor

de acordo com um dos seguintes níveis:

- * Nível 1 – quando os investimentos são valorizados de acordo com valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por “providers” e que essas cotações traduzam liquidez e profundidade na formação dessas cotações.
- * Nível 2 – quando os ativos financeiros são valorizados através de modelos de avaliação sustentados em variáveis de mercado observáveis.
- * Níveis 3 – quando os ativos financeiros são valorizados com base em modelos de avaliação suportados por dados não são sustentados por evidências de mercado.

Apresenta-se no quadro abaixo, os instrumentos financeiros por tipo de valorização:

Exercício de 2011			
Conceito	Justo Valor - Níveis de Valorização		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	0,00	7.863.635,34	7.863.635,34
Unidades participação	0,00	7.863.635,34	7.863.635,34
Ativos financeiros disponíveis para venda	103.232.933,80	9.775.435,80	113.008.369,60
Instrumentos de capital	7.560.101,74	0,00	7.560.101,74
Unidades participação	0,00	1.081.887,88	1.081.887,88
Titulos de dívida - publica	28.358.759,33	3.740.764,70	32.099.524,03
Titulos de dívida - de outros emissores	67.314.072,73	4.952.783,22	72.266.855,95
Investimentos a deter até à maturidade	59.168.533,24	0,00	59.168.533,24
Titulos de dívida - publica	59.168.533,24	0,00	59.168.533,24
TOTAL	162.401.467,04	17.639.071,14	180.040.538,18

Exercício de 2010			
Conceito	Justo Valor - Níveis de Valorização		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	0,00	15.766.544,45	15.766.544,45
Unidades participação	0,00	15.766.544,45	15.766.544,45
Ativos financeiros disponíveis para venda	140.964.422,02	8.711.655,31	149.676.077,33
Instrumentos de capital	5.777.701,64	0,00	5.777.701,64
Unidades participação	0,00	974.299,79	974.299,79
Titulos de dívida - publica	69.515.598,95	457.260,25	69.972.859,20
Titulos de dívida - de outros emissores	65.671.121,43	7.280.095,27	72.951.216,70
Investimentos a deter até à maturidade	0,00	0,00	0,00
Titulos de dívida - publica	0,00	0,00	0,00
TOTAL	140.964.422,02	24.478.199,76	165.442.621,78

Nos exercícios de 2011 e 2010 não houve investimentos classificados no nível 3 de valorização.

6.3. Imparidade

A Companhia efetuou os testes de imparidade de acordo com o divulgado no ponto 3.2.2.2.5., não tendo resultado nenhuma imparidade à data de fecho das contas do exercício de 2011.

No que concerne aos títulos de dívida pública de Portugal, Espanha e Itália (não existiam títulos da república da Grécia) não há incumprimento objetivo, visto não ter ocorrido qualquer suspensão de pagamentos e existirem mecanismos de recurso disponíveis, como é o caso do apoio do Fundo Europeu de Estabilização Financeira e do FMI, que permitem um posicionamento optimista em relação à evolução futura.

Apresentamos abaixo a percentagem de exposição aos títulos de dívida pública dos países acima referenciados em relação ao total do investimento da Companhia em participações e instrumentos financeiros:

Exercício de 2011		
Rubrica	Valor Balanço	% de exposição s/o total de Participações e Instrumentos Financeiros
REPUBLICA DE PORTUGAL	59.168.533,24	32,9%
TESOURO PUBLICO - ESPANHA	31.789.897,18	17,7%
REPUBLICA DE ITALIA	309.626,85	0,2%
TOTAL	91.268.057,27	50,7%

Exercício de 2010		
Rubrica	Valor Balanço	% de exposição s/o total de Participações e Instrumentos Financeiros
REPUBLICA DE PORTUGAL	59.125.782,32	35,7%
TESOURO PUBLICO - ESPANHA	10.472.854,22	6,3%
REPUBLICA DE ITALIA	213.841,52	0,1%
TOTAL	69.812.478,06	42,2%

6.4. Contabilidade de cobertura

No exercício de 2011, a Companhia não utilizou instrumentos de cobertura.

6.5. Natureza e extensão dos riscos resultantes dos instrumentos financeiros

6.5.1. Informação qualitativa para avaliação da natureza e extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros

Em geral, a Companhia baseia a sua política de investimentos em critérios de prudência, privilegiando os títulos de rendimento fixo.

A política de investimentos aponta para uma distribuição de referência de 90% para títulos de rendimento fixo e 10% para rendimento variável.

Não obstante, assume um certo grau de risco, de acordo com os seguintes critérios:

a) Risco de taxa de juro

A variável utilizada para medir este risco é a duração modificada, estabelecendo-se que a sua magnitude deve-se situar em torno dos 5%, com um máximo de 7%.

b) Risco de câmbio

A exposição a este risco, apenas deve ser mantida por motivos de diversificação dos investimentos e não pode superar os 10% do total dos investimentos.

c) Outros riscos de mercado

Relativamente a outros possíveis riscos de mercado, que não os anteriores, encontra-se estabelecido que não devem superar os 20% do total dos investimentos.

Existe uma adequada diversificação internacional e setorial dos ativos de rendimento variável, no sentido de reduzir a exposição ao risco de um mercado específico.

O risco de crédito é minimizado através do investimento, em títulos emitidos por entidades de elevada solvência e da diversificação dos investimentos de rendimento fixo.

Como referência, as aplicações de rendimento fixo devem conter aproximadamente 50% de títulos de rendimento fixo de estados da União Europeia e 50% de títulos emitidos por empresas de alta classificação creditícia.

Quer no caso dos títulos de rendimento fixo como nos de rendimento variável, aplicam-se critérios de diversificação por setores de atividade e limites máximos de risco por emissor.

Ainda que as limitações de risco, se encontrem estabelecidas através de variáveis facilmente observáveis, realizam-se regularmente análises de risco em termos probabilísticos em função das volatilidades e correlações históricas.

6.5.2. Informação quantitativa para avaliação da natureza e extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros por tipo de risco

a) Risco de crédito

No quadro seguinte, apresenta-se o nível máximo de exposição ao risco de crédito

e a classificação creditícia dos emissores de valores de títulos de dívida:

Exercício de 2011				
Classificação Creditícia dos Emissores	Valor Mercado			
	Estado	Bancos e Instituições Financeiras	Outros	Total
AAA	0,00	15.709.714,82	0,00	15.709.714,82
AA	42.574.154,71	6.907.672,33	1.484.021,48	50.965.848,52
A	3.516.827,41	16.207.122,18	1.350.280,24	21.074.229,83
BBB	0,00	9.807.188,30	4.302.233,33	14.109.421,63
BB ou menor	59.168.533,24	2.507.165,18	0,00	61.675.698,42
Sem qualificação	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	105.259.515,36	51.138.862,81	7.136.535,05	163.534.913,22

Exercício de 2010				
Classificação Creditícia dos Emissores	Valor Mercado			
	Estado	Bancos e Instituições Financeiras	Outros	Total
AAA	0,00	25.197.542,77	0,00	25.197.542,77
AA	15.745.740,56	15.662.299,20	1.323.780,80	32.731.820,56
A	59.125.782,32	18.355.139,69	4.265.524,06	81.746.446,07
BBB	0,00	0,00	3.248.266,50	3.248.266,50
BB ou menor	0,00	0,00	0,00	0,00
Sem qualificação	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	74.871.522,88	59.214.981,66	8.837.571,36	142.924.075,90

A persistente deterioração da situação europeia e a existência de vários riscos, fez com que as agências financeiras tenham ao longo do ano de 2011, baixado o "rating" a vários países e instituições financeiras, baixa esta, responsável pela acumulação de valores em ratings de menos classificação.

b) Risco de câmbio

No seguinte quadro, apresenta-se o detalhe dos instrumentos financeiros atendendo às moedas em que estão denominados à data de encerramento do exercício:

Exercício de 2011					
Tipo de Moeda	Valor Contabilístico				
	Ações	Unidades particip fundos invest	Titulos de dívida	Outros depósitos	TOTAL
Euro	6.744.649,15	8.945.523,22	163.534.913,22	1.736.173,22	180.961.258,81
Franco Suíço	619.034,45	0,00	0,00	0,00	619.034,45
Libras	196.418,14	0,00	0,00	0,00	196.418,14
TOTAL	7.560.101,74	8.945.523,22	163.534.913,22	1.736.173,22	181.776.711,40

Exercício de 2010					
Tipo de Moeda	Valor Contabilístico				
	Ações	Unidades particip fundos invest	Titulos de dívida	Outros depósitos	TOTAL
Euro	5.160.418,56	16.740.844,24	142.924.075,90	5.521.826,99	170.347.165,69
Franco Suíço	448.367,56	0,00	0,00	0,00	448.367,56
Libras	168.915,52	0,00	0,00	0,00	168.915,52
TOTAL	5.777.701,64	16.740.844,24	142.924.075,90	5.521.826,99	170.964.448,77

c) Risco de mercado

Nas análises de sensibilidade realizadas ao risco financeiro, destacam-se entre outros, os indicadores da duração modificada, para instrumentos financeiros de rendimento fixo e o VaR (Valor em Risco) para os de rendimento variável.

A duração modificada reflete a sensibilidade do valor dos ativos aos movimentos das taxas de juro e representa uma aproximação ao valor da variação percentual no valor dos ativos financeiros, por cada ponto percentual de variação das taxas de juro. No quadro abaixo detalham-se os vencimentos, a taxa de juro média e a duração modificada:

Exercício de 2011									
Tipo de ativo	Saldo Final	Vencimento a:						Taxa de juro	Duração modificada
		1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos	Após 5 anos		
Carteira disponível p/ venda									
Titulos de dívida	163.535	9.178	6.546	25.555	16.024	27.462	78.770	6,920	4,631
Carteira a vencimento									
Outros depósitos *	1.141	1.141							
TOTAL	164.676	10.319	6.546	25.555	16.024	27.462	78.770	-	-

(Valores expressos em milhares de euros)

* Aplicações a curto prazo com vencimento inferior a 1 ano.

Exercício de 2010									
Tipo de ativo	Saldo Final	Vencimento a:						Taxa de juro	Duração modificada
		1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos	Após 5 anos		
Carteira disponível p/ venda									
Titulos de dívida	142.924	10.411	11.621	6.420	25.653	15.823	72.996	4,8066	4,7198
Carteira a vencimento									
Outros depósitos *	4.753	4.753							
TOTAL	147.677	15.164	11.621	6.420	25.653	15.823	72.996	-	-

(Valores expressos em milhares de euros)

* Aplicações a curto prazo com vencimento inferior a 1 ano.

No quadro que se segue pode-se observar os impactos do risco, resultante das alterações da taxa de juro, na taxa de cobertura da margem de solvência da Companhia:

Margem de solvência	2011	2010
Margem de solvência disponível	3.38	-1.92
Taxa de cobertura	146%	74%
Aumento de 3 p.p.na taxa de juro		
Impacto na margem disponível	-1,57	-0,97
Impacto na taxa de cobertura	-22%	-13%
Taxa de cobertura após impacto	125%	60%
Diminuição de 3 p.p.na taxa de juro		
Impacto na margem disponível	1,57	0,97
Impacto na taxa de cobertura	22%	13%
Taxa de cobertura após impacto	168%	87%

(Valores expressos em milhões de euros)

No quadro que se segue mostra-se os impactos do risco, resultante das alterações da taxa de juro, no capital próprio da Companhia:

Capital próprio	2011	2010
Capital próprio	7,37	5,66
Aumento de 3 p.p.na taxa de juro		
Impacto no capital próprio	-1,57	-0,97
Capital próprio após o impacto	5,80	4,68
Aumento de 3 p.p.na taxa de juro		
Impacto no capital próprio	1,57	0,97
Capital próprio após o impacto	8,94	6,63

(Valores expressos em milhões de euros)

O seguinte quadro, reflete o valor contabilístico dos instrumentos financeiros de rendimento variável expostos ao risco de bolsa e o VaR, o valor em risco (máxima variação esperada num horizonte temporal de um ano e para um nível de confiança de 99%):

Exercício de 2011		
Carteira disponível para venda	Valor contabilístico	VaR
Instrumentos de Rendimento Variável	16,51	5,310
TOTAL	16,51	5,310

(Valores expressos em milhões de euros)

Exercício de 2010		
Carteira disponível para venda	Valor contabilístico	VaR
Instrumentos de Rendimento Variável	22,52	2,996
TOTAL	22,52	2,996

(Valores expressos em milhões de euros)

d) Risco de liquidez

A Companhia efetua o controlo periódico do risco de liquidez e as projecções não indiciam problemas a esse nível, mesmo num cenário de choque equivalente a um aumento para o dobro da percentagem de resgates, como se demonstra nos quadros seguintes:

Estudo de liquidez num cenário com nível de resgates histórico								
Rubrica	Nov-11	Dez-11	Jan-12	Fev-12	Mar-12	Abr-12	Mai-12	Jun-12
Vendas	4,50	4,50	2,50	2,50	2,50	2,50	2,50	2,50
Prestações Vida	1,69	4,84	1,21	1,23	3,24	1,01	1,02	1,24
Prestações Morte	0,07	0,07	0,07	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08
Resgates	0,75	0,74	0,77	0,77	0,77	0,78	0,78	0,79
Inflow cupões Inv. Detidos Maturidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,48	0,00	1,06
Inflow cupões Inv. Disponíveis Venda	0,05	0,02	0,62	0,41	0,13	0,71	0,10	0,15
Inflow amortizações Inv. Detidos Maturidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3,35
Inflow amortizações Inv. Disponíveis Venda	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,20	0,00	0,00
Fluxo líquido mensal	2,04	-1,13	1,08	0,83	-1,46	4,02	0,71	4,96
Fluxo líquido mensal acumulado	2,04	0,91	1,99	2,81	1,36	5,38	6,09	11,05
Títulos Rend. Fixo Detidos Maturidade	53,73	53,73	53,73	53,73	53,73	53,73	53,73	50,38
Títulos Rend. Fixo Disponíveis Venda	81,60	81,60	81,60	81,60	81,60	79,47	79,47	79,47
Títulos Rendimento Variável	8,70	8,70	8,70	8,70	8,70	8,70	8,70	8,70
Novos investimentos	2,04	0,91	1,99	2,81	1,36	5,38	6,09	11,05
Total investimentos Não Detidos Maturidade	92,34	91,21	92,29	93,11	91,66	93,55	94,26	99,22

(Valores expressos em milhões de euros)

Estudo de liquidez num cenário com nível de resgates sujeito a choque do dobro da percentagem normal

Rubrica	Nov-11	Dez-11	Jan-12	Fev-12	Mar-12	Abr-12	Mai-12	Jun-12
Vendas	4,50	4,50	2,50	2,50	2,50	2,50	2,50	2,50
Prestações Vida	1,69	4,83	1,21	1,22	3,24	1,01	1,02	1,23
Prestações Morte	0,07	0,07	0,07	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08
Resgates	1,10	1,10	1,16	1,16	1,17	1,17	1,18	1,18
Inflow cupões Inv. Detidos Maturidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,48	0,00	1,06
Inflow cupões Inv. Disponíveis Venda	0,05	0,02	0,62	0,41	0,13	0,71	0,10	0,15
Inflow amortizações Inv. Detidos Maturidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3,35
Inflow amortizações Inv. Disponíveis Venda	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,20	0,00	0,00
Fluxo líquido mensal	1,69	-1,48	0,69	0,44	-1,85	3,63	0,32	4,57
Fluxo líquido mensal acumulado	1,69	0,21	0,90	1,34	-0,51	3,12	3,45	8,02
Títulos Rend. Fixo Detidos Maturidade	53,73	53,73	53,73	53,73	53,73	53,73	53,73	50,38
Títulos Rend. Fixo Disponíveis Venda	81,60	81,60	81,60	81,60	81,60	79,47	79,47	79,47
Títulos Rendimento Variável	8,70	8,70	8,70	8,70	8,70	8,70	8,70	8,70
Novos investimentos	1,69	0,21	0,90	1,34	-0,51	3,12	3,45	8,02
Total investimentos Não Detidos Maturidade	91,99	90,51	91,20	91,64	89,79	91,30	91,62	96,19

(Valores expressos em milhões de euros)

7. Caixa e equivalente e depósitos à ordem

Os componentes de caixa, no fim do período, são representados pelo total dos saldos das contas bancárias. O caixa apresenta saldo zero, porque todos os valores são depositados em banco antes do encerramento do período, conforme descrito no ponto 3.2.1.

Componentes de Caixa e seus Equivalentes no Fim do Exercício	2011	2010
Depósitos à ordem	4.038.108,80	5.137.432,42
Total dos componentes de caixa e seus equivalentes no fim do Exercício	4.038.108,80	5.137.432,42

8. Outros ativos fixos tangíveis (exceto terrenos e edifícios)

Conforme descrito na Nota 3, os ativos tangíveis, exceto terrenos e edifícios, estão valorizados ao custo de aquisição. As amortizações são efetuadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos (com início no mês de aquisição dos bens), a

taxas calculadas para que o valor dos ativos seja amortizado durante a sua vida útil estimada, nos seguintes anos:

OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS	N.º ANOS
Equipamento administrativo	8
Máquinas e ferramentas	4 a 8
Equipamento informático	3
Instalações interiores	4 a 10
Outros equipamentos	4 a 8

Os bens de valor inferior ou igual a €199,52 são totalmente amortizados no exercício em que se verifica a aquisição.

O movimento de aquisições, transferências, abates, alienações, e amortizações efetuado no exercício está demonstrado no seguinte quadro:

Exercício de 2011					
Outros Ativos Tangíveis	Saldo inicial (valor líquido)	Aquisições	Transf. abates e alienações	Amort. do exercício	Saldo final (valor líquido)
Equipamento administrativo	2.254,97	0,00	0,00	625,97	1.629,00
Máquinas e ferramentas	216,26	0,00	0,00	216,26	0,00
Equipamento informático	975,81	0,00	0,00	418,15	557,66
TOTAL	3.447,04	0,00	0,00	1.260,38	2.186,66

Exercício de 2010						
Outros Ativos Tangíveis	Saldo inicial (valor líquido)	Concentração Empresarial da Agencia Geral da Mapfre Vida	Aquisições	Transf. abates e alienações	Amort. do exercício	Saldo final (valor líquido)
Equipamento administrativo	0,00	2.880,94	0,00	0,00	625,97	2.254,97
Máquinas e ferramentas	0,00	504,61	0,00	0,00	288,35	216,26
Equipamento informático	0,00	121,41	1.254,58	0,00	400,18	975,81
TOTAL	0,00	3.506,96	1.254,58	0,00	1.314,50	3.447,04

A Companhia não tem qualquer restrição de titularidade destes ativos, nem qualquer deles se encontra dado como garantia de passivos.

Não existe qualquer item de “Outros ativos tangíveis” em imparidade ou cedido.

9. Afetação dos investimentos e outros ativos

Os investimentos e os outros ativos encontram-se distribuídos pelas provisões técnicas, como demonstrado no quadro abaixo:

Exercício de 2011			
Rubrica	Seguros de vida com participação nos resultados	Seguros de vida sem participação nos resultados	Seguros de vida e operações classificados como contratos de investimento
Caixa e equivalentes	4.038.108,80		
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas		7.863.635,34	
Ativos financeiros disponíveis para venda	47.602.794,79	56.136.469,00	9.269.105,81
Investimentos a deter até à maturidade	20.083.402,19	34.181.014,10	4.904.116,95
Empréstimos concedidos e contas a receber	1.141.018,11	595.155,11	
Outros ativos tangíveis		2.186,66	
Outros ativos		608.405,01	
TOTAL	72.865.323,89	99.386.865,22	14.173.222,76

Exercício de 2010			
Rubrica	Seguros de vida com participação nos resultados	Seguros de vida sem participação nos resultados	Seguros de vida e operações classificados como contratos de investimento
Caixa e equivalentes	4.449.867,57	687.564,85	
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas		15.766.544,45	
Ativos financeiros disponíveis para venda	55.192.681,60	91.657.749,31	2.825.646,42
Empréstimos concedidos e contas a receber	4.577.803,00	175.000,00	
Outros ativos tangíveis		3.447,04	
Outros ativos		850.775,72	
TOTAL	64.220.352,17	109.141.081,37	2.825.646,42

10. Ativos intangíveis

10.1. O modelo de valorização aplicado aos Ativos Intangíveis é o modelo do custo

10.2. As despesas com aplicações informáticas são o único tipo de ativo intangível, registado nas demonstrações financeiras, à data de encerramento do exercício. As amortizações são efetuadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos (com início no mês de aquisição dos bens), para que o valor do ativo seja amortizado durante a sua vida útil estimada de 3 anos.

O movimento de aquisições, transferências, abates, alienações, e amortizações efetuado no exercício está demonstrado no seguinte quadro:

Exercício de 2011					
Outros Ativos Tangíveis	Saldo inicial (valor líquido)	Aquisições	Transf. abates e alienações	Amort. do exercício	Saldo final (valor líquido)
Despesas com aplicações informáticas	303.151,09	0,00	0,00	114.184,91	188.966,18
TOTAL	303.151,09	0,00	0,00	114.184,91	188.966,18

Exercício de 2010						
Outros Ativos Tangíveis	Saldo inicial (valor líquido)	Concentração Empresarial da Agência Geral da MAPFRE Vida	Aquisições	Transf. abates e alienações	Amort. do exercício	Saldo final (valor líquido)
Despesas com aplicações informáticas	0,00	5.564,71	340.111,93	0,00	42.525,55	303.151,09
TOTAL	0,00	5.564,71	340.111,93	0,00	42.525,55	303.151,09

11. Outras provisões e ajustamentos de contas do ativo

11.1. Desdobramento das contas de ajustamentos e outras provisões:

Exercício de 2011				
Rubrica	Saldo Inicial	Aumento	Redução e Utilização	Saldo Final
Ajustamentos de recibos por cobrar				
De outros tomadores de seguros	60.160,01	0,00	52.350,75	7.809,26
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa				
De outros devedores	119.409,24	0,00	0,00	119.409,24
Outras Provisões				
Pensões pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00
Ações judiciais	2.745,49	0,00	0,00	2.745,49
TOTAL	182.314,74	0,00	52.350,75	129.963,99

Exercício de 2010					
Rubrica	Saldo Inicial	Concentração Empresarial da Agência Geral da MAPFRE Vida	Aumento	Redução e Utilização	Saldo Final
Ajustamentos de recibos por cobrar					
De outros tomadores de seguros	0,00	177.535,61	0,00	117.375,60	60.160,01
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa					
De outros devedores	0,00	119.409,24	0,00	0,00	119.409,24
Outras Provisões					
Pensões pessoal	0,00	251.567,42	0,00	251.567,42	0,00
Ações judiciais	0,00	353.405,85	0,00	350.660,36	2.745,49
TOTAL	0,00	901.918,12	0,00	719.603,38	182.314,74

11.2. A provisão para recibos por cobrar, destina-se a reduzir o montante dos recibos por cobrar ao seu valor provável de realização e é calculada mediante a aplicação de uma percentagem média, correspondente à taxa da receita líquida da Companhia, aos recibos com cobranças em atraso, nos termos definidos na Norma 13/2000-R do ISP.

O ajustamento registado, relativamente a outros saldos a receber, resulta de uma análise casuística dos saldos de terceiros (incluindo mediadores, cosseguradoras, resseguradores e devedores por outras operações), tendo sido ajustados todos os saldos de que existem evidências de dificuldade de recuperação.

11.3. A Companhia não possui quaisquer contratos de seguro, com garantias suspensas e não possui quaisquer reembolsos pendentes de cobranças, dado que, conforme descrito na Nota 3 os reembolsos só são registados pela sua cobrança efetiva.

12. Prémios de contratos de seguro

12.1. A MAPFRE Seguros de Vida, S.A., encerrou o exercício de 2011, reconhecendo na rubrica de ganhos e perdas – “Prémios brutos emitidos de seguro direto”, o valor de 40.846.036,81 euros referentes a contratos de seguros, provenientes do ramo Vida.

Exercício de 2011		
Prémios brutos emitidos de seguro direto		36.590.100,90
Relativos a contratos individuais	35.991.087,50	
Relativos a contratos de grupo	599.013,40	36.590.100,90
Periódicos	9.126.041,40	
Não periódicos	27.464.059,50	36.590.100,90
De contratos sem participação nos resultados	9.877.516,40	
De contratos com participação nos resultados	26.712.584,50	36.590.100,90
Prémios brutos emitidos de resseguro aceite		0,00
Saldo de resseguro		37.465,42

Exercício de 2010		
Prémios brutos emitidos de seguro direto		40.846.036,81
Relativos a contratos individuais	40.684.772,15	
Relativos a contratos de grupo	161.264,66	40.846.036,81
Periódicos	9.270.861,33	
Não periódicos	31.575.175,48	40.846.036,81
De contratos sem participação nos resultados	25.611.389,68	
De contratos com participação nos resultados	15.234.647,13	40.846.036,81
Prémios brutos emitidos de resseguro aceite		0,00
Saldo de resseguro		209.555,13

12.2. Reconheceu na rubrica do passivo “Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento”, valorizados ao custo amortizado, o valor referente à responsabilidade assumida pela venda de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento, no montante de 11.423.509,49 euros.

13. Comissões de contratos de seguro

13.1. No ponto 3.1.16., são descritos os critérios contabilísticos adotados relativamente à rubrica de comissões.

13.2. O montante das comissões de mediação e corretagem relativa ao seguro direto, contabilizadas no exercício de 2011 foi de 410.836,03 euros, distribuído pelos seguintes segmentos de negócio:

Exercício de 2011						
Rubrica	Rendas	Risco	Mistos	Capitalização	P.P.R.	Total
Comissões de mediação e corretagem	12.876,16	101.420,41	84.346,87	16.141,98	196.050,61	410.836,03

Exercício de 2010						
Rubrica	Rendas	Risco	Mistos	Capitalização	P.P.R.	Total
Comissões de mediação e corretagem	7.725,71	100.361,88	68.693,48	27.410,68	218.654,94	422.846,69

Nestas contas, para além das comissões de mediação e cobrança indicadas nos quadros, estão registados incentivos processados aos mediadores (“*Profit Commissions*”), que ascenderam no exercício de 2011 a 246.730,86.

14. Rendimentos e gastos financeiros

14.1. As políticas de reconhecimento dos réditos estão descritas na Nota 3.

14.2. Informação por categoria de investimento dos rendimentos e gastos financeiros

14.2.1. Rendimentos financeiros

Os rendimentos financeiros registados em ganhos e perdas, compreendem os juros dos títulos de dívida e de depósitos em bancos contabilizados, tendo em conta, o regime contabilístico do acréscimo.

Estão lançados nesta rubrica, os ganhos resultantes do processo de amortização com a utilização do método do juro efetivo.

Exercício de 2011				
Rendimentos / Réditos	Juros de ativos financ não valorizados justo valor por via de g&p	Juros de passivos financ não valorizados justo valor por via de g&p	Outros	Total
De ativos disponíveis para venda	7.548.078,53	309.120,00	0,00	7.857.198,53
de juros de títulos de dívida	6.548.417,03	254.193,91		6.802.610,94
dividendos de ações	328.634,53	54.926,09		383.560,62
rendimento custo amortizado	671.026,97	0,00		671.026,97
De outros	0,00	0,00	34.047,70	34.047,70
de juros de depósitos em bancos			27.918,34	27.918,34
de empréstimos sobre apólices			6.129,36	6.129,36
TOTAL	7.548.078,53	309.120,00	31.047,70	7.891.246,23

Exercício de 2010				
Rendimentos / Réditos	Juros de ativos financ não valorizados justo valor por via de g&p	Juros de passivos financ não valorizados justo valor por via de g&p	Outros	Total
De ativos disponíveis para venda	6.755.904,84	30.702,77	0,00	6.786.607,61
de juros de títulos de dívida	6.184.693,96	22.761,64		6.207.455,60
dividendos de ações	283.070,23	7.941,13		291.011,36
rendimento custo amortizado	288.140,65	0,00		288.140,65
De outros	0,00	0,00	17.262,58	17.262,58
de juros de depósitos em bancos			364,75	364,72
de empréstimos sobre apólices			16.897,83	16.897,83
TOTAL	6.755.904,84	30.702,77	17.262,58	6.803.870,19

14.2.2. Gastos financeiros

Os gastos financeiros registados em ganhos e perdas compreendem os gastos de gestão dos investimentos inicialmente registados por natureza e imputados à função investimentos e os gastos resultantes do processo de amortização com a utilização do método do juro efetivo.

Exercício de 2011				
Gastos financeiros	Juros de ativos financ não valorizados justo valor por via de g&p	Juros de passivos financ não valorizados justo valor por via de g&p	Outros	Total
Gasto custo amortizado	210.212,57		0,00	210.212,57
Perdas em passivos financeiros		285.100,20	0,00	285.100,20
Gastos de gestão dos investimentos registados inicialmente por natureza			296.675,55	296.675,55
TOTAL	210.212,57	285.100,20	296.675,55	791.988,32

Exercício de 2010				
Gastos financeiros	Juros de ativos financ não valorizados justo valor por via de g&p	Juros de passivos financ não valorizados justo valor por via de g&p	Outros	Total
Gasto custo amortizado	337.978,46			337.978,46
Perdas em passivos financeiros				
Gastos de gestão dos investimentos registados inicialmente por natureza			175.210,28	175.210,28
TOTAL	337.978,46	0,00	175.210,28	513.188,74

15. Ganhos e perdas realizados em investimentos

Os ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros, não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas e de terrenos e edifícios, apresentam na conta de ganhos e perdas um valor negativo, conforme se demonstra no quadro abaixo:

Exercício de 2011			
Ganhos e Perdas Realizadas	Ganhos Realizados	Perdas Realizadas	Ganho/Perda Líquido
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	431.186,18	1.029.109,37	-597.923,19
De ativos disponíveis para venda	431.186,18	999.282,84	-568.096,66
de títulos de dívida	378.548,38	741.730,92	-363.182,54
de ações	38.934,88	241.358,76	-202.423,88
de fundos de investimento	13.702,92	16.193,16	-2.490,24
De passivos financeiros valorizados a custo amortizado	0,00	29.826,53	-29.826,53
de títulos de dívida	0,00	29.826,53	-29.826,53
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	919.192,38	1.137.404,31	-218.211,93
De ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	919.192,38	1.137.404,31	-218.211,93
de fundos de investimento	919.192,38	1.137.404,31	-218.211,93
TOTAL	1.350.378,56	2.166.513,68	-816.135,12

Exercício de 2010			
Ganhos e Perdas Realizadas	Ganhos Realizados	Perdas Realizadas	Ganho/Perda Líquido
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	1.911.957,23	1.662.153,42	249.803,81
De ativos disponíveis para venda	1.911.957,23	1.649.784,13	262.173,10
de títulos de dívida	1.726.565,75	1.419.271,08	307.294,67
de ações	147.831,46	201.349,31	-53.517,85
de fundos de investimento	37.560,02	29.163,74	8.396,28
De passivos financeiros valorizados a custo amortizado	0,00	12.369,29	-12.369,29
de títulos de dívida	0,00	12.369,29	-12.369,29
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	901.477,32	1.327.889,05	-426.411,73
De ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	901.477,32	1.327.889,05	-426.411,73
de fundos de investimento	901.477,32	1.327.889,05	-426.411,73
TOTAL	2.813.434,55	2.990.042,47	-176.607,92

16. Custos e gastos por natureza a imputar

16.1. Critério de imputação dos custos e gastos por natureza às funções

Os gastos são registados inicialmente por natureza e imputados às funções, sinistros, aquisição, administrativa e investimentos de acordo com o plano de contas.

Os critérios utilizados para a repartição dos custos e gastos entre as várias áreas funcionais foram os seguintes:

a) Imputação de custos pelas várias áreas funcionais

O valor imputado a cada área funcional, resulta da aplicação de uma percentagem, apurada com base nos tempos gastos pelo pessoal, para cada uma das áreas, ponderada com base nos respetivos vencimentos, aos custos por natureza a imputar.

A referida percentagem é obtida da seguinte forma:

- * Por empregado, são encontrados em percentagem, os tempos gastos para cada uma das diversas áreas de imputação;
- * Estas percentagens são aplicadas ao vencimento de cada um dos funcionários, obtendo-se assim o valor dos vencimentos, por funcionário e área; e
- * A percentagem a aplicar aos custos por natureza, para cada uma das áreas, é encontrada, dividindo o valor do somatório dos vencimentos, por área e pelo valor total dos vencimentos.

b) Imputação de custos por funções aos diversos ramos

A imputação dos custos às diversas áreas funcionais, pelos diversos ramos é efetuada da seguinte forma:

- * Custos com sinistros: 50% do valor a imputar, com base nos custos com sinistros e os outros 50% com base no número de sinistros;
- * Custos de aquisição: 50% do valor a imputar, com base nos prémios emitidos e outros 50% com base no número de apólices; e
- * Custos administrativos e custos com investimentos: 25% do valor a imputar, com base nos custos com sinistros, outros 25% com base no número de sinistros, outros 25%, com base nos prémios emitidos e os restantes 25% com base no número de apólices.

16.2. Custos e gastos por natureza e imputados às funções

No quadro abaixo, demonstra-se o total dos custos e gastos por natureza, assim como a sua imputação às diversas funções:

Exercício de 2011				
Custos e Gastos por Natureza a Imputar	Gestão de sinistros	Custos de exploração	Gestão de investimentos	Total
Custos com pessoal	337.940,52	1.782.450,93	6.841,74	2.127.233,19
Fornecimentos e serviços externos	131.642,93	1.077.700,89	2.783,07	1.212.126,89
Impostos e taxas	3.407,87	19.821,91	7.159.000,00	23.301,37
Amortizações do exercício	18.202,82	96.877,98	36.449.000,00	115.445,29
Outras provisões	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros suportados	0,00	0,00	67.402,02	67.402,02
Comissões	0,00	0,00	219.212,64	219.212,64
TOTAL	491.194,14	2.976.851,71	296.675,55	3.764.721,40

Exercício de 2010				
Custos e Gastos por Natureza a Imputar	Gestão de sinistros	Custos de exploração	Gestão de investimentos	Total
Custos com pessoal	502.479,70	2.206.525,26	8.602,35	2.717.607,31
Fornecimentos e serviços externos	119.261,45	705.249,40	2.044,29	826.555,14
Impostos e taxas	4.083,02	18.168,48	7.213.000,00	22.323,63
Amortizações do exercício	7.588,51	36.108,88	142,66	43.840,05
Outras provisões	762,81	-699,60	-63,21	0,00
Juros suportados	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	164.412,06	164.412,06
TOTAL	634.175,49	2.965.352,42	175.210,28	3.774.738,19

16.3. Honorários por serviços de Revisão Oficial de Contas e afins incluídos na rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas auferes as remunerações que se encontram contratualmente estabelecidas e que a seguir se divulgam nos termos legalmente exigíveis.

Os honorários faturados nos exercícios de 2011 e de 2010 têm a seguinte distribuição (valores sem IVA):

Âmbito	2011	2010
Serviços de revisão legal das contas anuais	38.000,00	20.500,00
Serviços de garantia de fiabilidade	4.500,00	0,00
TOTAL	42.500,00	20.500,00

17. Gastos com pessoal

17.1. O número total de trabalhadores, no fim do período, era de 51 menos 6 do que no exercício anterior. O total dos trabalhadores, encontra-se distribuído por categorias profissionais conforme apresentado no seguinte quadro:

Comuns	N.º	Téc-Administrativos	N.º	Comerciais	N.º	Informáticos	N.º
Diretor de Serviços	3	Atuário	1	Assistente comercial	3	Chefe de centro	1
		Chefe de secção		Coord de zona e/ou deleg	3	Operador	2
		Chefe de serviços		Coord-adj. zona e/ou deleg	4		
		Escriturário	15	Gerente de delegação	2		
		Secretário	1	Técnico comercial	7		
		Subchefe de secção	2				
		Técnico de análise de riscos	1				

17.2. Os gastos com pessoal, por natureza, registados nos exercícios de 2011 e de 2010 apresentam o seguinte detalhe:

Rubrica	2011	2010
Remunerações	1.501.181,45	2.014.303,94
- Dos órgãos sociais	0,00	0,00
- Do pessoal	1.501.181,45	2.014.303,94
Encargos sobre remunerações	355.587,07	502.278,84
Benefícios pós-emprego	466,81	5.385,82
- Planos de contribuição definida	0,00	0,00
- Planos de benefícios definidos	466,81	5.385,82

Rubrica	2011	2010
Outros benefícios a longo prazo dos empregados	0,00	0,00
Benefícios de cessação de emprego	182.260,00	83.509,10
Seguros obrigatórios	48.708,69	58.812,33
Gastos de ação social	5.708,59	1.875,00
Outros gastos com o pessoal	33.320,58	51.442,28
TOTAL	2.127.233,19	2.717.607,31

17.3. A Companhia, não é responsável por qualquer valor em matéria de pensões de reforma para antigos membros dos órgãos sociais.

Por outro lado, relativamente aos membros dos órgãos sociais, não existe qualquer adiantamento ou crédito concedido, nem qualquer compromisso tomado por sua conta a título de qualquer garantia.

20. Obrigações com benefícios dos empregados

20.1. Plano de benefícios definidos

a) Política contabilística

No ponto 3.2.6., são descritas as políticas contabilísticas adotadas pela Companhia relativamente às obrigações com benefícios dos empregados.

b) Descrição geral do plano

O plano destina-se a garantir os compromissos com pensões do pessoal da MAPFRE Seguros de Vida, S.A., que se encontra nas condições previstas no Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora, segundo o qual têm acesso a este benefício todos os trabalhadores que tenham entrado na atividade seguradora antes de 22 de junho de 1995 (data de publicação do mesmo) e que se reformem na atividade seguradora, desde que tenham completado, pelo menos, 10 anos de serviço na mesma.

As características do plano detalham-se mais adiante na alínea l) desta nota.

Encontram-se abrangidos pelo plano todos os trabalhadores que preencham as condições anteriores, incluindo os pertencentes a órgãos de gestão, desde que

exercendo funções executivas.

No final do exercício de 2011, o número de trabalhadores abrangidos pelo plano era de 24 entre pessoas que fazem parte do quadro da Companhia e pessoas que fizeram em algum momento.

Ainda nos termos do Contrato Coletivo da Atividade Seguradora, a Companhia tem a responsabilidade de assegurar prestações de reforma por invalidez.

A prestação de invalidez é calculada segundo a fórmula:

$P = (0,022 * t * 14 / 12 * R) - (0,022 * n * S / 60)$ em que:

* R= último salário efetivo mensal na data da reforma;

* n = nº de anos civis com entrada de contribuições para a segurança social

* S= soma dos salários anuais dos 5 melhores anos dos últimos 10 sobre os quais incidem contribuições para a segurança social

* t = anos de serviço na atividade seguradora

* $0,5 >= 0,022 * t <= 0,8$

* $0,3 >= 0,022 * n <= 0,8$

Para terem direito a esta prestação, os trabalhadores têm que contar no mínimo com 5 anos de serviço na atividade seguradora e qualquer fração de ano conta como um ano completo e as prestações são pagas 14 vezes no ano.

Atendendo a que as estimativas destas responsabilidades são de difícil execução e que as metodologias disponíveis para o seu apuramento conduzem a resultados que não se consideram razoáveis, a MAPFRE, baseada nos princípios prescritos na IAS 37, sempre optou por não as realizar, não procedendo ao seu reconhecimento.

No entanto, as responsabilidades encontram-se cobertas através de uma apólice

de seguro do tipo temporário anual renovável realizada na MAPFRE Seguros de Vida, SA (própria entidade).

c) Veículo de financiamento utilizado

As responsabilidades da MAPFRE Seguros de Vida, S.A., no âmbito deste plano, sejam as relativas ao pessoal no ativo sejam relativas ao pessoal reformado, encontram-se garantidas por apólices de seguro não elegíveis nos termos da IAS 19, subscritas na MAPFRE Seguros de Vida, S.A.

Estas apólices são de rendas vitalícias, no que respeita à cobertura das responsabilidades com prestações em pagamento ao pessoal já reformado e apólices de Capital Diferido a Prémio Único, adquiridas anualmente para cobertura das responsabilidades que se vencem anualmente relativamente a trabalhadores no ativo.

As taxas de juro implícitas nestas apólices encontram-se descritas no ponto seguinte.

d) Valor e taxa de rentabilidade efetiva dos ativos do plano

O valor dos ativos e as bases técnicas dessas apólices são os seguintes:

Exercício de 2011				
Nº. apólice	Modalidade	Taxa técnica	Tabela mortalidade	Valor ativos (euros)
201000022	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	234.685,52
	Total apólices			234.685,52

Exercício de 2010				
Nº. apólice	Modalidade	Taxa técnica	Tabela mortalidade	Valor ativos (euros)
201000022	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	247.197,00
	Total apólices			247.197,00

e) Responsabilidade passada

Responsabilidade passada		
Conceito	2011	2010
Valor atual serviços passados - pessoal no ativo	166.037,69	203.654,00
Valor atual serviços passados - reformados	0,00	0,00
TOTAL	166.037,69	203.654,00

f) Reconciliação dos saldos de abertura e fecho do valor atual das obrigações

Responsabilidades com pessoal no ativo		
Conceito	2011	2010
Valor responsabilidades janeiro	203.654,00	159.895,85
Custo serviço corrente	11.318,51	15.531,41
Custo dos juros	5.955,92	6.235,94
Resgates	41.118,32	16.381,53
Ganhos atuariais	13.772,42	0,00
Perdas atuariais		38.372,33
Valor responsabilidades dezembro	166.037,69	203.654,00

g) Análise da obrigação em planos que não tem financiamento

No caso da MAPFRE Seguros de Vida, S.A., a totalidade dos planos de benefícios definidos encontra-se financiada a 100%.

h) Reconciliação dos saldos de abertura e fecho do justo valor dos ativos

No quadro seguinte apresentamos a reconciliação do saldo do ativo:

Apólices capital diferido prémio único		
Conceito	2011	2010
Valor ativos janeiro	247.197,00	244.586,66
Contribuições empresa	11.784,89	2.610,34
Resgates	29.117,32	16.381,53
Retorno ativos	5.562,25	16.381,53
Ganhos atuariais	741,30	0,00
Perdas atuariais		0,00
Valor ativos dezembro	234.685,52	247.197,00

i) Reconciliação do valor da obrigação e do justo valor dos ativos do plano

A totalidade dos ativos e obrigações relativos ao Plano de Benefícios Definido da MAPFRE Seguros de Vida, S.A., descritos nas alíneas f) e h), anteriores são relevados no balanço na linha de “Ativos por benefícios pós-emprego” e outro benefícios de longo prazo e na linha de “Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo”.

j) Gasto total reconhecido na conta de ganhos e perdas

Custo reconhecido em resultados		
Conceito	2011	2010
Custo serviço corrente	11.318,51	15.531,41
Custo dos juros	5.955,92	6.235,94
Retorno ativos	-4.820,95	-16.381,53
Pagamentos	-11.986,67	0,00
Ganhos atuariais	-13.772,42	0,00
Perdas atuariais	0,00	38.372,33
TOTAL	-13.305,61	43.758,15

k) Quantias reconhecidas em ganhos e perdas

Não foram registados quaisquer outros ganhos ou perdas do exercício corrente.

l) Descrição dos principais pressupostos atuariais usados

O cálculo da responsabilidade, foi efetuado de acordo com os preceitos da IAS 19, com as seguintes bases:

- Método de valorização atuarial *Unit Credit* ou Método da Unidade de Crédito Projetada.
- Hipóteses atuariais, nem imprudentes nem excessivamente conservadoras.
- Tabelas de mortalidade geracionais espanholas de sobrevivência PERM 2000 P para homens e PERF 2000 P para mulheres.
- Não se considerou taxa de rotação.
- Taxa de juro para estimação do valor atual das responsabilidades à data de 31 de dezembro de 2011 de 3,75%.

Face à dificuldade em encontrar índices de referência de dívida *corporate* de rating AA para prazos similares à duração média dos passivos (aproximada de 25 anos), esta taxa foi estimada tendo em conta a *Yeld Curve Bloomberg Composite AAA*, uma vez que a sua magnitude até ao prazo de 15 anos em que a mesma também existe referida ao rating AA, é muito semelhante a esta.

- Crescimento no valor das pensões da segurança social de 2% ao ano.
- Incremento do valor das pensões a cargo da Companhia de 2% ao ano.
- Taxa de inflação anual de 2%.
- Incremento salarial à taxa de crescimento anual de 3%.
- Idade normal de reforma os 65 anos.

O plano enquadra-se nas disposições do Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora e apresenta as seguintes características:

- Terão direito à prestação de reforma, os trabalhadores com data de ingresso no setor segurador anterior a 22 de junho de 1995, de acordo com o estipulado no Contrato Coletivo de Trabalho.
- Para os trabalhadores que pertenciam ao quadro de pessoal, à data de 31 de dezembro de 2011, a Companhia cobrirá as prestações de reforma, pelo tempo decorrido, desde que tenham entrado na Companhia até aos 65 anos.
- Para os trabalhadores que prestaram serviço para a Companhia mas já não pertenciam ao quadro de pessoal à data de 31 de dezembro de 2011, a Companhia cobrirá as prestações de reforma pelo tempo decorrido desde a

data de entrada até à data de saída em proporção do tempo desde que entrou no setor até aos 65 anos.

- Os trabalhadores que atinjam os 65 anos de idade como ativos ou como pré-reformados têm direito a uma prestação vitalícia, a cargo da Companhia, pagável 14 vezes no ano, de acordo com a seguinte fórmula:

$$P = (0,8 \cdot 14/12 \cdot R) - (0,022 \cdot N \cdot S/60)$$

em que,

- * P= Prestação a pagar pela Companhia
- * R= último salário efetivo no momento da reforma
- * N= número de anos de contribuição para a Segurança Social
- * S= soma dos salários anuais dos 5 melhores anos dos últimos 10
- * $0,3 >= 0,022 \cdot N <= 0,8$

- Para ter direito a esta prestação, os trabalhadores têm que contar 10 anos de serviço na atividade seguradora;
- Qualquer fração de ano conta como um ano completo; e
- Atualização anual da prestação à taxa de inflação de 2%. Porém, a soma da prestação anual resultante dessa atualização com a pensão anual a cargo da Segurança Social não poderá ultrapassar o ordenado mínimo líquido anual (ordenado base adicionado do prémio de antiguidade do momento em que se reformou).

Os conceitos utilizados foram os seguintes:

- Valor atual das responsabilidades

Corresponde ao valor atual dos pagamentos futuros esperados que são necessários para cumprir com as responsabilidades derivadas dos serviços prestados pelos trabalhadores no exercício corrente e nos anos anteriores.

Calculou-se o valor da prestação, segundo as bases antes referenciadas e, a partir dela, calculou-se o capital total equivalente aos 65 anos.

Com este capital e aplicando o método *Unit Credit*, obteve-se a parte do capital

total, que atendendo ao período de trabalho na Companhia até aos 65 anos e ao período decorrido na mesma até 31 de dezembro de 2011, deve considerar-se como ganho.

Este capital ganho está referido aos 65 anos, momento em que o trabalhador começa a receber a prestação estimada, portanto efetuou-se a atualização atuarial e financeira desse capital à data de 31 de dezembro de 2011.

- Custo do serviço corrente:

Corresponde ao incremento do valor atual das responsabilidades em consequência dos serviços prestados pelos trabalhadores no presente exercício.

- Custo dos juros:

Obtém-se multiplicando a taxa de rendimento financeiro do início do exercício (3,25% anual) pelo valor atual das responsabilidades existente a 31 de dezembro de 2011 e corresponde ao incremento do valor atual das responsabilidades devido ao facto de tais prestações estarem um exercício mais próximo do seu vencimento.

m) Quantias do período corrente e do período anterior

Conceito	2011	2010
Valor das responsabilidades	166.037,69	203.654,00
Valor dos ativos	234.685,52	247.197,00
Excesso/(Insuficiência)	68.647,83	43.543,00
Ganhos/(Perdas) atuariais das responsabilidades	13.772,42	-38.372,33
% sobre responsabilidades	8,29%	-18,84%
Ganhos/(Perdas) atuariais dos ativos	741,30	0,00
% sobre ativos	0,32%	0,00%

Os ganhos e perdas atuariais apurados, resultam exclusivamente da alteração da taxa de desconto.

n) Estimativa das contribuições do próximo ano

Não foi efetuada qualquer estimativa, porque o novo CCT para a Atividade Seguradora, que entrará em vigor a 01 de janeiro de 2012, vem introduzir alterações no plano de pensões.

21. Imposto sobre o rendimento

21.1. Imposto corrente

Detalham-se no quadro abaixo, as principais componentes do gasto por imposto corrente sobre lucros e a conciliação entre o gasto por imposto sobre lucros e o produto de multiplicar o resultado contabilístico por a taxa de imposto aplicada:

Exercício de 2011			
Demonstração do Imposto Corrente	Ganhos e Perdas	Capital	Total
Resultado antes de imposto	1.800.760,59		1.800.760,59
Variações patrimoniais neg. ã refletidas no resultado líquido			0,00
"Variação do justo valor dos Inst. Financ. a representar as Prov.Téc. com Particip.Benef."		436.906,37	436.906,37
25% do resultado antes de impostos	450.190,15	109.226,59	559.416,74
Ajuste para a taxa da Região Autónoma da Madeira	-1.916,64		-1.916,64
Gasto reconhecido resultados - responsabilidades com pensões	0,00		0,00
Contribuições para o fundo com pensões de reforma	0,00		0,00
Multas, coimas e juros compensatórios	2.018,42		2.018,42
Correção mais menos valias contabilísticas/fiscais	142.570,37		142.570,37
Custos e proveitos extraordinários	6.648,55		6.648,55
Dividendos - instrumentos de capital	-45.835,41		-45.835,41
Benefícios fiscais	-1.569,13		-1.569,13
Total do imposto	552.106,31	109.226,59	661.332,90
Derrama	56.119,92		56.119,92
Tributação autónoma	20.233,84		20.233,84
Imposto sobre lucros a pagar/receber líquido	628.460,07	109.226,59	737.686,66

Exercício de 2010			
Demonstração do Imposto Corrente	Ganhos e Perdas	Capital	Total
Resultado antes de imposto	2.011.629,24		2.011.629,24
Variações patrimoniais neg. ã refletidas no resultado líquido			0,00
"Variação do justo valor dos Inst. Financ. a representar as Prov.Téc. com Particip.Benef."		-7.280.929,71	-7.280.929,71
25% do resultado antes de impostos	502.907,31	-1.820.232,43	-1.317.325,12
Gasto reconhecido resultados - responsabilidades com pensões	10.939,54		10.939,54
Contribuições para o fundo com pensões de reforma	-61.799,25		-61.799,25
Multas, coimas e juros compensatórios	475,05		475,05
Correção mais menos valias contabilísticas/fiscais	-27.412,30		-27.412,30
Custos e proveitos extraordinários	4.862,04		4.862,04
Dividendos - instrumentos de capital	-53.294,69		-53.294,69
Benefícios fiscais	-1.214,01		-1.214,01
Total do imposto	375.463,69	-1.820.232,43	-1.444.768,74
Derrama	0,00		0,00
Tributação autónoma	19.002,05		19.002,05
Imposto sobre lucros a pagar/receber líquido	394.465,74	-1.820.232,43	-1.425.766,69

21.2. Impostos diferidos

a) Decomposição do saldo de ativos por impostos diferidos:

Exercício de 2011						
Ativos por Impostos Diferidos	Saldo inicial	Aumentos		Reversões		Saldo final
		Resultados	Capital Próprio	Resultados	Capital Próprio	
De ativos financeiros disponíveis para venda - mensuração	238.755,80	0,00	105.732,23	0,00	0,00	344.488,03
De prejuízos fiscais	1.444.768,74	0,00	0,00	552.106,31	131.317,25	761.345,18
Do reconhecimento dos at/pass por benefícios pós-emprego	0,00	3.123,00	53.911,30		0,00	57.034,30
TOTAL	1.683.524,54	3.123,00	159.643,53	552.106,31	131.317,25	1.162.867,51

Exercício de 2010						
Ativos por Impostos Diferidos	Concentração Empresarial da Agencia Geral da MAPFRE Vida	Aumentos		Reversões		Saldo final
		Resultados	Capital Próprio	Resultados	Capital Próprio	
De ativos financeiros disponíveis para venda - mensuração	0,00	0,00	238.755,80	0,00	0,00	238.755,80
De prejuízos fiscais	0,00	-375.463,69	1.820.232,43	0,00	0,00	1.444.768,74
Do reconhecimento dos at/pass por benefícios pós-emprego	617.148,53	0,00	0,00	0,00	617.148,53	0,00
TOTAL	617.148,53	-375.463,69	2.058.988,23	0,00	617.148,53	1.683.524,54

b) Decomposição do saldo de passivos por impostos diferidos:

Exercício de 2011						
Passivos por Impostos Diferidos	Saldo inicial	Aumentos		Reversões		Saldo final
		Resultados	Capital Próprio	Resultados	Capital Próprio	
De ativos financeiros disponíveis para venda - mensuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Do reconhecimento dos at/pass por benefícios pós-emprego	11.538,90	0,00	0,00	0,00	11.538,90	0,00
TOTAL	11.538,90	0,00	0,00	0,00	11.538,90	0,00

Exercício de 2010						
Passivos por Impostos Diferidos	Concentração Empresarial da Agencia Geral da MAPFRE Vida	Aumentos		Reversões		Saldo final
		Resultados	Capital Próprio	Resultados	Capital Próprio	
De ativos financeiros disponíveis para venda - mensuração	954.298,48	0,00	0,00	0,00	954.298,48	0,00
Do reconhecimento dos at/pass por benefícios pós-emprego	0,00	11.538,90	0,00	0,00	0,00	11.538,90
TOTAL	954.298,48	11.538,90	0,00	0,00	954.298,48	11.538,90

22. Capital

22.1. Objetivos e políticas da gestão do capital

22.2. Indicações sobre o capital social

O Capital social integralmente subscrito e realizado em dinheiro, no final do exercício de 2011, é de 17.500.000,00 euros, dividido em 3.500.000 ações, no valor nominal de € 5,00 cada:

Entidade Acionista	2011		2010	
	N.º de Ações	Valor	N.º de Ações	Valor
MAPFRE Seguros Gerais	3.500.000	17.500.000,00	3.500.000	17.500.000,00
TOTAL	3.500.000	17.500.000,00	3.500.000	17.500.000,00

a) Não existem quaisquer direitos, preferências e restrições associadas às ações representativas do capital. Para efeitos da margem de solvência relativa ao ramo Vida, a legislação em vigor tem como requisitos de capital as seguintes percentagens, por grupos homogêneos de produtos:

- * Produtos com risco de morte e invalidez, cerca de 0,01% e 0,015% dos capitais em risco, consoante a sua duração;
- * Produtos financeiros com risco da Companhia, 4% das provisões matemáticas; e
- * Produtos *Unit Linked* com risco do tomador do seguro, 1% das provisões matemáticas.

b) De acordo com o quadro anterior, as ações são detidas por uma entidade associada, não existindo qualquer ação propriedade da própria Companhia.

c) Em referência a 31 de dezembro de 2011, não existem ações reservadas para emissão segundo opções nem contratos para a venda de ações.

22.3. No exercício 2011 não existiram movimentos no capital social.

22.4. No exercício 2011, não existiram acordos de pagamento com base em ações pelo que não se verificou qualquer efeito daí decorrente na conta de ganhos e perdas.

23. Reservas

23.1. As reservas de reavaliação, compreendem os ajustamentos para o justo valor dos diferentes ativos, que segundo as NIIF devem ter reflexo direto nas contas de capital próprio da Companhia.

A reserva por impostos diferidos, corresponde ao valor que se prevê pagar ou recuperar a título de imposto efetivo, derivado dos ajustamentos para o justo valor dos ativos financeiros.

23.2. No quadro abaixo apresentam-se os movimentos que ocorreram no exercício de 2011 em cada uma das reservas:

Exercício de 2011				
Demonstração das Variações das Reservas	Saldo inicial	Aumentos / Diminuições	Imparidades / Reversão	Saldo final
Reservas de reavaliação	-8.064.494,34	501.163,05	0,00	-7.563.331,29
Ações / Unid part fundos invest	289,34	-453.447,28	0,00	-164.109,85
Titulos de dívida	-8.353.831,77	954.610,33	0,00	-7.399.221,44
Reserva por impostos diferidos	2.058.988,23	-25.585,02	0,00	2.033.403,21
Ações / Unid part fundos invest	60,51	-19.482,62	0,00	41.027,47
Titulos de dívida	1.998.478,14	-6.102,40	0,00	1.992.375,74
Outras reservas	-7.411.488,05	1.605.624,60	0,00	-5.805.863,45
Reserva legal	0,00	160.562,46	0,00	160.562,46
Outras reservas	-7.411.488,05	1.445.062,14	0,00	-5.966.425,91
TOTAL	-13.416.994,16	2.081.202,63	0,00	-11.335.791,53

Exercício de 2010					
Demonstração das Variações das Reservas	Saldo Inicial	Concentração Empresarial da Agencia Geral da MAPFRE Vida	Aumentos / iminuições	Imparidades / Reversão	Saldo final
Reservas de reavaliação	0,00	1.296.730,57	-9.361.224,91	0,00	-8.064.494,34
Ações / Unid part fundos invest		91.217,92	198.119,51		289.377,43
Titulos de dívida		1.205.512,65	-9.559.344,42		-8.353.831,77
Reserva por impostos diferidos	0,00	-337.149,95	575.905,75	1.820.232,43	2.058.988,23
Ações / Unid part fundos invest		-23.716,66	23.716,66	60.510,09	60.510,09
Titulos de dívida		-313.433,29	554.189,09	1.759.722,34	1.998.478,14
Outras reservas	0,00	0,00	-7.411.488,05	0,00	-7.411.488,05
Reserva legal					0,00
Outras reservas			-7.411.488,05		-7.411.488,05
TOTAL	0,00	959.580,62	-16.196.807,21	1.820.232,43	-13.416.994,16

O valor negativo de 7.411.488,05 euros, apresentado na rubrica de outras reservas refere-se à anulação do *goodwill* gerado na aquisição, com efeito a 1 de janeiro de 2010, da carteira de apólices, bem como dos respetivos ativos e passivos, à

Agência Geral em Portugal, da MAPFRE Vida, Companhia de Seguros e Resseguros sobre la Vida Humana, S.A.

Entendeu-se proceder a esta anulação porque a aludida transação foi efetuada entre entidades sujeitas a um controlo comum (MAPFRE Seguros Gerais, SA.) e ocorreu no âmbito do processo de reorganização empresarial do Grupo Mapfre, não se encontrando dentro do âmbito dos requisitos de contabilização impostos pela IFRS 3.

24. Resultados por ação

24.1. Apresenta-se o cálculo do resultado por ação:

Conceito	2011	2010
Resultado líquido atribuído aos acionistas	1.175.423,52	1.605.624,60
Numero médio de ações	3.500.000	3.500.000
Resultado por ação (em euros)	0,34	0,46

25. Dividendos por ação

25.1. O Conselho de Administração propôs que o resultado do exercício 2011, no montante de 1.175.423,52 euros (Um milhão cento e setenta e cinco mil quatrocentos e vinte e três euros e cinquenta e dois cêntimos), seja integralmente aplicado no reforço dos capitais próprios, da seguinte forma:

Reserva Legal: 117.542,35 euros (cento e dezassete mil quinhentos e quarenta e dois euros e trinta e cinco cêntimos).

Reserva Livre: 1.057.881,17 euros (Um milhão cinquenta e sete mil e oitocentos e oitenta e um euros e dezassete cêntimos).

26. Transações entre partes relacionadas

26.1. Informação sobre a empresa-mãe e sobre a empresa-mãe do topo do grupo

A MAPFRE é um grupo espanhol independente, que desenvolve fundamentalmente atividades seguradora e resseguradora em mais de 40 países. A matriz do Grupo é a sociedade holding MAPFRE, S.A., cujas ações cotizam nas bolsas de Madrid

e Barcelona, e fazem parte dos índices IBEX35, Dow Jones Stoxx Insurance, Dow Jones Sustainability World Index, MSCI Spain, FTSE All-World Developed Europe index, FTSE4Good e FTSE4Good IBEX.

A propriedade da maioria das ações da MAPFRE, S.A., é da FUNDACIÓN MAPFRE, o que garante a independência do Grupo e a sua estabilidade institucional. A FUNDACIÓN MAPFRE desenvolve atividades de interesse geral nas áreas de Ação Social, Ciências do Seguro, Cultura, Segurança Rodoviária, Prevenção, Saúde e Meio Ambiente.

A MAPFRE tem uma sólida posição de liderança no Seguro Espanhol, e uma ampla implementação multinacional, onde mais de 250 sociedades, que se agrupam em divisões e unidades, operam com ampla autonomia de gestão, debaixo da coordenação e supervisão dos altos Órgãos diretivos do Grupo, aos quais cabe determinar as linhas de orientação gerais e as políticas comuns de atuação.

A MAPFRE Seguros de Vida, S.A., é uma dessas sociedades, que desenvolve a sua atividade em Portugal e é detida a 100% pela MAPFRE Seguros Gerais, S.A., que por sua vez é detida a 99,9991% pela MAPFRE Internacional, S.A..

26.2. Descrição dos relacionamentos entre empresas-mãe e filiais

As transações com partes relacionadas, referem-se a contratos de seguros, de resseguros, imobiliárias e de serviços. Não ocorreram contudo quaisquer operações com a casa mãe, para além das relativas à distribuição de reservas e de dividendos, nem com entidades com controlo conjunto ou influência significativa sobre a Companhia, filiais, associadas, empreendimentos conjuntos nos quais a Companhia seja um empreendedor, administradores da entidade ou da casa mãe, para além das remunerações relativas aos Administradores.

26.3. Informação relacionada com o órgão de administração.

A responsabilidade pelo planeamento, direção e controlo da Companhia compete ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal, que constituem o Órgão Social da Companhia.

A divulgação da política de remuneração dos membros dos órgãos de administração, de acordo com a Norma Regulamentar N° 5/2010-R, de 1 de abril,

está relatada no Relatório de Gestão.

Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal não auferem qualquer remuneração pelo desempenho do cargo na MAPFRE Seguros de Vida, S.A.

No quadro abaixo, apresentam-se as entidades do Grupo MAPFRE das quais os membros do Conselho de Administração fazem parte:

Administrador	GRUPO MAPFRE
	Sociedades nas quais integram o Órgão de Administração
Antonio Manuel Cardoso Belo	MAPFRE SEGUROS GERAIS, SA; FINIBANCO VIDA, SA
Vítor Manuel da Silva Reis	FINIBANCO VIDA, SA
Pedro Ribeiro e Silva	FINIBANCO VIDA, SA
Maria de Lurdes Ferreira da Mata Soares Póvoas	FINIBANCO VIDA, SA

26.4. Apresentam-se de seguida, as operações ocorridas e saldos do exercício com todas as outras entidades relacionadas:

Conceito	2011	
	Gastos	Rendimentos
Serviços recebidos/prestados e outros gastos/rendimentos	75	5
Movimentos entres empresas do grupo	0	158
Gastos/rendimentos de investimentos e contas financeiras	0	28
TOTAL	75	191

(Valores expressos em milhares de euros)

Conceito	2010	
	Gastos	Rendimentos
Serviços recebidos/prestados e outros gastos/rendimentos	72	4
Movimentos entres empresas do grupo	81	334
Gastos/rendimentos de investimentos e contas financeiras	89	0
TOTAL	242	338

Conceito	2010	
	Gastos	Rendimentos

(Valores expressos em milhares de euros)

Conceito	Operações Gerais	
	2011	2010
Créditos e dívidas	65	87
TOTAL	65	87

(Valores expressos em milhares de euros)

As operações de resseguro, efetuadas entre empresas do Grupo apresentam-se no quadro seguinte:

Conceito	Resseguro Cedido	
	2011	2010
Prémios cedidos	720	524
Sinistros	771	419
Varição de provisões técnicas	-148	540
Comissões	-60	44
Juros sobre depósitos	0	0

(Valores expressos em milhares de euros)

Os valores referentes aos saldos das contas correntes de resseguro, de depósitos constituídos e de provisões técnicas, por operações de resseguro, com entidades do Grupo apresentam-se no quadro seguinte:

Conceito	Resseguro Cedido	
	2011	2010
Créditos e dívidas	345	90
Provisões técnicas	512	649
TOTAL	857	739

(Valores expressos em milhares de euros)

27. Demonstração de fluxos de caixa

Demonstração do Fluxo de Caixa	2011	2010
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de prémios	48.969.635,47	45.514.938,50
Pagamentos de sinistros	-45.163.457,18	-51.221.766,60
Pagamentos de comissões	-544.691,07	-489.917,97
Entradas por operações de resseguro	68.304,34	396.549,96
Saídas por operações de resseguro	-212.420,60	-936.937,49
Outros Recebimentos	247.792,40	-698.032,64
Pagamentos a fornecedores e pessoal	-4.203.268,42	-5.215.078,95
Imposto sobre o rendimento	-81.948,21	-39.155,87
Total fluxo das atividades operacionais	-920.053,27	-12.689.401,06
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Outros ativos tangíveis	0,00	-1.254,58
Outros ativos intangíveis	0,00	-340.111,93
Títulos de dívida	-13.879.444,86	4.881.704,92
Instrumentos de capital e unidades de participação	0,00	1.684.033,87
Participação no capital de outras sociedades	0,00	2.724.893,71
Juros e dividendos recebidos	6.608.806,59	5.430.099,10
Outros investimentos	7.091.367,92	-14.142.456,86
Total fluxo das atividades de investimento	-179.270,35	236.908,23
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Outros recebimentos ou pagamentos	0,00	10.000.000,00
Total fluxo das atividades de investimento	0,00	10.000.000,00
EFEITO DAS VARIAÇÕES DAS DIFERENÇAS DE CAMBIOS	0,00	0,00
Aumento líquido de caixa e seus equivalentes	-1.099.323,62	-2.452.492,83
Caixa e seus equivalentes no início do Exercício	5.137.432,42	7.589.925,25
Caixa e seus equivalentes no fim do Exercício	4.038.108,80	5.137.432,42

28. Acontecimentos após a data de balanço não descritos em pontos anteriores

Nos últimos dias de 2011 foi assinado um novo Contrato Coletivo de Trabalho para o Setor Segurador, entre a Associação Portuguesa de Seguradores e alguns Sindicatos do Setor, o qual prevê alterações substanciais, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2012, nomeadamente:

- * Remissão de direitos e obrigações através de uma compensação extraordinária de 55% sobre o ordenado base auferido a 31/12/2011 a pagar aos trabalhadores com contrato sem termo que tenham sido admitidos antes de 1 de janeiro de 2010 e tenham prestado 22 meses de trabalho efetivo;
- * Conversão dos planos de benefícios definidos dos trabalhadores em planos de contribuição definida, denominados planos individuais de reforma;
- * Congelamento do prémio de antiguidade a partir de 2013; e
- * Criação do prémio de permanência a pagar a cada 5 anos mediante o cumprimento de determinadas condições.

Dado o curto prazo entretanto decorrido não se procedeu a qualquer reconhecimento nas demonstrações financeiras por referencia à data de encerramento, remetendo-o para o exercício de 2012.

Para esta opção concorreram diversos factores, a saber:

- * A incerteza associada ao universo de trabalhadores abrangidos, uma vez que nem todos os sindicatos representativos assinaram o acordo;
- * Serem necessários esclarecimentos sobre a interpretação a dar a algumas matérias e em relação à sua operacionalização;
- * Os cálculos algo complexos, nomeadamente a necessidade de recurso a técnicas atuariais; e
- * A falta de informação histórica devidamente sistematizada para garantir a robustez desses cálculos;

O cálculo da melhor estimativa possível aponta para um efeito aproximado de 24.000 €, valor manifestamente imaterial no contexto do património da empresa, quando enquadrado segundo uma relação custo benefício face ao esforço a empregar.

30 Outras informações

30.1. Alterações voluntárias de políticas contabilísticas

Durante o exercício de 2011 não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

30.2. Normas e interpretações aplicáveis ao exercício de 2011

Em resultado do endosso por parte da União Europeia (UE), ocorreram as seguintes emissões, revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2011.

30.3. Novas normas e interpretações já emitidas mas que ainda não são obrigatórias

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 1 de janeiro de 2011 e que a Companhia não adotou antecipadamente são as seguintes:

a) Revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações endossadas pela UE sem efeitos nas demonstrações financeiras da Companhia

* IAS 24 (Revista) Transações entre Partes Relacionadas

As principais alterações são as seguintes:

A definição de parte relacionada foi clarificada com o objetivo de simplificar a identificação das relações entre partes relacionadas, designadamente as resultantes de influência significativa e empreendimentos conjuntos.

Foi introduzida uma isenção parcial de divulgações de partes relacionadas quando existam transações com entidades ligadas à administração pública. Estas entidades deverão divulgar o seguinte:

- Nome da administração pública e natureza da sua relação com a entidade relatora (isto é, controlo, controlo conjunto ou influência significativa);
- Natureza e quantia de cada transação individualmente significativa; e
- Uma indicação qualitativa ou quantitativa da respetiva dimensão em relação

a outras transações que sejam no seu conjunto mas não individualmente significativas;

* IAS 32 (Emenda) Instrumentos Financeiros: Apresentação – Classificação de direitos de emissão

A emenda altera a definição de passivos financeiros para passar a classificar os direitos de emissão (e certas opções e warrants) como instrumentos de capital próprio se:

- Os direitos forem atribuídos de forma proporcional a todos os proprietários da mesma classe de instrumentos de capital não derivados da entidade;
- Forem usados para adquirir um número fixo de instrumentos de capital próprio da própria entidade em contrapartida de uma quantia fixa de qualquer moeda;
- Em consequência desta emenda:
- As entidades que emitem direitos (fixados numa moeda diferente da funcional) não são obrigadas a tratar os direitos como derivados com variações no justo valor a serem registadas em resultados; e
- A sua aplicação retrospectiva leva a que direitos em moeda estrangeira anteriormente reconhecidos como derivados terão de ser reclassificados para instrumentos de capital e os correspondentes ganhos e perdas acumulados em resultados terão de ser reclassificados para capital próprio;

* IFRS 1 (Alteração) Adoção pela primeira vez das IFRS – Isenções para algumas das divulgações exigidas pela IFRS 7

Esta alteração permite que as entidades que adotem as IFRS pela primeira vez usufruam do mesmo regime transitório da IFRS 7 (Instrumentos financeiros – Divulgações), o qual não exige a apresentação de comparativos relativamente às divulgações exigidas pela IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgação quando os exercícios comparativos iniciem numa data anterior a 31 de dezembro de 2009.

* IFRIC 14 (Emenda) Requisitos de Financiamento Mínimo

A emenda à IFRIC 14 estabelece mais orientações na determinação do valor

recuperável de um ativo de fundos de benefício definido. Adicionalmente, a emenda permite uma entidade registar como ativo um pagamento antecipado relativamente a financiamentos mínimos de fundos de pensões.

* IFRIC 19 – Extinção de passivos financeiros com instrumentos de Capital Próprio

A IFRIC 19 clarifica que instrumentos de capital emitido para um credor com o objetivo de extinguir passivos financeiros são considerados pagamentos para efeitos do parágrafo 41 da IAS 39. Desta forma, instrumentos de capital emitido num *Equity Swap* devem ser mensurados ao justo valor dos instrumentos de capital emitidos, se este puder ser determinado com fiabilidade, ou no caso de não ser possível determinar o justo valor com fiabilidade, ao justo valor do passivo financeiro extinto na data da sua extinção. Qualquer ganho ou perda é imediatamente reconhecida como ganhos ou perdas. Esta IFRIC não se aplica a situações em que o acordo original já previa a extinção de passivos por via da emissão de instrumentos de capital nem para situações que envolvam direta ou indiretamente proprietários atuando como tal.

* Melhorias do Ano 2010

* IFRS 3 Concentrações de atividades empresariais

Esta emenda:

- Clarifica que alterações ocorridas à IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações, IAS 32 Instrumentos Financeiros: Apresentação e IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração que eliminaram a exceção às retribuições contingentes decorrentes da revisão da IFRS 3 em 2008, não se aplicam às retribuições contingentes decorrentes de uma concentração de atividades empresariais cuja a data de aquisição seja anterior à aplicação da IFRS 3 (revisada em 2008);
- Limita o âmbito das opções de mensuração dos interesses não controlados. Para cada concentração de atividades empresariais, a adquirente deve mensurar à data de aquisição os componentes de interesses que não controlam na adquirida que constituem interesses de propriedade presentes e conferem aos seus detentores o direito a uma parte proporcional dos ativos

líquidos da entidade em caso de liquidação:

- o Pelo justo valor; ou
- o Pela parte proporcional que os interesses de propriedade presentes representam em relação às quantias reconhecidas para os ativos líquidos identificáveis da adquirida;
- Todas as outras componentes dos interesses que não controlam devem ser mensuradas pelo justo valor à data da aquisição, salvo se as IFRS exigirem outra base de mensuração; e
- Requer que uma entidade numa concentração de atividades empresariais registre a troca de opções sobre ações ou de outros prémios de pagamento com base em ações no quadro de uma concentração de atividades empresariais como modificações dos prémios de pagamento com base em ações em conformidade com a IFRS 2 Pagamento com Base em Ações.

Se a adquirente substituir os prémios da adquirida, a totalidade ou parte da mensuração baseada no mercado dos prémios de substituição da adquirente deve ser incluída na mensuração da retribuição transferida na concentração de atividades empresariais.

Todavia, nas situações em que os prémios da adquirida caducariam em resultado dessa concentração de atividades empresariais e em que a adquirente substitui esses prémios sem que estivesse obrigada a fazê-lo, a totalidade da mensuração baseada no mercado dos prémios de substituição deve ser reconhecida como custo de remuneração nas demonstrações financeiras pós-concentração em conformidade com a IFRS 2

Adicionalmente, a emenda especifica o tratamento contabilístico de pagamento com base em ações que o adquirente não troca por transações de pagamento com base em ações da sua responsabilidade:

Se os respetivos direitos já tiverem sido adquiridos, essas transações de pagamento com base em ações da adquirida fazem parte do interesse que não controla na adquirida e são mensuradas ao seu valor de mercado.

Se os respetivos direitos ainda não tiverem sido adquiridos, os mesmos são mensurados ao valor de mercado na data de aquisição e alocados aos interesses

que não controlam e às despesas de pós-concentração.

* IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações

A emenda:

- Enfatiza a interação que deverá existir entre as divulgações quantitativas e qualitativas e a natureza e extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros;
- Clarifica que apenas os ativos financeiros cuja quantia escriturada seja diferente da sua exposição máxima ao risco terá de providenciar mais divulgações sobre o montante máximo de exposição a esse risco;
- Requer para todos os ativos financeiros uma descrição das garantias detidas a título de caução e de outras melhorias da qualidade de crédito, bem como do respetivo efeito financeiro, no que diz respeito à quantia que melhor representa a exposição máxima ao risco de crédito;
- Remove a necessidade de divulgar a quantia escriturada de ativos financeiros cujos termos foram renegociados e que, caso contrário, estariam vencidos ou com imparidade; e
- Remove a divulgação da descrição das garantias colaterais detidas pela entidade a título de caução e outros aumentos de crédito e, salvo se impraticável, uma estimativa do seu justo valor quando os ativos financeiros estejam vencidos à data de relato mas não com imparidade e ativos financeiros individualmente considerados com imparidade à data do relato;

* IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras

A emenda clarifica que para cada componente do capital próprio, uma entidade deve apresentar, na demonstração de alterações no capital próprio ou nas notas, uma análise por item dos outros rendimentos integrais.

* IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas

Uma entidade deve aplicar as emendas aplicadas à IAS 21 Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio decorrentes das alterações à IAS 27 prospetivamente aos períodos anuais com início em ou após 1 de julho de 2009. Se uma entidade aplicar

a IAS 27 (emendada em 2008) a um período anterior, as emendas devem ser aplicadas a esse período anterior.

* IFRIC 13 Programas de fidelização de clientes

A emenda clarifica que quando o justo valor dos créditos de prémio é mensurado por referência ao justo valor dos prémios pelos quais podem ser trocados, este deve ter em conta a quantia correspondente aos descontos ou incentivos que seriam oferecidos aos restantes clientes que não ganharam créditos de prémio.

* IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações (Endossada CUJA APLICAÇÃO É OBRIGATÓRIA APENAS EM PERÍODOS COM INÍCIO APÓS 30 DE JUNHO DE 2011)

A emenda à IFRS 7 requer novas divulgações qualitativas e quantitativas relativas a transferência de ativos financeiros quando:

- Uma entidade desreconhecer ativos financeiros transferidos na sua totalidade, mas manter um envolvimento continuado nesses ativos (opções ou garantias nos ativos transferidos); e
- Uma entidade não desreconheça na totalidade os ativos financeiros;

b) Revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações ainda não endossadas pela UE

* IFRS 1 (Emenda) Adoção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro

Quando a data de transição para as IFRS ocorrer na data, ou após data, em que a moeda funcional cesse de ser uma moeda de uma economia hiperinflacionária, a entidade pode mensurar todos os ativos e passivos detidos antes da data da cessação e que foram sujeitas aos efeitos de uma economia hiperinflacionária, ao seu justo valor na data da transição para IFRS. Este Justo valor pode ser utilizado como o custo considerado para esses ativos e passivos na data de abertura da demonstração da posição financeira.

A emenda remove adicionalmente as datas fixas na IFRS 1 relativas ao

desreconhecimento de ativos e passivos financeiros e de ganhos e perdas em transações no reconhecimento inicial, a nova data passa a ser considerada a data da transição para as IFRS.

As alterações à IFRS 1 serão aplicáveis para os exercícios iniciados após 30 de junho de 2011. A aplicação antecipada é permitida desde que divulgada.

* IFRS 9 – Instrumentos financeiros (Introduz novos requisitos de classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros)

A primeira fase da IFRS 9 Instrumentos financeiros aborda a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros. O IASB continua a trabalhar e a discutir os temas de imparidade e contabilidade de cobertura com vista à revisão e substituição integral da IAS 39. A IFRS 9 aplica-se a todos os instrumentos financeiros que estão no âmbito de aplicação da IAS 39.

As principais alterações são as seguintes:

* Ativos Financeiros:

Todos os ativos financeiros são mensurados no reconhecimento inicial ao justo valor.

Os instrumentos de dívida podem ser mensurados ao custo amortizado subsequentemente se:

- A opção pelo justo valor não for exercida;
- O objetivo da detenção do ativo, de acordo com o modelo de negócio, é receber os *cash-flows* contratualizados; e
- Nos termos contratados os ativos financeiros irão gerar, em datas determinadas, *cash-flows* que se consubstanciam somente no pagamento de reembolso de capital e juros relativos ao capital em dívida.

Os restantes instrumentos de dívida são mensurados subsequentemente ao justo valor.

Todos os investimentos financeiros de capital próprio são mensurados ao justo valor através da Demonstração de Rendimento Integral ou através de proveitos e perdas. Os instrumentos financeiros de capitais próprios detidos para negociação devem ser mensurados ao justo valor através de proveitos e perdas. Todavia, as entidades têm uma opção irrevogável por instrumento para todos os outros instrumentos financeiros de capital próprio.

* Passivos Financeiros:

As diferenças no justo valor de passivos financeiros pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos que resultem de alterações no risco de crédito da entidade devem ser apresentadas na Demonstração de Rendimento Integral. Todas as restantes alterações devem ser registadas nos lucros e perdas exceto se a apresentação das diferenças no justo valor resultantes do risco de crédito do passivo financeiro fossem suscetíveis de criar ou aumentar uma descompensação significativa nos resultados do período.

Todas as restantes regras de classificação e mensuramento relativamente a passivos financeiros existentes na IAS 39 permanecem inalteradas na IFRS 9 incluindo as regras da separação de derivados embutidos e o critério para serem reconhecidos ao justo valor por proveitos e perdas.

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação antecipada das disposições relativamente aos ativos é permitida, desde que devidamente divulgada. A aplicação das disposições relativas aos passivos financeiros pode ser também antecipada desde que em simultâneo com as disposições relativas aos ativos financeiros.

* IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas

O IASB emitiu a IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas que substitui os requisitos de consolidação previstos na SIC 12 Consolidação e na IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais.

A IFRS estabelece um novo conceito de controlo que deverá ser aplicado para

todas as entidades e veículos com finalidade especial. As mudanças introduzidas pela IFRS 10 irão requerer que a Gestão faça um julgamento significativo de forma a determinar que entidades são controladas e conseqüentemente ser incluídas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da empresa-mãe.

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013. A aplicação é retrospectiva podendo ser antecipada desde que a entidade aplique simultaneamente a IFRS 11, IFRS 12, IAS 27 (revista em 2011) e IAS 28 (revista em 2011).

* IFRS 11 – Empreendimentos Conjuntos

A IFRS 11:

- Substitui a IAS 31 Interesses em empreendimentos Conjuntos e a SIC 13 Entidades Conjuntamente Controladas — Contribuições Não Monetárias por Empreendedores;
- Altera o conceito de controlo conjunto e remove a opção de contabilizar uma entidade conjuntamente controlada através do método da consolidação proporcional, passando uma entidade a contabilizar o seu interesse nestas entidades através do método da equivalência patrimonial; e
- Define ainda o conceito de operações conjuntas (combinando os conceitos existentes de ativos controlados e operações controlados conjuntamente) e redefine o conceito de consolidação proporcional para estas operações, devendo cada entidade registrar nas suas demonstrações financeiras os interesses absolutos ou relativos que possuem nos ativos, passivos, rendimentos e custos.

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013. A aplicação é retrospectiva podendo ser antecipada desde que a entidade aplique simultaneamente a IFRS 10, IFRS 12, IAS 27 (revista em 2011) e IAS 28 (revista em 2011).

* IFRS 12 – Divulgação de Participações em Outras Entidades

A IFRS 12 Divulgação de Participações em Outras Entidades estabelece o nível

mínimo de divulgações relativamente a empresas subsidiárias, empreendimentos conjuntos, empresas associadas e outras entidades não consolidadas.

Esta norma inclui, por isso, todas as divulgações que eram obrigatórias na IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas referentes às contas consolidadas, bem como as divulgações obrigatórias incluídas na IAS 31 Interesses em Empreendimentos Conjuntos e na IAS 28 Investimentos em Associadas, para além de novas informações adicionais.

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013. A aplicação é retrospectiva podendo ser antecipada desde que a entidade aplique simultaneamente a IFRS 10, IFRS 11, IAS 27 (revista em 2011) e IAS 28 (revista em 2011).

* IFRS 13 – Mensuração do Justo valor

A IFRS 13 estabelece uma fonte única de orientação para a mensuração do Justo valor de acordo com as IFRS. A IFRS 13 não indica quando uma entidade deverá utilizar o Justo valor, mas estabelece uma orientação de como o justo valor deve ser mensurado sempre que o mesmo é permitido ou requerido.

O Justo valor é definido como o “preço que seria recebido para vender um ativo ou pago para transferir um passivo numa transação entre duas partes a atuar no mercado na data de mensuração”.

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013. A aplicação antecipada é prospectiva permitida desde que divulgada.

* IAS 1 (Emenda) Apresentação de Demonstrações Financeiras

A emenda à IAS 1 altera a agregação de itens apresentados na Demonstração do Rendimento Integral. Itens susceptíveis de serem reclassificados (ou “reciclados”) para lucros ou perdas no futuro (por exemplo na data de desreconhecimento ou liquidação) devem ser apresentados separados dos itens que não susceptíveis de serem para lucros ou perdas.

Esta emenda não altera a natureza dos itens que devem ser reconhecidos na Demonstração de Rendimento Integral, nem se os mesmos devem ou não ser suscetíveis de serem reclassificados em lucros ou perdas no futuro.

As alterações à IAS 1 serão aplicáveis para os exercícios iniciados após 30 de junho de 2012. A aplicação é retrospectiva podendo ser antecipada desde que devidamente divulgada.

* IAS 12 Impostos sobre o Rendimento

A emenda à IAS 12 clarifica que a determinação de imposto diferido relativo a Propriedades de Investimento mensuradas ao Justo valor, ao abrigo da IAS 40, deverá ser calculada tendo em conta a sua recuperação através da sua alienação no futuro. Esta presunção pode ser no entanto rebatível caso a entidade tenha um plano de negócios que demonstre que a recuperação desse imposto será efetuada através do seu uso.

Adicionalmente, a emenda refere ainda que os impostos diferidos reconhecidos por ativos fixos tangíveis não depreciáveis que sejam mensurados de acordo com o modelo de revalorização devem ser calculados no pressuposto de que a sua recuperação será efetuada através da venda destes ativos.

As alterações à IAS 12 serão aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2012. A aplicação é retrospectiva podendo ser antecipada desde que devidamente divulgada.

* IAS 19 (Revista) Benefícios dos Empregados

A IAS 19 Benefícios de empregados (Revista), sendo as principais alterações as seguintes:

- A eliminação da opção de diferir o reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais, conhecida pelo “método do corredor”; Ganhos e Perdas atuariais são reconhecidos na Demonstração do Rendimento Integral quando os mesmos ocorrem. Os valores reconhecidos nos lucros ou prejuízos são limitados: ao custo corrente e de serviços passados (que inclui os ganhos e perdas nos

cortes), ganhos e perdas na liquidação e custos (proveitos) relativos a juros líquidos. Todas as restantes alterações no valor líquido do ativo (passivo) decorrente do plano de benefício definido devem ser reconhecidas na Demonstração do Rendimento Integral sem subsequente reclassificação para lucros ou perdas;

- Os objetivos para as divulgações relativos a planos de benefício definido são explicitamente referidos na revisão da norma, bem como novas divulgações ou divulgações revistas. Nestas novas divulgações inclui-se informação quantitativa relativamente a análises de sensibilidade à responsabilidade dos benefícios definidos a possíveis alterações em cada um dos principais pressupostos atuariais;
- Benefícios de cessação de emprego deverão ser reconhecidos no momento imediatamente anterior: (i) a que compromisso na sua atribuição não possa ser retirado e (ii) a provisão por reestruturação seja constituída de acordo com a IAS 37; e
- A distinção entre benefícios de curto e longo prazo será baseado na tempestividade da liquidação do benefício independentemente do direito ao benefício do empregado já ter sido conferido.

As alterações à IAS 19 serão aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013. A aplicação é retrospectiva podendo ser antecipada desde que devidamente divulgada.

* IAS 27 (revista em 2011) Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas

Com a introdução da IFRS 10 e IFRS12, a IAS 27 limita-se a estabelecer o tratamento contabilístico relativamente a subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas nas contas separadas.

As alterações à IAS 27 serão aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013. A aplicação é retrospectiva podendo ser antecipada desde que a entidade aplique simultaneamente a IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12 e IAS 28 (revista em 2011).

* IAS 28 Investimentos em Associadas e Empreendimentos conjuntos

Com as alterações à IFRS 11 e IFRS 12, a IAS 28 foi renomeada e passa a descrever a aplicação do método de equivalência patrimonial também às entidades conjuntamente controladas à semelhança do que já acontecia com as associadas.

As alterações à IAS 27 serão aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013. A aplicação é retrospectiva podendo ser antecipada desde que a entidade aplique simultaneamente a IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12 e IAS 27 (revista em 2011).

30.1 Normas e interpretações aplicáveis ao exercício de 2011

As demonstrações financeiras foram sujeitas à apreciação e parecer do Conselho Fiscal / Fiscal Único, em 20 de março de 2012, e enviadas para aprovação, pela Assembleia Geral de acionistas, (que têm o poder de não as aprovar) em reunião de 28 de março de 2012.

Lisboa, 16 março de 2012

Manuela Mendes

Técnico de Contas

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

António Manuel Cardoso Belo (Presidente)	Vítor Manuel da Silva Reis (Vice-Presidente)	Pedro Ribeiro e Silva (Secretário)
Maria de Lurdes Ferreira da Mata Soares Póvoas (Vogal)		

INVENTÁRIO DE PARTICIPAÇÕES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS 2011

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							unitário*	Total
	1 - FILIAIS, ASSOCIADAS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E OUTRAS EMPRESAS PARTICIPADAS E PARTICIPANTES							
	1.1 - Títulos nacionais							
	1.1.1 - Partes de capital em filiais							
	1.1.2 - Partes de capital em associadas							
	1.1.3 - Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
	1.1.4 - Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
	sub-total							
	1.1.5 - Títulos de dívida de filiais							
	1.1.6 - Títulos de dívida de associadas							
	1.1.7 - Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
	1.1.8 - Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
	1.1.9 - Outros títulos em filiais							
	1.1.10 - Outros títulos em associadas							
	1.1.11 - Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
	1.1.12 - Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							
	sub-total							
	sub-total 1.1							
	1.2 - Títulos estrangeiros							
	1.2.1 - Partes de capital em filiais							
	1.2.2 - Partes de capital em associadas							
	1.2.3 - Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
	1.2.4 - Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
	sub-total							
	1.2.5 - Títulos de dívida de filiais							
	1.2.6 - Títulos de dívida de associadas							
	1.2.7 - Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
	1.2.8 - Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
	sub-total							
	1.2.9 - Outros títulos em filiais							
	1.2.10 - Outros títulos em associadas							
	1.2.11 - Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
	1.2.12 - Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							
	sub-total							
	sub-total 1.2							
	total 1							
	2 - OUTROS							
	2.1 - Títulos nacionais							
	2.1.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.1.1.1 - Acções							
	sub-total							
	2.1.1.2 - Títulos de participação							
	sub-total							
	2.1.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
	sub-total							
	2.1.1.4 - Outros							
	sub-total							
	sub-total 2.1.1							

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							unitário*	Total
2.1.2 - Títulos de dívida								
2.1.2.1 - De dívida pública								
PTOTE10E0019	REPUBLICA DE PORTUGAL	200.000	200.000,00			194.985,44		201.054,51
PTOTE30E0017	REPUBLICA DE PORTUGAL	3.100.000	3.100.000,00			2.803.453,82		2.880.606,57
PTOTE60E0006	REPUBLICA DE PORTUGAL	1.700.000	1.700.000,00			1.552.610,00		1.587.683,58
PTOTEA0E0021	REPUBLICA DE PORTUGAL	2.700.000	2.700.000,00			2.275.022,60		2.321.088,89
PTOTEG0E0009	REPUBLICA DE PORTUGAL	55.000	55.000,00			56.016,25		56.462,51
PTOTEK0E0003	REPUBLICA DE PORTUGAL	4.500.000	4.500.000,00			4.537.859,33		4.633.258,89
PTOTELOE0010	REPUBLICA DE PORTUGAL	12.500.000	12.500.000,00			11.227.199,33		11.495.085,87
PTOTEM0E0027	REPUBLICA DE PORTUGAL	18.300.000	18.300.000,00			16.108.612,69		16.783.300,16
PTOTEN0E0018	REPUBLICA DE PORTUGAL	875.000	875.000,00			778.484,36		810.082,53
PTOTE00E0017	REPUBLICA DE PORTUGAL	8.100.000	8.100.000,00			7.629.019,38		7.804.968,67
PTOTEY0E0007	REPUBLICA DE PORTUGAL	12.650.000	12.650.000,00			10.067.391,39		10.594.941,06
sub-total		64.680.000	64.680.000			57.230.654,59		59.168.533,24
2.1.2.2 - De outros emissores públicos								
sub-total								
2.1.2.3 - De outros emissores								
PTBCLQ0M0010	BANCO COMERCIAL PORTUGUES	150.000	150.000,00			131.754,00		115.215,85
PTBLMG0M0002	BANCO ESPIRITO SANTO	1.000.000	1.000.000,00			948.900,00		836.645,97
PTBLMW0M0002	BANCO ESPIRITO SANTO	1.200.000	1.200.000,00			986.160,00		1.036.966,80
sub-total		2.350.000	2.350.000	0	0	2.066.814	0	1.988.829
sub-total 2.1.2		67.030.000	67.030.000,00			59.297.468,59		61.157.361,86
sub-total 2.1		67.030.000	67.030.000,00			59.297.468,59		61.157.361,86
2.2 - Títulos estrangeiros								
2.2.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação								
2.2.2.1 - Ações								
CH0012005267	NOVARTIS AG-REG	971			42,40	41.166,84	44,18	42.894,62
CH0012032048	ROCHE HOLDINGS AG	3.268			116,25	379.915,26	130,96	427.990,76
CH0038863350	NESTLE SA REGISTERED	3.335			30,27	100.935,31	44,42	148.149,05
GB0009252882	GLAXOSMITHKLINE PLC	5.382			14,15	76.176,20	17,62	94.811,60
GB00B16GWD56	VODAFONE GROUP	47.441			1,78	84.216,68	2,14	101.606,56
DE0005557508	DEUTSCHE TELEKOM AG	3.023			10,48	31.684,12	8,86	26.798,89
DE0007037129	RWE AG	4.068			35,62	144.917,76	27,15	110.446,20
DE0007164600	SAP AG	2.240			37,30	83.562,89	40,85	91.504,00
DE0007236101	SIEMENS AG	549			75,87	41.653,42	73,94	40.593,06
DE0008430026	MUENCHENER RUECKVER	837			107,84	90.262,45	94,78	79.330,86
DE000BAY0017	BAYER A.G.	8.547			55,35	473.034,04	49,40	422.221,80
DE000ENAG999	E.ON AG	12.646			23,38	295.617,65	16,67	210.808,82
ES0111845014	ABERTIS INFRAESTRUCTURAS S.A.	5.275			13,00	68.550,53	12,34	65.093,50
ES0113211835	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARI	28.820			8,21	236.485,66	6,68	192.517,60
ES0113307039	BANKIA S.A.U.	569.000			3,75	2.133.750,00	3,60	2.045.555,00
ES0113679137	BANKINTER	7.924			5,30	41.982,62	4,75	37.639,00
ES0113900J37	BANCO SANTANDER SA	11.928			7,67	91.487,21	5,87	70.017,36
ES0116870314	GAS NATURAL SDG SA	7.287			13,20	96.165,89	13,26	96.662,05
ES0118594417	INDRA SISTEMAS S.A.	3.644			15,19	55.339,60	9,84	35.846,02
ES0130960018	ENAGAS	7.248			14,80	107.276,28	14,29	103.573,92
ES0144580Y14	IBERDROLA S.A.	59.184			4,40	260.590,85	4,84	286.391,37
ES0167050915	ACS ACTIVIDADES DE CONST. Y SE	4.416			34,35	151.669,13	22,90	101.126,40

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							unitário*	Total
ES0173093115	RED ELECTRICA DE ESPAÑA S.A.	1.958			24,71	48.377,49	33,07	64.741,27
ES0173516115	REPSOL YPF,S.A.	10.416			16,49	171.771,26	23,73	247.223,75
ES0178430E18	TELEFONICA, S.A.	62.130			15,46	960.629,13	13,39	831.610,05
FR0000120271	TOTAL SA	8.242			39,41	324.818,48	39,50	325.559,00
FR0000120578	SANOFI SYNTHELABO SA	1.547			49,40	76.419,64	56,75	87.792,25
FR0000120644	GROUPE DANONE	3.723			45,42	169.117,26	48,57	180.826,11
FR0000127771	VIVENDI UNIVERSAL	10.438			17,95	187.402,57	16,92	176.610,96
FR0000131104	BNP PARIBAS PARIS	3.143			39,58	124.391,28	30,35	95.390,05
FR0000133308	FRANCE TELECOM SA	8.219			15,69	128.937,93	12,13	99.737,56
FR0010208488	GAZ DE FRANCE	4.754			29,10	138.330,86	21,12	100.404,48
GB00B03MLX29	ROYAL DUTCH SHELL PLC	3.314			21,53	71.360,30	28,15	93.289,10
IT0003128367	ENEL-SOCIETA PER AZIONI	8.012			3,93	31.477,88	3,14	25.189,72
IT0003132476	ENI SPA	21.014			17,76	373.109,83	16,01	336.434,14
NL0000009355	UNILEVER PLC	2.398			20,84	49.978,16	26,57	63.714,86
	sub-total	946.341				7.942.562,46		7.560.101,74
	2.2.2.2 - Títulos de participação							
	sub-total							
	2.2.2.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
ES0122067038	FONDMAPFRE GARANTIZADO 1107 F.	64.281			6,88	442.346,40	6,80	437.278,30
ES0138352036	FONDMAPFRE GARANTIZADO 811, F.	52.850			7,56	399.760,52	7,53	397.872,13
ES0138353034	FONDMAPFRE GARANTIZADO 904, F.	113.224			7,73	875.424,82	7,64	864.952,98
ES0138394038	FONDMAPFRE GARANTIZADO 911 FI	214.467			7,79	1.671.032,37	6,33	1.358.637,32
ES0138395035	FONDMAPFRE GARANTIZADO 807, F.	20.027			7,05	141.282,85	7,49	150.097,00
ES0138396033	FONDMAPFRE GARANTIZADO 1111, F	152.362			1,90	289.194,65	1,98	302.381,98
ES0138444031	FONDMAPFRE GARANTIZADO 007 F.I	74.427			6,17	459.347,83	5,86	436.058,40
ES0138445038	FONDMAPFRE MULTISELECCION F.I.	1			6,52	9,07	5,06	7,04
ES0138599032	FONDMAPFRE GARANTIZADO 1104, F	13.064			7,30	95.309,32	7,24	94.537,74
ES0138658036	FONDMAPFRE BOLSA AMERICA FI	7.282			4,62	33.655,00	5,59	40.735,47
ES0138708039	FONDMAPFRE GARANTIZADO 907, F.	117.453			14,22	1.669.926,09	13,22	1.553.071,68
ES0138725033	FONDMAPFRE GARANTIZADO 004 FI	29.941			7,99	239.242,15	7,79	233.109,08
ES0138777034	FONDMAPFRE GARANTIZADO 803 F.I	184.351			7,34	1.352.881,30	7,49	1.380.190,03
ES0138901030	FONDMAPFRE BOLSA F.I.	8.729			20,92	182.588,49	22,09	192.810,66
ES0138902038	FONDMAPFRE CORTO PLAZO F.I.	112			1.456,15	163.536,99	1.466,24	164.670,44
ES0138903036	FONDMAPFRE RENTA F.I.	1.371			16,43	22.525,30	16,59	22.736,71
ES0138956034	MAPFRE PUENTE GARANTIA 10, F.I	172			1.058,84	181.897,54	1.227,10	210.802,10
ES0165196033	FONDMAPFRE GARANTIZADO 011 FI	17.109			10,75	183.981,10	11,01	188.356,72
LU0043136406	CAPITAL INVESTMENT FUND	3.551			197,14	700.000,02	258,31	917.217,44
	sub-total	1.074.774				9.103.941,81		8.945.523,22
	2.2.2.4 - Outros							
	sub-total							
	sub-total 2.2.1	2.021.115				17.046.504,27		16.505.624,96
	2.2.2 - Títulos de dívida							
	2.2.2.1 - De dívida pública							
ES0000011660	TESORO PUBLICO	1.061	1.060,52			1.204,41		1.156,67
ES0000011868	TESORO PUBLICO	925.000	925.000,00			1.058.146,50		990.986,46
ES00000120G4	TESORO PUBLICO	2.150.000	2.150.000,00			2.034.795,34		2.170.524,10
ES00000120N0	TESORO PUBLICO	500.000	500.000,00			496.204,00		441.193,29
ES00000121I8	TESORO PUBLICO	700.000	700.000,00			697.857,51		713.369,89

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							unitário*	Total
ES00000121S7	TESORO PUBLICO	785.000	785.000,00			630.115,20		677.740,29
ES00000122E5	TESORO PUBLICO	3.695.000	3.695.000,00			3.635.816,09		3.445.154,31
ES00000122X5	TESORO PUBLICO	1.500.000	1.500.000,00			1.402.565,00		1.498.390,75
ES00000123B9	TESORO PUBLICO	350.000	350.000,00			356.174,93		374.713,82
ES00000123C7	TESORO PUBLICO	2.200.000	2.200.000,00			2.187.680,00		2.303.005,10
ES00000123D5	TESORO PUBLICO	4.935.000	4.935.000,00			4.852.467,00		5.061.756,77
ES00000123J2	TESORO PUBLICO	3.300.000	3.300.000,00			3.235.494,40		3.350.956,25
ES00000123K0	TESORO PUBLICO	4.620.000	4.620.000,00			4.508.307,00		4.831.573,78
ES0000012411	TESORO PUBLICO	1.025.000	1.025.000,00			1.143.932,89		1.038.863,07
ES0000012619	TESORO PUBLICO	3.900.000	3.900.000,00			3.088.032,03		3.260.260,08
ES0000012726	TESORO PUBLICO	700.000	700.000,00			302.837,99		270.909,02
ES0000012767	TESORO PUBLICO	700.000	700.000,00			241.146,79		209.595,60
ES0000012783	TESORO PUBLICO	450.000	450.000,00			460.035,00		488.441,07
ES0000012932	TESORO PUBLICO	800.000	800.000,00			707.000,00		661.306,86
IT0003256820	REPUBLICA DE ITALIA	350.000	350.000,00			383.063,17		309.626,85
	sub-total	33.586.061	33.586.061			31.422.875,25		32.099.524,03
	2.2.2.2 - De outros emissores públicos							
	sub-total							
	2.2.2.3 - De outros emissores							
ES0214950059	CAJA MADRID	500.000	500.000,00			495.270,00		518.336,56
ES0224261000	RESERVAS ESTRATEGICA DE PROD P	3.200.000	3.200.000,00			3.157.323,67		3.207.200,56
ES0312360003	AYT CEDULAS CAJAS VI, FONDO TI	5.000.000	5.000.000,00			4.882.978,99		4.889.224,96
ES0314400187	BANCO CAM S.A.	200.000	200.000,00			188.680,00		193.872,61
ES0314950561	CAJA MADRID	2.000.000	2.000.000,00			1.912.600,00		1.772.402,83
ES0314970163	LA CAIXA-C.A. Y PENSIONES DE B	200.000	200.000,00			199.870,00		197.537,54
ES0314977358	BANCAJA-C.A. VALENCIA-CASTELLO	1.800.000	1.800.000,00			1.702.959,40		1.750.387,22
ES0370148019	AYT CEDULAS CAJAS V, FONDO TIT	500.000	500.000,00			486.000,00		421.037,32
ES0413211030	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARI	700.000	700.000,00			713.090,00		728.204,98
ES0413211204	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARI	150.000	150.000,00			153.810,00		154.359,59
ES0413211428	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARI	1.800.000	1.800.000,00			1.790.339,79		1.890.977,74
ES0413440076	BANCO ESPAÑOL DE CREDITO	100.000	100.000,00			96.215,61		100.114,46
ES0413440175	BANCO ESPAÑOL DE CREDITO	500.000	500.000,00			479.550,00		488.577,93
ES0413770001	BANCO PASTOR	2.000.000	2.000.000,00			2.016.850,00		1.903.851,40
ES0413790074	BANCO POPULAR ESPAÑOL S.A.	2.300.000	2.300.000,00			2.211.450,00		2.207.781,63
ES0413790108	BANCO POPULAR ESPAÑOL S.A.	800.000	800.000,00			799.344,00		792.965,32
ES0413790116	BANCO POPULAR ESPAÑOL S.A.	1.850.000	1.850.000,00			1.837.357,91		1.849.065,38
ES0414840308	CAIXA D´ESTALVIS CATALUÑA TARR	1.000.000	1.000.000,00			1.001.137,49		876.672,67
ES0414950784	CAJA MADRID	900.000	900.000,00			899.859,63		859.237,52
ES0414970246	LA CAIXA-C.A. Y PENSIONES DE B	1.800.000	1.800.000,00			1.519.317,00		1.564.317,08
ES0414970303	LA CAIXA-C.A. Y PENSIONES DE B	4.250.000	4.250.000,00			3.938.611,01		3.931.308,48
ES0414970402	LA CAIXA-C.A. Y PENSIONES DE B	1.000.000	1.000.000,00			981.678,41		955.272,45
ES0414970535	LA CAIXA-C.A. Y PENSIONES DE B	600.000	600.000,00			565.268,84		584.086,36
ES0458759034	UNICAJAIRONDACADIZALMERIAMALAG	1.000.000	1.000.000,00			1.007.900,00		1.051.375,81
FR0010612622	RESEAU DE TRANSPORT	750.000	750.000,00			752.535,00		839.198,50
NL0000122489	ING AMSTERDAM	250.000	250.000,00			248.346,07		271.916,51
XS0142908770	SOCIETE GENERALE (PARIS)	3.000.000	3.000.000,00			3.161.410,11		3.150.486,04
XS0148579153	E.ON INTERNATIONAL FIN.	300.000	300.000,00			299.652,00		371.336,99
XS0177573937	MERRILL LYNCH & CO INC	380.000	380.000,00			389.511,40		372.364,24

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							unitário*	Total
XS0180772484	ROYAL BANK OF SCOTLAND NV	200.000	200.000,00			207.880,00		207.385,11
XS0250172003	BBVA SENIOR FINANCE S.A.U	150.000	150.000,00			147.345,00		153.575,73
XS0287409212	REPSOL INTL. FINANCE	3.054.000	3.054.000,00			3.096.850,82		3.291.222,08
XS0300682621	AUSTRALIA & N.ZEALAND BANKING	60.000	60.000,00			60.246,00		62.249,81
XS0327533617	SANTANDER ISSUANCES S.A. UNIPE	100.000	100.000,00			96.123,00		79.877,66
XS0331141332	ENI SPA	200.000	200.000,00			203.072,00		212.102,44
XS0335880463	JP MORGAN CHASE & CO. INC.	250.000	250.000,00			247.059,48		279.900,92
XS0342289575	BARCLAYS BANK PLC LONDON	1.100.000	1.100.000,00			1.113.270,00		1.055.234,40
XS0343877451	CREDIT AGRICOLE SA	1.000.000	1.000.000,00			1.031.500,00		966.900,44
XS0359388690	UBS AG LONDON	930.000	930.000,00			1.038.164,99		1.076.622,43
XS0412842857	RWE FINANCE BV	600.000	600.000,00			599.790,91		766.840,81
XS0441800579	GE CAPITAL EUROPEAN FUNDING (IRLANDA)	600.000	600.000,00			625.980,00		644.822,98
XS0469028582	NATIONAL AUSTRALIA BANK	150.000	150.000,00			150.199,01		158.592,79
XS0479541699	GAS NATURAL CAPITAL MARKETS S.	300.000	300.000,00			277.278,00		294.114,78
XS0482810958	BANK OF IRELAND	5.300.000	5.300.000,00			5.286.644,00		4.199.027,00
XS0531068897	BBVA SENIOR FINANCE S.A.U	3.500.000	3.500.000,00			3.498.775,00		3.424.953,18
XS0544695272	INSTITUTO DE CREDITO OFICIAL	1.450.000	1.450.000,00			1.449.507,00		1.405.062,63
XS0555977312	INTESA SANPAOLO SPA	300.000	300.000,00			298.719,00		257.819,78
XS0585904443	TELEFONICA EMISIONES SAU	100.000	100.000,00			97.330,00		103.153,20
XS0589735561	INSTITUTO DE CREDITO OFICIAL	30.000	30.000,00			29.925,78		31.405,43
XS0590179692	NORDEA AB (Suécia)	2.850.000	2.850.000,00			2.845.012,50		3.014.739,07
XS0613543957	INSTITUTO DE CREDITO OFICIAL	8.000.000	8.000.000,00			7.960.140,00		8.315.915,70
XS0615797700	ABN AMRO BANK N.V. AMSTERDAM	700.000	700.000,00			699.699,00		737.421,24
XS0627188468	GAS NATURAL CAPITAL MARKETS S.	600.000	600.000,00			596.760,00		613.743,27
XS0646719954	INSTITUTO DE CREDITO OFICIAL	1.000.000	1.000.000,00			991.100,00		1.031.873,77
	sub-total	71.354.000	71.354.000,00			70.537.287,82		70.278.027,33
	sub-total	104.940.061	104.940.060,52			101.960.163,07		102.377.551,36
	sub-total	106.961.176	106.940.060,52			119.006.667,34		118.883.176,32
	2.3 - Derivados de negociação							
	sub-total 2.3							
	2.4 - Derivados de cobertura							
	sub-total							
	total 2	173.991.176	171.970.060,52			178.304.135,93		180.040.538,18
	TOTAL GERAL	173.991.176	171.970.060,52			178.304.135,93		180.040.538,18

(Valores expressos em euros)

* Inclui o valor dos juros decorridos

INVENTÁRIO DE PARTICIPAÇÕES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS 2010

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							unitário*	Total
	1 - FILIAIS, ASSOCIADAS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E OUTRAS EMPRESAS PARTICIPADAS E PARTICIPANTES							
	1.1 - Títulos nacionais							
	1.1.1 - Partes de capital em filiais							
	1.1.2 - Partes de capital em associadas							
	1.1.3 - Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
	1.1.4 - Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
	sub-total							
	1.1.5 - Títulos de dívida de filiais							
	1.1.6 - Títulos de dívida de associadas							
	1.1.7 - Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
	1.1.8 - Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
	sub-total							
	1.1.9 - Outros títulos em filiais							
	1.1.10 - Outros títulos em associadas							
	1.1.11 - Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
	1.1.12 - Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							
	sub-total							
	sub-total 1.1							
	1.2 - Títulos estrangeiros							
	1.2.1 - Partes de capital em filiais							
	1.2.2 - Partes de capital em associadas							
	1.2.3 - Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
	1.2.4 - Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
	sub-total							
	1.2.5 - Títulos de dívida de filiais							
	1.2.6 - Títulos de dívida de associadas							
	1.2.7 - Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
	1.2.8 - Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
	sub-total							
	1.2.9 - Outros títulos em filiais							
	1.2.10 - Outros títulos em associadas							
	1.2.11 - Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
	1.2.12 - Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							
	sub-total							
	sub-total 1.2							
	total 1							
	2 - OUTROS							
	2.1 - Títulos nacionais							
	2.1.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.1.1.1 - Acções							
	sub-total							
	2.1.1.2 - Títulos de participação							
	sub-total							
	2.1.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
	sub-total							
	2.1.1.4 - Outros							

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							unitário*	Total
	sub-total							
	sub-total 2.1.1							
	2.1.2 - Títulos de dívida							
	2.1.2.1 - De dívida pública							
PTOTE10E0019	REPUBLICA DE PORTUGAL	200.000	200.000,00			200.345,00		199.755,99
PTOTE30E0017	REPUBLICA DE PORTUGAL	3.100.000	3.100.000,00			2.885.046,00		2.825.646,42
PTOTE40E0040	REPUBLICA DE PORTUGAL	600.000	600.000,00			605.094,00		613.246,82
PTOTEAOE0021	REPUBLICA DE PORTUGAL	2.700.000	2.700.000,00			2.804.984,12		2.299.921,78
PTOTEGOE0009	REPUBLICA DE PORTUGAL	55.000	55.000,00			56.159,40		56.837,48
PTOTEKOE0003	REPUBLICA DE PORTUGAL	4.500.000	4.500.000,00			4.680.045,00		4.661.147,00
PTOTELOE0010	REPUBLICA DE PORTUGAL	12.500.000	12.500.000,00			11.777.191,98		11.341.908,24
PTOTEMOE0027	REPUBLICA DE PORTUGAL	18.300.000	18.300.000,00			18.129.864,94		16.587.295,56
PTOTENOE0018	REPUBLICA DE PORTUGAL	875.000	875.000,00			864.780,00		799.819,98
PTOTE00E0017	REPUBLICA DE PORTUGAL	9.820.000	9.820.000,00			9.686.691,38		9.324.555,43
PTOTEYOE0007	REPUBLICA DE PORTUGAL	12.650.000	12.650.000,00			11.591.371,27		10.415.647,62
	sub-total	65.300.000	65.300.000			63.281.573,09		59.125.782,32
	2.1.2.2 - De outros emissores públicos							
	sub-total							
	2.1.2.3 - De outros emissores							
PTBLMGOM0002	BANCO ESPIRITO SANTO	1.000.000	1.000.000,00			948.900,00		910.188,24
PTBLMWOM0002	BANCO ESPIRITO SANTO	1.200.000	1.200.000,00			986.160,00		1.007.377,99
	sub-total	2.200.000	2.200.000			1.935.060,00		1.917.566,23
	sub-total 2.1.2	67.500.000	67.500.000,00			65.216.633,09		61.043.348,55
	sub-total 2.1	67.500.000	67.500.000,00			65.216.633,09		61.043.348,55
	2.2 - Títulos estrangeiros							
	2.2.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.2.2.1 - Ações							
CH0012005267	NOVARTIS AG-REG	248			39,14	9.706,61	43,95	10.898,59
CH0012032048	ROCHE HOLDINGS INC	2.660			119,56	318.034,86	109,56	291.442,71
CH0038863350	NESTLE SA REGISTERED	3.335			30,27	100.935,31	43,79	146.026,25
GB0009252882	GLAXOSMITHKLINE PLC	5.382			14,15	76.176,20	14,41	77.533,35
GB00B16GWD56	VODAFONE GROUP	47.441			1,78	84.216,68	1,93	91.382,16
DE0005557508	DEUTSCHE TELEKOM AG	3.023			10,48	31.684,12	9,65	29.187,06
DE0007037129	RWE AG	1.361			56,13	76.398,03	49,89	67.900,29
DE0007164600	SAP AG	2.240			37,30	83.562,89	38,10	85.344,00
DE0007236101	SIEMENS AG	549			75,87	41.653,42	92,70	50.892,30
DE0008430026	MUENCHENER RUECKVER	837			107,84	90.262,45	113,45	94.957,65
DE000BAY0017	BAYER A.G.	8.547			55,35	473.034,04	55,30	472.649,10
DE000ENAG999	E.ON AG	14.100			28,14	396.808,26	22,94	323.383,50
ES0111845014	ABERTIS INFRAESTRUCTURAS S.A.	825			9,27	7.649,35	13,45	11.100,37
ES0113211835	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARI	11.896			9,86	117.246,28	7,56	89.933,76
ES0113679137	BANKINTER	7.822			5,37	41.986,27	4,16	32.508,23
ES0113900J37	BANCO SANTANDER SA	13.781			10,00	137.781,12	7,93	109.255,76
ES0116870314	GAS NATURAL SDG SA	4.301			13,88	59.683,83	11,49	49.418,49
ES0118594417	INDRA SISTEMAS S.A.	4.831			15,19	73.366,11	12,78	61.764,33
ES0130960018	ENAGAS	4.575			14,27	65.284,54	14,91	68.236,12
ES0144580Y14	IBERDROLA S.A.	59.184			4,56	269.823,55	5,77	341.373,31
ES0167050915	ACS ACTIVIDADES DE CONST. Y SE	5.490			34,17	187.611,34	35,07	192.561,74

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							unitário*	Total
ES0173093115	RED ELECTRICA DE ESPAÑA S.A.	1.485			19,76	29.343,55	35,20	52.272,00
ES0173516115	REPSOL YPF,S.A.	10.416			16,49	171.771,26	20,85	217.173,60
ES0178430E18	TELEFONICA, S.A.	81.344			15,55	1.265.248,41	16,97	1.380.000,96
FR0000120271	TOTAL SA	5.762			38,08	219.416,50	39,65	228.463,30
FR0000120578	SANOFI SYNTHELABO SA	2.533			49,40	125.126,65	47,85	121.204,05
FR0000120644	GROUPE DANONE	3.100			44,45	137.792,58	47,02	145.762,00
FR0000127771	VIVENDI UNIVERSAL	7.290			17,20	125.383,12	20,20	147.258,00
FR0000131104	BNP PARIBAS PARIS	902			46,24	41.710,55	47,61	42.944,22
FR0000133308	FRANCE TELECOM SA	2.953			16,93	50.005,51	15,59	46.052,03
FR0010208488	GAZ DE FRANCE	6.455			29,13	188.015,70	26,85	173.316,75
GB00B03MLX29	ROYAL DUTCH SHELL PLC	3.894			21,53	83.849,42	24,73	96.298,62
IT0003128367	ENEL-SOCIETA PER AZIONI	8.012			3,93	31.477,88	3,74	29.964,88
IT0003132476	ENI SPA	21.014			17,76	373.109,83	16,34	343.368,76
NL0000009355	UNILEVER PLC	2.398			20,84	49.978,16	23,30	55.873,40
	sub-total	359.986				5.635.134,38		5.777.701,64
	2.2.2.2 - Títulos de participação							
	sub-total							
	2.2.2.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
ES0122067038	FONDMAPFRE GARANTIZADO 703 F.I	470.107			6,88	3.232.174,25	6,86	3.224.417,22
ES0138352036	FONDMAPFRE GARANTIZADO 811, F.	61.041			7,56	461.725,33	7,76	473.696,21
ES0138353034	FONDMAPFRE GARANTIZADO 904, F.	134.504			7,73	1.039.957,17	8,15	1.096.760,11
ES0138394038	FONDMAPFRE GARANTIZADO 911 F.I	225.686			7,79	1.758.440,79	6,91	1.558.376,88
ES0138395035	FONDMAPFRE GARANTIZADO 807, F.	27.642			7,05	195.003,71	7,42	205.146,94
ES0138396033	FONDMAPFRE GARANTIZADO 707 F.I	1.274.125			1,71	2.181.048,08	1,94	2.469.237,05
ES0138444031	FONDMAPFRE GARANTIZADO 007 F.I	111.061			6,17	685.438,35	5,89	653.944,64
ES0138445038	FONDMAPFRE MULTISELECCION F.I.	1			6,52	9,07	5,40	7,51
ES0138599032	FONDMAPFRE GARANTIZADO 611 F.I	42.660			7,11	303.152,03	7,30	311.276,24
ES0138658036	FONDMAPFRE BOLSA AMERICA F.I	7.282			4,62	33.655,00	5,62	40.931,63
ES0138708039	FONDMAPFRE GARANTIZADO 907, F.	120.373			14,22	1.711.442,10	13,69	1.647.748,63
ES0138725033	FONDMAPFRE GARANTIZADO 004 F.I	29.941			7,99	239.242,15	8,29	248.063,72
ES0138777034	FONDMAPFRE GARANTIZADO 803 F.I	206.575			7,34	1.515.975,11	7,38	1.523.694,98
ES0138901030	FONDMAPFRE BOLSA F.I.	15.101			20,92	315.859,41	22,77	343.836,37
ES0138902038	FONDMAPFRE CORTO PLAZO F.I.	66			1.437,09	95.055,81	1.429,80	94.573,21
ES0138903036	FONDMAPFRE RENTA F.I.	1.371			16,43	22.525,30	16,23	22.253,53
ES0138956034	FONDMAPFRE GARANTIZADO 711 F.I	1.530			1.058,84	1.619.581,23	1.150,10	1.759.159,11
ES0165196033	FONDMAPFRE GARANTIZADO 011 F.I	17.109			10,75	183.981,10	10,99	187.993,68
ES0178520039	FONDMAPFRE DIVIDENDO F.I.	470			69,16	32.473,79	49,92	23.441,56
LU0043136406	CAPITAL INVESTMENT FUND	3.551			197,14	700.000,02	241,15	856.285,02
	sub-total	2.750.195				16.326.739,80		16.740.844,24
	2.2.2.4 - Outros							
	sub-total							
	sub-total 2.2.1	3.110.181				21.961.874,18		22.518.545,88
	2.2.2 - Títulos de dívida							
	2.2.2.1 - De dívida pública							
ES0000011660	TESORO PUBLICO	1.061	1.060,52			1.204,41		1.173,44
ES0000011868	TESORO PUBLICO	925.000	925.000,00			1.058.146,50		985.824,94
ES0000012098	TESORO PUBLICO	25.000	25.000,00			25.822,50		26.102,29
ES00000120N0	TESORO PUBLICO	500.000	500.000,00			496.204,00		440.058,07

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							unitário*	Total
ES0000012157	TESORO PUBLICO	50.000	50.000,00			49.901,50		42.100,66
ES00000122E5	TESORO PUBLICO	5.650.000	5.650.000,00			5.643.174,94		5.150.803,49
ES00000122X5	TESORO PUBLICO	1.800.000	1.800.000,00			1.764.089,07		1.688.812,72
ES0000012411	TESORO PUBLICO	1.000.000	1.000.000,00			1.119.821,89		1.002.015,28
ES0000012726	TESORO PUBLICO	700.000	700.000,00			302.837,99		259.005,49
ES0000012767	TESORO PUBLICO	700.000	700.000,00			241.146,79		198.254,76
ES0000012866	TESORO PUBLICO	30.000	30.000,00			30.825,00		30.866,48
ES0000012932	TESORO PUBLICO	800.000	800.000,00			707.000,00		647.836,60
IT0003256820	REPUBLICA DE ITALIA	350.000	350.000,00			383.063,17		374.222,66
	sub-total	12.531.061	12.531.061			11.823.237,76		10.847.076,88
	2.2.2.2 - De outros emissores públicos							
	sub-total							
	2.2.2.3 - De outros emissores							
DE000DB55U8	DEUTSCHE BANK AG FRANKFURT	500.000	500.000,00			523.350,00		554.769,58
ES0214950059	CAJA MADRID	500.000	500.000,00			495.270,00		505.217,12
ES0224261000	RESERVAS ESTRATEGICA DE PROD P	3.500.000	3.500.000,00			3.452.964,51		3.544.785,94
ES0312360003	AYT CEDULAS CAJAS VI, FONDO TI	5.000.000	5.000.000,00			4.787.399,90		4.890.085,66
ES0313790026	BANCO POPULAR ESPAÑOL S.A.	2.300.000	2.300.000,00			2.275.367,88		2.323.267,43
ES0314950348	CAJA MADRID	1.000.000	1.000.000,00			998.899,23		1.042.814,42
ES0314950561	CAJA MADRID	2.000.000	2.000.000,00			1.912.600,00		1.958.058,25
ES0314954068	IBERCAJA	1.000.000	1.000.000,00			997.899,51		1.002.207,20
ES0314970163	LA CAIXA-C.A. Y PENSIONES DE B	200.000	200.000,00			199.870,00		195.620,71
ES0314977358	BANCAJA-C.A. VALENCIA-CASTELLO	1.800.000	1.800.000,00			1.697.220,00		1.697.204,38
ES0370148019	AYT CEDULAS CAJAS V, FONDO TIT	500.000	500.000,00			486.000,00		439.538,77
ES0413211139	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARI	700.000	700.000,00			706.860,00		722.643,78
ES0413211204	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARI	150.000	150.000,00			153.810,00		155.942,74
ES0413440068	BANCO ESPAÑOL DE CREDITO	200.000	200.000,00			190.070,00		196.816,23
ES0413440076	BANCO ESPAÑOL DE CREDITO	100.000	100.000,00			96.215,61		99.120,74
ES0413440100	BANCO ESPAÑOL DE CREDITO	300.000	300.000,00			313.620,00		309.491,69
ES0413770001	BANCO PASTOR	2.000.000	2.000.000,00			2.016.850,00		1.918.536,90
ES0413790074	BANCO POPULAR ESPAÑOL S.A.	2.300.000	2.300.000,00			2.211.450,00		2.143.426,40
ES0413790108	BANCO POPULAR ESPAÑOL S.A.	800.000	800.000,00			799.344,00		785.048,72
ES0413790116	BANCO POPULAR ESPAÑOL S.A.	1.850.000	1.850.000,00			1.836.495,00		1.791.389,40
ES0413860018	BANCO SABADELL	600.000	600.000,00			615.309,00		621.316,22
ES0413900095	BANCO SANTANDER SA	400.000	400.000,00			401.496,00		409.834,70
ES0414840308	CAIXA D´ESTALVIS CATALUÑA TARR	1.000.000	1.000.000,00			1.001.137,49		956.749,01
ES0414950784	CAJA MADRID	900.000	900.000,00			900.009,00		841.390,85
ES0414970139	LA CAIXA-C.A. Y PENSIONES DE B	3.000.000	3.000.000,00			3.050.698,18		3.143.103,07
ES0414970246	LA CAIXA-C.A. Y PENSIONES DE B	1.800.000	1.800.000,00			1.519.317,00		1.537.122,37
ES0414970303	LA CAIXA-C.A. Y PENSIONES DE B	4.250.000	4.250.000,00			3.994.285,74		3.906.894,70
ES0414970402	LA CAIXA-C.A. Y PENSIONES DE B	1.000.000	1.000.000,00			981.678,41		950.407,04
FR0010612622	RESEAU DE TRANSPORT	750.000	750.000,00			752.535,00		842.983,05
NL0000122489	ING BANK NV - AMSTERDAM	250.000	250.000,00			248.346,07		268.905,11
XS0131224155	SIEMENS FINANCERINGSMAT	1.600.000	1.600.000,00			1.616.320,00		1.681.891,01
XS0142908770	SOCIETE GENERALE (PARIS)	3.000.000	3.000.000,00			3.161.410,11		3.245.289,84
XS0148579153	E.ON INTERNATIONAL FIN.	300.000	300.000,00			299.652,00		365.870,96
XS0171966269	SCHIPHOL NEDERLAND B.V.	600.000	600.000,00			593.100,00		644.155,60
XS0180772484	ROYAL BANK OF SCOTLAND NV	200.000	200.000,00			207.880,00		215.247,13

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							unitário*	Total
XS0188109994	TOKYO ELECTRIC POWER CO INC.	1.000.000	1.000.000,00			1.043.669,14		1.109.703,99
XS0196047723	FORTIS BANK NETHERLANDS NV	640.000	640.000,00			688.128,00		685.472,76
XS0250172003	BBVA SENIOR FINANCE S.A.	150.000	150.000,00			147.345,00		154.104,94
XS0250306643	ING GROEP N.V.	500.000	500.000,00			480.315,26		526.652,36
XS0287409212	REPSOL INTL. FINANCE	3.054.000	3.054.000,00			3.069.247,12		3.248.266,50
XS0300682621	AUSTRALIA & N.ZEALAND BANKING	60.000	60.000,00			60.246,00		63.930,16
XS0305024936	SANTANDER INTERNATIONAL DEBT S	150.000	150.000,00			147.660,01		149.681,30
XS0331141332	ENI SPA	200.000	200.000,00			203.072,00		214.076,81
XS0335880463	JP MORGAN CHASE & CO. INC.	250.000	250.000,00			246.033,11		282.959,14
XS0342289575	BARCLAYS BANK PLC LONDON	1.000.000	1.000.000,00			1.011.790,00		1.063.871,84
XS0343877451	CREDIT AGRICOLE SA	1.000.000	1.000.000,00			1.031.500,00		1.131.417,31
XS0356944636	SANTANDER INTERNATIONAL DEBT S	1.600.000	1.600.000,00			1.603.029,41		1.673.243,49
XS0359388690	UBS AG LONDON	930.000	930.000,00			1.035.834,00		1.084.190,60
XS0378754906	ROYAL BANK OF CANADA (CANADA)	70.000	70.000,00			73.928,40		73.589,21
XS0412842857	RWE FINANCE BV	600.000	600.000,00			599.790,91		730.623,44
XS0428007081	NORDEA AB	2.650.000	2.650.000,00			2.643.322,00		2.894.958,53
XS0431725901	DANSKE BANK A/S	400.000	400.000,00			399.904,00		435.223,34
XS0469028582	NATIONAL AUSTRALIA BANK	150.000	150.000,00			150.228,00		159.328,96
XS0482810958	BANK OF IRELAND	5.300.000	5.300.000,00			5.286.644,00		4.404.423,49
XS0531068897	BBVA SENIOR FINANCE S.A.	3.500.000	3.500.000,00			3.498.775,00		3.401.077,10
XS0544695272	INSTITUTO DE CREDITO OFICIAL	1.450.000	1.450.000,00			1.449.507,00		1.353.877,74
XS0555977312	INTESA SANPAOLO SPA	300.000	300.000,00			298.719,00		285.830,74
	sub-total	71.304.000	71.304.000,00			70.663.417,00		71.033.650,47
	sub-total	83.835.061	83.835.060,52			82.486.654,76		81.880.727,35
	sub-total	86.945.242	83.835.060,52			104.448.528,94		104.399.273,23
	2.3 - Derivados de negociação							
	sub-total							
	2.4 - Derivados de cobertura							
	sub-total							
	total 2	154.445.242	151.335.060,52			169.665.162,03		165.442.621,78
	TOTAL GERAL	154.445.242	151.335.060,52			169.665.162,03		165.442.621,78

(Valores expressos em euros)

* Inclui o valor dos juros decorridos

DESENVOLVIMENTO DA PROVISÃO PARA SINISTROS RELATIVA A SINISTROS OCORRIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E DOS SEUS REAJUSTAMENTOS (CORREÇÕES)

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Provisão para sinistros em 31/12/2010 (1)	Custos com sinistros * montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros * em 31/12/2011 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
VIDA	7.268.787,10	2.258.004,87	2.303.829,23	-2.706.953,00
NÃO VIDA				
ACIDENTES E DOENÇA				
INCÊNDIO E OUTROS DANOS				
AUTOMÓVEL				
RESPONSABILIDADE CIVIL				
OUTRAS COBERTURAS				
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES				
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL				
CRÉDITO E CAUÇÃO				
PROTEÇÃO JURÍDICA				
ASSISTÊNCIA				
DIVERSOS				
TOTAL NÃO VIDA	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL	7.268.787,10	2.258.004,87	2.303.829,23	-2.706.953,00

(Valores expressos em euros)

NOTAS:

* Sinistros ocorridos no ano 2010 e anteriores

DESENVOLVIMENTO DA PROVISÃO PARA SINISTROS RELATIVA A SINISTROS OCORRIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E DOS SEUS REAJUSTAMENTOS (CORREÇÕES) 2010

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Provisão para sinistros em 31/12/2009 (1)	Custos com sinistros * montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros * em 31/12/2010 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
VIDA	7.829.176,19	6.894.548,08	2654.407,26	1.719.779,15
NÃO VIDA				
ACIDENTES E DOENÇA				
INCÊNDIO E OUTROS DANOS				
AUTOMÓVEL				
RESPONSABILIDADE CIVIL				
OUTRAS COBERTURAS				
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES				
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL				
CRÉDITO E CAUÇÃO				
PROTECÇÃO JURÍDICA				
ASSISTÊNCIA				
DIVERSOS				
TOTAL NÃO VIDA	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL	7.829.176,19	6.894.548,08	2.654.407,26	1.719.779,15

(Valores expressos em euros)

NOTAS:

* Sinistros ocorridos no ano 2010 e anteriores



5

**CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS
E RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Mapfre Seguros de Vida, S.A.

Certificação Legal das Contas

31 de Dezembro de 2011

Certificação Legal das Contas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da Mapfre Seguros de Vida, S.A. ("Companhia"), as quais compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de Dezembro de 2011 (que evidencia um total de 190.739.978,26 Euros e um total de capital próprio de 7.372.395,68 Euros, incluindo um resultado líquido de 1.175.423,52 Euros), a Conta de Ganhos e Perdas, as Demonstrações do Rendimento Integral, de Variações do Capital Próprio e de Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e as correspondentes Notas e Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Companhia, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de Mapfre Seguros de Vida, S.A., em 31 de Dezembro de 2011, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as variações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o sector segurador em Portugal, estabelecidos pelo Plano de Contas aprovado pela Norma Regulamentar nº 4/2007 de 27 de Abril e respectivas alterações subsequentes.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 17 de Março de 2012

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)
Representada por:



Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto (ROC nº 1230)

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nos termos da lei em vigor, o Conselho Fiscal da MAPFRE Seguros de Vida, S.A., vem apresentar o relatório da atividade por si desenvolvido no exercício de dois mil e onze e bem assim, emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas do mesmo exercício.

O Conselho Fiscal recebeu oportunamente a certificação legal de contas elaborada por Ernst & Young, a qual lhe mereceu acordo.

O Conselho Fiscal constatou que em dois mil e onze, segundo ano da Companhia, se consolidou a sua organização e que noutro plano beneficiou da possibilidade de reclassificar alguns ativos financeiros de “disponíveis para venda” para “detidos até à maturidade”.

O relatório de gestão foi também objeto de análise, não sendo merecedor de qualquer reparo por parte deste Conselho, o mesmo se aplicando à proposta de aplicação de resultados.

Sendo assim e tendo em consideração a opinião constante da certificação legal de contas, o Conselho Fiscal emite o parecer seguinte:

1. Que sejam aprovados o relatório de gestão e as demonstrações financeiras do exercício de dois mil e onze;
2. Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados do exercício de dois mil e onze.

Lisboa, 19 de Março de 2012

O CONSELHO FISCAL



Fernando Vassal Wamora





MAPFRE | SEGUROS